



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DANILO DE SOUZA TORREGROSSA

(RE)LEMBRAR É PRECISO:
A IMPRENSA ESTUDANTIL DE LONDRINA NA
RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

Londrina
2016

DANILO DE SOUZA TORREGROSSA

(RE)LEMBRAR É PRECISO:
A IMPRENSA ESTUDANTIL DE LONDRINA NA
RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

Dissertação apresentada o ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Torregrossa, Danilo de Souza.

(Re)lembrar é preciso : A imprensa estudantil de Londrina na resistência à ditadura militar. / Danilo de Souza Torregrossa. - Londrina, 2016.
121 f. : il.

Orientador: Francisco César Alves Ferraz.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Movimento estudantil - Tese. 2. Londrina - Tese. 3. Ditadura - Tese. 4. Repressão - Tese. I. Ferraz, Francisco César Alves . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

DANILO DE SOUZA TORREGROSSA

(RE)LEMBRAR É PRECISO:

**A IMPRENSA ESTUDANTIL DE LONDRINA NA RESISTÊNCIA À
DITADURA MILITAR**

Dissertação apresentada o ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves
Ferraz
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof.^a Dr.^a Miliandre Garcia de Souza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 16 de setembro de 2016.

A *Francisco Torregrossa*, homem humilde e batalhador, que mesmo não tendo frequentado os bancos da academia, soube ser doutor da vida e construir seu legado que jamais será esquecido!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por mais esta conquista obtida em minha trajetória acadêmica. Tenho a certeza de que o esforço e a vontade de vencer impulsionam o homem a conquistar seus objetivos. Entretanto, creio, também, que é necessário atribuir a capacitação e o auxílio ao Ser supremo que guia nossas vidas e escolhem aqueles à quem dará a vitória.

Não poderia deixar de agradecer minha família, principalmente meus pais, Roseni e Daniel, por todo apoio e esforço dedicados durante toda minha formação escolar. Nesses quase 20 anos de estudo, sempre incentivaram e se orgulharam a cada conquista. Agradeço também ao meu querido e admirável avô, Francisco Torregrossa, que nos deixou em maio de 2014. Foi ele um dos grandes incentivadores do meu desenvolvimento acadêmico, que sempre se orgulhou a cada vitória que conquistava. Mesmo tendo frequentado poucos anos os bancos escolares, sabia como ninguém as lições da vida e percebia em mim a possibilidade de crescer que a ele sempre foi negada.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Francisco César Alves Feraz, por ter aceitado este desafio e orientar a realização deste trabalho e pelas contribuições teóricas durante a pesquisa que ora se apresenta.

Meus agradecimentos aos membros da banca de qualificação, professor Dr. Gilmar Arruda e professora Dr.^a Miliandre Garcia, pelas valiosas contribuições e apontamentos de caminhos metodológicos que deveriam ser seguidos para o trabalho final. Além disso, agradeço a dedicação com que analisaram o texto e as inestimáveis colaborações para o trabalho historiográfico que ora se apresenta.

Aos meus colegas que conheci na realização dos créditos de mestrado, que mesmo nos relacionando pouco, jamais esquecerei o período que passaram pela minha vida. Agradeço especialmente ao grande amigo Brayan Lee Thompson Ávila, pessoa espetacular que conquistei nessa etapa acadêmica. Meus sinceros agradecimentos, ainda, ao meu melhor e maior amigo, Pablo Rodrigo Pinheiro Rodrigues, que com sua amizade sincera e espetacular, tem me acompanhado nesses últimos tempos, aconselhando, vivendo momentos felizes e tristes.

Enfim, agradeço a oportunidade de poder chegar a esta etapa de

formação acadêmica, que muitos almejam, porém, poucos conseguem. Conhecemos a realidade educacional brasileira e acreditamos que o investimento na formação de profissionais capacitados é o primeiro passo para a transformação completa de toda nossa sociedade.

*Combati o bom combate, completei a
corrida, conservei a fé!
(2 Tim, 4:7)*

TORREGROSSA, Danilo de Souza. **(Re) lembrar é preciso: a imprensa estudantil de Londrina na resistência à Ditadura Militar**. 121f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

Passados 50 anos do golpe civil-militar, é fundamental estudar a participação dos sujeitos históricos que desenvolveram suas formas de resistência e luta contra a ditadura. Objetivando contribuir para a discussão historiográfica sobre a participação do movimento estudantil, o presente trabalho busca resgatar a participação dos estudantes da cidade de Londrina, norte do Paraná e demonstrar as formas de articulação encontradas pelos estudantes, bem como de que forma a repressão ditatorial agiu no interior do *campus* da FUEL na tentativa de suprimir direitos fundamentais e cumprir as determinações que eram colocadas em prática de forma autoritária e violenta. No caso de Londrina, várias foram as formas encontradas pelos estudantes para resistir: seja por meio da imprensa estudantil, seja por meio de panfletos, protestos ou greve geral dos estudantes. As discussões sobre assuntos de interesse local e nacional eram constantes. Demonstrações de repúdio à atuação dos policiais, do reitor da universidade e todos aqueles que cumpriam determinações emanadas do governo federal podiam ser vistas em cartas abertas à população, reuniões dos centros acadêmicos e manifestações públicas dentro e fora da universidade. Contando com a ajuda de fontes históricas variadas, como jornais criados pela imprensa estudantil, atas de reuniões e panfletos de protestos, traçamos um panorama da maneira como o movimento estudantil da FUEL também esteve engajado na conscientização política dos estudantes e da população londrinense. Resgatar as lutas estudantis deste período, é trazer à tona uma reflexão mais regionalizada e que permita a compreensão da forma como a ditadura atuou nas cidades localizadas no interior do país. Analisar esses relatos é compreender os diferentes contextos nos quais as leis do período da ditadura estiveram inseridas e quais as repercussões emanadas a partir deles. Estudar o movimento estudantil em Londrina, mais especificamente da FUEL, é poder dar voz àqueles sujeitos que, durante muito tempo, estiveram esquecidos ou, até mesmo, silenciados. É preciso estudar os efeitos da ditadura, justamente para que se possa evitar que outro episódio igual, ou até semelhante, a esse jamais ocorra novamente. Resistir à supressão de qualquer direito humano é mais do que preciso, é historicamente necessário.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Londrina. Ditadura. Repressão. UEL.

TORREGROSSA, Danilo de Souza. **(Re) lembrar é preciso: a imprensa estudantil de Londrina na resistência à Ditadura Militar**. 121p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

After 50 years of civil-military coup, it is essential to study the participation of historical subjects who developed their forms of resistance and struggle against the dictatorship. To contribute to the historiographical debate on the participation of the student movement, this work seeks to rescue the participation of students in the city of Londrina, Northern Paraná and demonstrate ways of articulation encountered by students as well as how the dictatorial repression acted in inside the campus of FUEL in an attempt to suppress fundamental rights and comply with the provisions that were put in place an authoritarian and violent. In the case of Londrina, there were several ways found by the students to resist: either through the student press, either through pamphlets, protests and general strike of students. Discussions about local and national interest issues were constant. Demonstrations repudiating the actions of the police, the rector of the university and all those who met determinations issued by the federal government could be seen in people to open letters, meetings of academic centers and public events inside and outside the university. Enlisting the help of various historical sources, such as newspapers created by the student press, minutes of meetings and pamphlets protests, we draw a picture of how the FUEL the student movement was also engaged in the political awareness of students and Londrina population. Redeem the student struggles of this period is to bring out a more regionalized and that allows reflection and understanding of how the dictatorship has acted in cities located within the country. Analyzing these reports is to understand the different contexts in which the laws of the dictatorship period were inserted and what repercussions emanating from them. Study the student movement in Londrina, more specifically FUEL, is able to give voice to those individuals who, for a long time, been forgotten or even silenced. It is necessary to study the effects of dictatorship, just so that we can prevent another episode like, or even similar to this ever happening again. Resist the elimination of any human right is more than I need, it is historically necessary.

Keywords: Student Movement. Londrina. Dictatorship. Repression. UEL

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Capa do jornal “Levanta, Sacode a Poeira e dá a volta por cima63
- Figura 2** – Capa do jornal “Terra Roxa e outras Terras.....64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ensino superior em Londrina: Matrículas 1950/197153

Tabela 2 – Número de inscritos, vagas, excedentes e suas relações no ensino superior brasileiro, cursos de graduação de 1960-1968.....54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	Associação Atlética Acadêmica
AESI	Assessoria Especial de Segurança de Informação
AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
CA	Centro Acadêmico
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CCE	Centro de Ciências Exatas
CDPH	Centro de Documentação e Pesquisa Histórica
CESULON	Centro de Estudos Superiores de Londrina
CLCH	Centro de Letras e Ciências Humanas
CPC	Centro Popular de Cultura
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DA	Diretório Acadêmico
DARP	Diretório Acadêmico Rocha Pombo
DASCCA	Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências Agrárias
DASCCB	Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências Biológicas
DASCCE	Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências Exatas
DASCCS	Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências da Saúde
DASCE	Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Educação
DASCESA	Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Estudos Sociais Aplicados
DATA	Diretório Acadêmico Três de Agosto
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DERRUBA	Diretório Estudantil Recreativo Rui Barbosa
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DSI	Divisões de Segurança e Informação
FUEL	Fundação Universidade Estadual de Londrina
GT	Grupo de Trabalho
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRCH	Instituto de Referência em Ciências Humanas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PEG	Política Educacional do Governo
RML	Região Metropolitana de Londrina
SNI	Serviço Nacional de Informação
SSP	Secretaria de Segurança Pública
UEA	União dos Estudantes de Apucarana
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
ULES	União Londrinense dos Estudantes Secundário
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIFIL	Centro Universitário Filadélfia
UNIPAR	Universidade Paranaense
UPE	União Paranaense dos Estudantes
UPES	União Paranaense dos Estudantes Secundaristas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: UM ESTUDO SOBRE O ESTADO DA ARTE: MOVIMENTO ESTUDANTIL E A HISTORIOGRAFIA	25
1.1 UMA REFLEXÃO.....	25
1.2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A HISTORIOGRAFIA.....	33
CAPÍTULO II: A UNIVERSIDADE GOLPEADA	40
2.1 CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964	40
2.2 A DITADURA E AS REFORMAS EDUCACIONAIS.....	46
2.3 A FUEL E AS REFORMAS EDUCACIONAIS.....	50
3 ATUAÇÃO ESTUDANTIL NA FUEL: A IMPRENSA ALTERNATIVA E A RESISTÊNCIA À DITADURA	54
4 OS ACORDOS MEC-USAID.....	67
5 DECRETO-LEI 228/67 E LEI 5.540/68: UMA TENTATIVA DE REFORMA	69
6 RESISTIR É PRECISO	81
CAPÍTULO III: O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE LONDRINA E A DOPS/PR	99
3.1. VIGIAR E PUNIR.....	99
3.2. O ACERVO DOCUMENTAL DA DOPS	101
3.3. UM PASSADO SEMPRE PRESENTE: DOPS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE LONDRINA	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117
FONTES CONSULTADAS	121

INTRODUÇÃO

Durante seus 21 anos, a ditadura civil-militar brasileira, iniciada em 1964 deixou suas marcas e suas sequelas, que talvez jamais se apaguem da memória daqueles que viveram esse período e tiveram seus direitos políticos cassados ou que foram torturados, exilados, impedidos de realizar simples atos que eram proibidos pelo governo.

Entre os sujeitos que tiveram participação na resistência ao período ditatorial estão os estudantes, ligados às suas respectivas instituições, como diretórios acadêmicos, uniões estaduais dos estudantes e, mesmo na clandestinidade, os estudantes ligados à União Nacional dos Estudantes, a UNE. Levando-se em consideração a participação histórica do movimento estudantil brasileiro na luta contra a ditadura, entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, pretende-se com este trabalho realizar uma análise que busque identificar de que forma se deu a resistência estudantil na Fundação Universidade Estadual de Londrina, nas décadas de 1960 e 1970.

Atualmente, muito se discute sobre o tema e a historiografia constantemente se renova, trazendo à tona novas descobertas e a participação de novos atores sociais desse período. Concordamos aqui com Maria Ribeiro do Valle, quando aponta que “o tratamento das mobilizações estudantis ganha visibilidade a partir do momento em que a historiografia passa a reconhecer a emergência de atores diversificados na cena política (VALLE, 1999, p. 15)”.

Essa afirmação é perceptível quando nos deparamos com produções que buscam resgatar diferentes visões acerca do mesmo acontecimento e que procuram dar voz aos vários sujeitos da história, distanciando-se da história tradicional, onde as narrativas eram construídas apenas pelo Estado na tentativa de legitimar suas ações.

Destarte, debater o movimento estudantil brasileiro e sua atuação durante o período da ditadura civil-militar é privilegiar o entendimento da participação desse movimento social nas lutas contra a repressão iniciada com o golpe de 1º de abril de 1964. É, antes de tudo, apontar uma nova visão no estudo das militâncias que se engajaram na luta pelos direitos políticos e democráticos quando estes foram usurpados da população brasileira e identificar quais caminhos seguiram para construir sua forma de resistência.

O objetivo desse trabalho, conforme enunciado no seu título, é estudar a atuação do movimento estudantil da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL) durante as décadas de 1960 e 1970 e refletir, a partir da documentação local, quais foram as formas de organização política escolhidas pelos estudantes para enfrentarem as leis e decretos expedidos pelo governo federal e pela reitoria da universidade, as tentativas constantes de censura por parte da FUEL, a presença ofensiva da polícia no *campus* universitário e os mecanismos encontrados para conter o avanço da privatização do ensino superior e outras tantas lutas para impedir a tentativa de desarticulação do movimento. Conforme aponta Renata Maria Caobianco “os governos militares e os grupos sociais representados por eles empenharam-se numa tarefa obsessiva, visando a manipulação ou a redefinição do Movimento Estudantil” (CAOBIANCO, 2007, p. 21).

Quando nos propomos realizar esta pesquisa, algumas perguntas se fizeram necessárias, justamente para que pudéssemos delimitar aquilo que havíamos proposto estudar: quando se formou o movimento estudantil da FUEL? De que forma as medidas tomadas pela ditadura influenciaram a vivência de alunos e professores da FUEL? Como se organizaram para resistir aos decretos, leis e tentativas constantes de repressão por parte da polícia política? Qual a repercussão das atividades estudantis ligadas ao DCE da FUEL, contra a ditadura, em Londrina em região? Estas são questões pontuais que, durante o trabalho de pesquisa e seleção de bibliografias, nortearam nossos estudos e que durante as páginas deste trabalho serão elucidadas para melhor compreensão da forma como os mecanismos de vigilância da ditadura se instalaram da FUEL.

A ideia da produção desse trabalho é uma continuidade dos estudos e pesquisas já realizadas durante a graduação, que se baseou em uma análise mais abrangente sobre a participação política dos estudantes durante a ditadura. Sendo assim, ao iniciar o curso de especialização *stricto sensu*, sentiu-se a necessidade de realizar uma abordagem de estudos mais regionalizada, na tentativa de identificar quais as formas de enfrentamentos utilizadas pelos estudantes da região norte do Paraná, mais especificamente da cidade de Londrina, a partir do Diretório Central dos Estudantes da FUEL, durante as duas primeiras décadas do período ditatorial. Obviamente que lançamos um desafio: encontrar fontes, buscar bibliografias que trouxessem relatos sobre a participação política dos estudantes em Londrina e

construir uma reflexão que pudesse ser apresentada à academia e que elucidasse questões históricas, apresentando uma contribuição para o debate sobre o tema.

Passado esse período de preparação documental e seleção de fontes, a construção do texto propriamente dito possibilitou o acesso a informações valiosas sobre a história dos estudantes universitários de Londrina. Em meio aos documentos, uma história rica em detalhes, com descrições preciosas e relatos feitos para a posteridade, que resistiram ao tempo, à seleção documental e à censura, puderam contar uma versão daqueles que participaram do debate, do embate e das discussões sobre democracia, liberdade e direitos.

As pesquisas realizadas nos documentos, principalmente do CDPH da UEL, trouxeram um panorama totalmente diferente do que estamos acostumados a ver nesse século XXI, marcado pela consolidação da democracia no Brasil. No silêncio dos documentos pesquisados encontramos histórias de grande valor histórico que nos permitiu construir uma narrativa baseada nos relatos de quem viveu esse período tão incerto de nossa história.

As fontes selecionadas para a produção deste trabalho foram encontradas no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, e nos possibilitou o contato com diversos periódicos produzidos pelo DCE e pelos Diretórios Acadêmicos da FUEL entre as décadas de 1960, 1970 e 1980. Essa rica documentação permitiu-nos uma análise mais detalhada da atuação do movimento estudantil na antiga FUEL e sua repercussão dentro e fora da universidade.

Os periódicos encontrados nesse acervo, por sua vez, eram editados pelos Diretórios Acadêmicos (DA's) em parceria com o DCE. Na década de 1970, após a formação da universidade, a FUEL era constituída por 6 diretórios acadêmicos, cada um deles representando um centro de estudo da universidade, a saber: DARP (Diretório Acadêmico Rocha Pombo); DASCESA (Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Estudos Sociais Aplicados); DASCCS (Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências das Saúde); DASCE (Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Educação); DASCCE (Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências Exatas); DASCCB (Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências Biológicas).¹

¹ Jornal Poeira. 1ª edição, março de 1975. p.17. Acervo do CDPH/UEL.

Entre esses periódicos podemos citar o *Quem com ferro fere com FERRO será ferido*, fundado em 1976 e editado pelo Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências da Saúde (DASCCS). Temos ainda o jornal *O Filósofo*, órgão de divulgação do Diretório Acadêmico Rocha Pombo², fundado no ano de 1961. Outro periódico surgido nesse período foi o *Galileu-Galilei*. Fundado também em 1976 e pertencendo ao Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências Exatas, tinha como lema *A verdade é filha do tempo e não da autoridade*. Este período também viu nascer o jornal *Liberdade, Liberdade: Abre as asas sobre nós*. Aludindo ao refrão do Hino da Proclamação da República, este jornal foi fundado em março de 1976 e estava sob responsabilidade do Centro Acadêmico Setorial do Centro de Letras e Ciências Humanas.

Nesse processo foram criados também o jornal *Sacode a poeira e dá a volta por cima*, que ficou mais conhecido como *Jornal Poeira*, e o jornal *Corrente Democrática*, este último, que, apesar de seu humor e irreverência, não deixava de informar a comunidade acadêmica sobre medidas tomadas pelos militares, abusos de poder por parte da Reitoria da universidade, processos contra alunos e outros decretos do governo central.

Como toda pesquisa histórica tem seus momentos de frustração, não conseguimos ter contato com todos esses periódicos da imprensa estudantil, pois muitos deles acabaram se perdendo com o tempo, seja por falta de cuidado necessário na preservação destes documentos, seja na atividade de censura desenvolvida pela polícia da FUEL. Dessa forma, durante a escrita deste trabalho, iremos trabalhar apenas com o *Jornal Poeira* e o jornal *Terra Roxa*, que possuem diversos exemplares no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL.

Durante a produção histórica, o historiador seleciona, recorta, separa aquilo que é importante para sua pesquisa, mas sem se distanciar da criticidade da análise documental, com a devida cautela para não legitimar discursos ou construir narrativas heroicas. Concordamos, aqui, com as reflexões de Jacques Le Goff de que

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 535-536).

² O diretório acadêmico Rocha Pombo teve como presidente durante a gestão 1965/1966 o atual senador Álvaro Dias.

Concordamos aqui com João Roberto Martins Filho, quando destaca que, muitas vezes, os estudos sobre o movimento estudantil brasileiro constrói uma “mitologia estudantil, que pode ser em grande parte atribuída ao significativo papel desempenhado por esse movimento nas candentes lutas políticas dos anos 60” (MARTINS FILHO, 1987, p. 15).

Outro fator que contribuiu para facilitar o acesso a essas fontes, todas elas datadas das décadas de 1960 e 1970, foi o trabalho de preservação dos exemplares dos periódicos estudantis e outros documentos produzidos pelo DCE da UEL.

Este trabalho foi realizado pela equipe do Centro de Documentação e Pesquisa História (CDPH) da UEL, que guarda um acervo documental riquíssimo, sobre as mais variadas temáticas. A ideia de criação de um centro de preservação documental iniciou-se por volta dos anos 1960, quando professores da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina iniciaram o processo de coleta de material histórico para a fundação de um Museu e Arquivo Histórico. Já na década de 1980, os departamentos de História e Filosofia decidiram reestruturar o Arquivo e utilizá-lo não somente como local de pesquisa para os alunos, mas também como um centro de documentação e pesquisa. No ano de 2005, o CDPH recebeu sede própria, no Instituto de Referência em Ciências Humanas (IRCH), do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina.

Inicialmente, o CDPH dedicava-se exclusivamente à historiografia local/regional, mas, a partir de 2005, passou a catalogar documentos de outras temáticas. Atualmente, abriga documentos sobre Londrina e também a região norte do estado do Paraná.

O acervo disponível para consulta é variado, possuindo documentação sobre instituições públicas e privadas, arquivos pessoais, periódicos paranaenses e de circulação em outros estados, fontes orais, fotografias e fontes escritas³.

Os estudantes tiveram importante papel na luta contra a ditadura e, por esse motivo viviam sob constante repressão e vigilância por parte das universidades. Assim como aponta o livro Brasil: nunca mais, “o Movimento Estudantil funcionou, assim, como principal porta-voz dos descontentamentos da sociedade frente ao Regime Militar” (Brasil: Nunca mais, Parte III, p. 133).

³ Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. **Sobre o CDPH**. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/portal/pages/historia.php>. Acesso em 30 abril 2016.

No entanto, reconhecemos que não foram apenas os estudantes os principais responsáveis por construir a oposição ao governo militar. Eles funcionaram como porta-voz na denúncia dos abusos cometidos pelo regime ao atuar na resistência à ditadura. Devemos evitar correr de risco de atribuir todo esse heroísmo aos estudantes, como únicos a lutar contra o regime ditatorial. Devemos evitar o que Joao Roberto Martins Filho chama de “idealização da participação estudantil” (p. 17), que foi construída pela própria UNE e propagada pela maioria dos autores que pesquisaram este assunto. Este autor tece uma crítica contundente ao trabalho de Arthur Poerner, quando este último defende que “o estudante brasileiro é um opositor nato” (POERNER *apud* MARTINS FILHO, 1987, p. 17),

Durante este trabalho, pretendemos compreender de que forma se deu a resistência do movimento estudantil da FUEL à repressão proveniente da ditadura civil-militar e também da reitoria da instituição. Sabemos, por meio da análise das fontes, que os estudantes utilizaram de vários meios para resistir às tentativas de cerceamento do direito à livre expressão, bem como os casos de abuso de poder cometidos no interior da universidade.

As análises destas fontes foram realizadas a partir da reflexão de vários documentos selecionados durante os dois anos de pesquisa, juntamente com o levantamento bibliográfico para as reflexões teóricas e que possibilitaram um entendimento mais profundo sobre como a ditadura funcionou na cidade de Londrina e, principalmente, na FUEL.

Com relação à cidade de Londrina, é importante destacar nesta introdução um pouco mais sobre sua história, bem como analisar o processo que levou à formação das primeiras faculdades isoladas em solo londrinense e, posteriormente, já na década de 1970, a constituição da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

A cidade de Londrina, nas décadas de 1960 e 1970, já era a segunda maior cidade do estado do Paraná, abrigando uma população expressiva. Esta população, entretanto, foi se fixando no território londrinense aos poucos, provenientes de várias partes do Paraná, do Brasil e também imigrantes de vários países do mundo.

Atualmente, Londrina, segundo dados da prefeitura do município, e estimativas do IBGE (2015), possui o total de 548.249 habitantes e está localizada na região norte do estado do Paraná, a 369 km de Curitiba. Londrina ainda é sede

de sua região metropolitana⁴, com cerca de 25 municípios e população total estimada de 856 mil habitantes, e um centro regional que abriga comércios, serviços, agroindústrias e várias instituições de educação, tanto pública como privada.

Londrina e as cidades no entorno foram o destino dos principais grupos imigratórios de italianos, seguidos por portugueses, japoneses, alemães e espanhóis. A história da colonização de Londrina acompanha o processo de chegada dos pioneiros na região norte do estado do Paraná, quando este ainda era um pequeno sertão povoado por nações indígenas.

Paulo César Boni, em seu livro *Fincando Estacas: História de Londrina*, declara que

Os primeiros anos da cidade, aqueles da chegada do homem à terra, do desmatamento, da construção dos primeiros barracos, da abertura das primeiras ruas e estradas, da instalação das primeiras instituições sociais, têm pouca memória registrada em suportes consultáveis. [...] boa parte dos pioneiros que para cá vieram era analfabeta, o que dificultava o registro dos dados, mesmo em forma de diários caseiros (BONI, 2004, p. 15-16).

Por sua vez, José Miguel Arias Neto, em seu livro *O Eldorado: representações da política em Londrina – 1930/1975*, através de análises de jornais da década de 1930 em diante, apresenta-nos uma série de citações que contribuem para o conhecimento da realidade da região em que viria a se formar o município de Londrina, quando este ainda era mais mata do que construções.

De início era a floresta. Bruta. Gigantesca. Contorcendo-se nos cipós esguios. Estabilizada nas perobas e figueiras milenárias. Guardando embaixo de sua sombra o húmus vermelho que os séculos criaram. Um dia veio o homem. Mudaram os ruídos sonoros da floresta pelo som abrupto das derrubadas. Abriram-se clareiras e fizeram-se ranchos Criaram-se plantações. E Londrina veio depois [...]. (*Eis aqui a sua Londrina... Só para ter uma ideia*. Prefeitura de Londrina. Março, 1958, p. 1, apud ARIAS NETO).

⁴ Fazem parte da Região Metropolitana de Londrina (RML) os municípios de Londrina, Pitangueiras, Ibiporã, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertãoópolis, Tamarana, Porecatu, Assaí, Jataizinho, Alvorada do Sul, Jaguapitã, Florestópolis, Araongas, Centenário do Sul, Uraí, Guaraci, Prado Ferreira, Miraselva, Lupionópolis, Rancho Alegre e Sertaneja. Disponível em: <<http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?id=1425648>> Acesso em 1 jul 2014.

A formação da cidade de Londrina foi planejada por empresas privadas que, em parceria com o governo do estado do Paraná, assumiram o valioso projeto de desbravamento das terras do Norte. Paulo César Boni aponta que

No final de 1923, desembarcou no Brasil uma missão inglesa que, a convite do presidente Artur Bernardes, veio para conhecer e avaliar as potencialidades econômicas do país, além de analisar e propor alternativas para o sistema tributário brasileiro. [...] Formada por notáveis com altos cargos no governo inglês, presidentes de bancos e representantes de interesses capitalistas, a comissão era presidida pelo Lord Edwin Montagu, motivo pelo qual ficou conhecida como “Missão Montagu” [...] e Lord Lovat (Simon Joseph Fraser), diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate*. [...] A missão inglesa veio de bom grado, pois a Inglaterra estava interessada em novas oportunidades comerciais e ampliar sua área de atuação – principalmente Lord Lovat, que buscava novas fronteiras agrícolas que pudessem suprir a demanda de algodão, matéria prima imprescindível para as indústrias têxteis que ele abertamente representava (BONI, 2004, P. 25-26).

A colonização da região norte do Paraná foi desenvolvida pela Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa de capital britânico responsável pelo lançamento das primeiras demarcações nos arredores de Londrina e região.

[...] a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária da *Paraná Plantations Syndicate*, com sede em Londres, adquiriu entre os anos de 1925-7 uma área de 515.000 alqueires de terras e em 1928 a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, que ligava Cambará a Ourinhos. A área adquirida pela CTNP localiza-se na “mesopotâmia” dos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema. [...] (Jornal Paraná Norte, 03/01/1996, *apud* ARIAS NETO).

Sobre a fundação da cidade de Londrina, Arias Neto apresenta os seguintes dados

Fundada em 1929, a cidade de Londrina foi implantada sobre um espigão a oeste do rio Tibagi, [...] sendo em 1934 elevada a município. Na mesma década foram fundados os núcleos de Cambé (1930), Rolândia (1932), Arapongas (1935), Mandaguari (1937) e Apucarana (1938). [...] Além de serem os únicos núcleos criados durante a fase inglesa⁵ da CTNP, estiveram, durante todo este período, ou seja, até aproximadamente 1943, subordinadas de várias maneiras à cidade de Londrina (ARIAS NETO, 1998, p. 49).

⁵ A Companhia de Terras Norte do Paraná foi adquirida pelos grupos Vidigal/Mesquita de São Paulo, e a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná foi nacionalizada pelo presidente Getúlio Vargas em 1944, que, saindo das mãos do capital inglês, passou a integrar a Rede Viação Paraná-Santa Catarina, de propriedade do Governo Federal. O processo de nacionalização da CTNP e de estatização da estrada de ferro foi fruto de uma série de fatores econômicos e sociais, entre eles “os pesados impostos aplicados sobre capitais estrangeiros, e, no contexto da Segunda Guerra, a proibição feita pelo governo da propriedade de terras por grupos estrangeiros” (ARIAS NETO, 1998, pg. 94).

Devido ao crescimento acelerado desde a sua fundação, Londrina se consolidou como a segunda maior cidade do estado do Paraná. Ao se consolidar enquanto tal, passou a atrair investimentos no campo econômico e, principalmente, educacional, o que lhe possibilitou iniciar o processo de criação de suas primeiras faculdades. E é neste contexto de crescimento econômico e populacional, que surgiu o projeto de criação da primeira universidade em solo londrinense, conforme apresentaremos mais adiante.

Como forma de contribuir para uma melhor compreensão sobre os temas desta pesquisa, o trabalho foi dividido em três capítulos temáticos, cada um deles dedicando-se a uma reflexão específica.

No primeiro capítulo será realizada uma reflexão que busque contemplar a definição do movimento estudantil brasileiro através de sua prática política durante a ditadura. Além disso, pretendemos tecer uma análise sobre a imagem heroica historicamente construída dos estudantes por meio das bibliografias publicadas sobre o movimento estudantil. Aliada a esta reflexão, contemplamos uma breve retrospectiva sobre o processo de formação da União Nacional dos Estudantes (UNE), órgão máximo de representação estudantil. Ainda com relação à historiografia e o movimento estudantil, no final do capítulo há uma revisão bibliográfica como forma de apresentar o estado da arte sobre a produção acadêmica relacionada ao movimento estudantil, de modo a apresentar as contribuições dessas obras para a reflexão do papel dos estudantes durante o período militar brasileiro das décadas de 1960 e 1970.

No segundo capítulo é realizada uma reflexão sobre o golpe civil-militar de 1964 e quais foram as consequências desse ato para a organização política da UNE, apontando a forma como os atos governamentais se articularam para colocar a instituição estudantil na ilegalidade. Para isso, realizaremos uma análise das principais leis e decretos aprovados nos anos posteriores ao golpe, demonstrando as sucessivas tentativas do governo de desarticular a participação estudantil dentro e fora das universidades. Por meio da análise dos documentos disponibilizados no CDPH da UEL, realizamos um comparativo no qual é possível perceber a aplicação dessas leis no *campus* universitário londrinense e os meios encontrados pelos estudantes no sentido de resistir a toda e qualquer determinação do governo. Nesse ponto, apresentamos os principais periódicos produzidos pelos Diretórios Acadêmicos da FUEL, os principais meios de comunicação entre o movimento

estudantil e os discentes, por meio dos quais mantinham a comunidade universitária informada de toda e qualquer manobra repressiva colocada em prática na instituição.

Outro assunto discutido neste capítulo são os acordos firmados entre o MEC e a *USAID*, na tentativa de reformar e modificar o sistema de ensino brasileiro, principalmente o universitário, demonstrando a recepção dessa notícia na FUEL e qual a opinião dos estudantes a respeito dessa reformulação do ensino superior. Além desses acordos do governo com agências internacionais, a Lei 5.540/68, a Lei da Reforma Universitária, também é destaque nesse capítulo. Privilegiaremos um estudo a respeito do impacto desta legislação nas universidades brasileiras e qual a visão apresentada pelos universitários sobre os principais pontos que feriam a autonomia universitária, conquistada após anos de lutas.

O período da ditadura civil-militar foi caracterizado por protestos realizados pelos movimentos sociais, entre eles a UNE, principalmente contra as práticas de tortura e do uso intenso da força para reprimir qualquer foco de manifestação. Partindo desse princípio, neste segundo capítulo também realizamos uma análise acerca da atuação da repressão no *campus* da FUEL, seja por parte da política, seja por parte das determinações dos reitores que estiveram sob o controle dos governos estadual e federal, contribuindo para a vigilância e a supressão das garantias legais por parte de estudantes, professores e funcionários, por meio de decretos, códigos disciplinares ou decretos-Lei.

No terceiro capítulo, partimos para o estudo da documentação sobre o movimento estudantil de Londrina a partir dos arquivos disponíveis na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná. Inicialmente construiremos uma trajetória da função exercida pela DOPS no estado do Paraná no sentido de vigiar e punir os considerados suspeitos de subversão e a discussão sobre o processo de formação dos órgãos de vigilância durante a ditadura, ligados ao Serviço Nacional de Informação (SNI). Neste capítulo, descrevemos os conteúdos disponíveis nas Pastas Temáticas sobre o tema estudado e descrevemos, ainda, a função da AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação) na sistematização das informações sobre qualquer atitude considerada suspeita do ponto de vista dos militares.

Por meio desta atividade histórica de compreensão do passado através das questões que ainda nos inquietam no presente, buscamos resgatar um pouco mais

sobre a história da atuação do movimento estudantil na Universidade Estadual de Londrina, permitindo a ressignificação deste passado por meio de múltiplas fontes e a participação de múltiplos e diferenciados sujeitos que ajudam a construir, cotidianamente, o processo histórico.

CAPÍTULO I

UM ESTUDO SOBRE O ESTADO DA ARTE: MOVIMENTO ESTUDANTIL E A HISTORIOGRAFIA

“Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta; ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo”.
(Florestan Fernandes, 1997)

1.1 UMA REFLEXÃO

Quando se toma como objeto de estudo o movimento estudantil brasileiro é inegável a associação a muitas imagens que remetem, quase que involuntariamente, ao período militar, ou ainda ao episódio dos caras-pintadas durante o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello em 1992. Podemos perceber que a produção da história recente acerca desse tema acaba por levar os leitores mais leigos, ou iniciantes no assunto, a pensar que a atuação do movimento estudantil brasileiro tenha surgido no período de ditadura, restringindo sua atuação a apenas um curto período de tempo na história política brasileira. Dessa forma,

O movimento estudantil tem despontado como tema polêmico na literatura que trata os embates sociopolíticos do Brasil contemporâneo. A sua problematização produz desde interpretações cujo enfoque detecta um ideal de rebeldia esvaziado de qualquer caráter transformador, até ao extremo oposto, trabalhos que exaltam posturas políticas militantes contrárias ao autoritarismo da Ditadura Militar (PELEGRINI, 1997, p. 15).

Pois bem, como enunciado na introdução, este trabalho tem com objetivo estudar a atuação do movimento estudantil da FUEL durante as décadas de 1960 e 1970. Entretanto, para que possamos iniciar nossa discussão, temos que elucidar uma questão que é primordial: *o que entendemos por movimento estudantil?*

Na análise realizada por João Roberto Martins Filho, os estudantes são descritos como uma “categoria social” (p. 20). Neste ponto, ele utiliza a definição do sociólogo e filósofo grego Nicos Poulantzas, o qual aponta que

as categorias sociais têm elas mesmas uma adscrição de classe: estas categorias não são grupos ‘à margem’ ou ‘fora das classes’, como tampouco são, como tal, classes sociais (POULANTZAS, 1973 *apud* MARTINS FILHO, 1987, p. 20).

Reforçando a ideia de que os estudantes são uma *categoria* e não um *grupo* social, João Roberto Martins Filho completa sua reflexão apontando que

No caso dos estudantes, a relação que eles mantêm com o aparelho escolar e as condições particulares de sua atuação política não permitem confundi-los com as classes em que eles se originam. [...] as categorias sociais, por causa de sua relação com os aparatos do Estado e com a ideologia, podem apresentar a miúdo uma unidade própria, em que pese pertencerem a classes diversas [...] [e] podem apresentar, em seu funcionamento político, uma autonomia relativa com respeito às classes a que seus membros pertencem (MARTINS FILHO, 1987, p. 20).

Ainda de acordo com João Roberto Martins Filho, o desenvolvimento do que ele chama de “radicalismo estudantil” não possui sua origem na situação de classe ou então apenas no caráter revolucionário de suas ações, até mesmo porque, como apontado anteriormente, os estudantes formavam um grupo heterogêneo. Para o autor, o que move as atividades estudantis, são, de fato

os ressentimentos e as aspirações frustradas da classe média ascendente. Ao tentar ultrapassar os limites que se antepõem à ascensão de sua classe, ele passa a ser o agente radical do processo de sua superação e o seu desvinculamento se define como a busca por atingir o engajamento pequeno-burguês. [...] Não se trata aqui, portanto, de um engajamento revolucionário no sentido clássico. Na realidade, estamos diante de um “potencial revolucionário”, ou seja, a polarização transformadora da ação de uma camada originalmente ligada à forças tradicionais (MARTINS FILHO, 1987, p. 27-28).

Já Rafael Rosa Hagemeyer, em sua dissertação *Movimento estudantil 68: imagens de uma paixão*, quando analisa a repercussão e o sentido dos principais fatos políticos do ano de 1968 para o movimento estudantil, declara que

não podemos considerar os estudantes universitários da década de 60 como classe revolucionária, ou como categoria auxiliar no processo da revolução socialista, mas sim como principal “sujeito revolucionário. [...] O sentimento de engajamento dos estudantes pode ser entendido na tentativa de construção de uma nova esfera pública. Isso depende da criação e desenvolvimento de uma nova sociabilidade, gerada no momento da experiência da revolta, a partir da destruição simbólica da antiga ordem. Disso resulta a formação de uma nova identidade, calcada na unidade e na solidariedade (HAGEMeyer, 1997, p. 14-15).

A própria construção histórica da imagem dos estudantes precisa ser problematizada. Ou seja, é necessário compreender de que maneira foram atribuídos os adjetos de “revolucionários”, “subversivos” ou outros termos atribuídos

aos estudantes pelos meios de comunicação da época. Para Rafael Hagemeyer, a origem dessa construção imagética do movimento estudantil está na

grande imprensa, chamada de imprensa burguesa pelos líderes estudantis, [que] também foi agente não só da divulgação como também da própria construção de imagens vinculadas ao protesto estudantil. Estes jornalistas, cronistas, fotógrafos e intelectuais de maneira geral podem ser considerados como os artífices do imaginário, que colocam as imagens produzidas na criatividade das ruas no plano da circulação junto ao grande público, retroalimentando as energias utópicas (HAGEMEYER, 1997, p. 14-18).

A partir desse pressuposto, devemos nos alertar para que não caiamos no senso comum, e muito menos de perpetuar esse clichê, de que as manifestações, reivindicações, passeatas, protestos e congressos que foram organizados pelos estudantes ocorreram apenas com o objetivo de redemocratização em períodos ditatoriais ou em períodos de forte agitação política brasileira.

Se trilharmos por esse caminho simplista a que tal explicação está sujeita, continuaremos repetindo as mesmas palavras desconexas de que o movimento estudantil somente tem vida ativa em manifestações e protestos que ocorrem esporadicamente no cenário político nacional. Essa explicação, obviamente, é um tanto quanto equivocada.

Se pensarmos o movimento estudantil apenas como grupos que endossavam as manifestações que, muitas vezes, são passageiras, estamos negando totalmente sua história de lutas e negando o próprio conceito de *movimento social* que lhe é atribuído.

Maria de Fátima da Cunha, em seu livro *Eles ousaram lutar: a esquerda e a guerrilha nos anos 60-70*, analisando o comportamento dos jovens da década de 1960 define que

Os jovens dos anos 60 pretendiam auto-afirmar-se enquanto tal, no confronto desafiador com os adultos, desconfiando de quem tivesse mais de 30 anos. A geração dos anos 60 sofria – e operava – uma mutação, que se refletia em diversos aspectos, inclusive em nível espiritual, provocando o que se convencionou-se chamar de contra-cultura (CUNHA, 1998, p. 28).

Refletir sobre o movimento estudantil brasileiro é ir muito mais além desse senso comum que restringe, e muito, o período histórico e cronológico da atuação dos estudantes no cenário político da história do Brasil.

Concordamos, dessa forma, com o pensamento de André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos, em sua obra *Uma história da UNE (1945-1960)*, no qual retrata a trajetória da fundação e das lutas enfrentadas pela entidade estudantil, afirmando que, muitas vezes, as pautas da luta estudantil estiveram de acordo com as ideologias dos grupos que a coordenavam

Em diferentes períodos, a União Nacional dos Estudantes (UNE) esteve envolvida como participante ou protagonista em temas que agitaram a sociedade brasileira. [...] a UNE foi um canal de expressão de diversos grupos políticos que, ao seu tempo, tiveram suas prioridades e suas concepções aprovadas nas instâncias de legitimação dos repertórios da entidade para que se expressassem como demandas de todo o movimento (MATTOS, 2014, p. 19).

Pensar o movimento estudantil, portanto, é também pensar a ocorrência dos vários conflitos travados pelos estudantes durante um longo período da história brasileira. Se chegássemos a realizar uma enquete em que constasse a seguinte pergunta: *“Quando falamos em movimento estudantil, qual período lhe vem imediatamente à cabeça?”*, certamente a resposta com maior ocorrência seria: *ditadura militar*.

Destarte, a ditadura que imperou no Brasil por vinte e um anos foi mais um enfrentamento do movimento estudantil brasileiro. Pode-se pensar que a atuação desse movimento é algo recente. O que não se sabe, porém, é que as lutas estudantis são muito mais antigas do que a própria institucionalização da União Nacional dos Estudantes, a UNE. É necessário, portanto, compreender esse passado, visto que muitas dessas questões são, ainda, abordadas em nosso presente. Ocorre aqui o que escreve Marc Bloch, quando aponta que *“a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”* (BLOCH, 2001, p. 65).

Além disso, é necessário realizar um exercício de reflexão que permita compreender os estudantes como sendo membros de grupos sociais/econômicos distintos e até mesmo com visões políticas diferentes. João Roberto Martins Filho realiza uma crítica aos teóricos que tentam descrever a atuação do movimento estudantil como desprovida de influência política ou por ideais de classes sociais

Para o autor

Vários teóricos já destacaram que o meio estudantil apresenta como uma de suas características particulares a tendência à criação de uma auto-imagem de descompromisso e desvinculamento social, o que em minha visão reforça os traços idealistas que venho assinalando⁶ (MARTINS FILHO, 1987, p. 18).

Reflexão semelhante realiza André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos, quando aponta a presença de diversas demandas provenientes de grupos políticos distintos no interior da UNE

[...] como entidade que se assumiu e foi reconhecida como representante de todos os universitários brasileiros, [a UNE] teve de resguardar em seu interior espaços para a coexistência tanto das múltiplas demandas que existiram entre os militantes que ocuparam suas diretorias, quanto das pautas de reivindicações das entidades estudantis regionais e das forças políticas que, mesmo desalojadas das direções, mantiveram expressão no interior do movimento (MATTOS, 2014, p. 19).

Historicamente, as primeiras organizações estudantis remetem ao período colonial e já nasceram com cunho político de reivindicação e de protestos contra a política da metrópole. Arthur Poerner nos indica aquilo que, segundo ele, pode ser considerada a primeira manifestação estudantil que se tem história em solo brasileiro. Segundo o autor

A primeira manifestação estudantil que se tem notícia no Brasil Colônia ocorreu em 1710 quando mais de mil soldados franceses invadiram a cidade do Rio de Janeiro. Um número de aproximadamente quinhentos estudantes de conventos e colégios religiosos saíram às ruas com espingardas e outras armas brancas para lutar contra os invasores, forçando-os a abandonar a cidade e se refugiar em lugar seguro (POERNER, 2004, p. 54).

Antes, porém, é preciso realizar uma distinção que nos parece ser capital: aqueles estudantes eram provenientes dos grupos economicamente dominantes da sociedade brasileira e educados em universidades europeias, pois o ensino superior ainda era inexistente em solo brasileiro. As manifestações oriundas da categoria estudantil sobreviveram ao período colonial, adentraram no período imperial e ganharam força durante o período republicano onde, principalmente na década de

⁶ Esses traços idealistas que vêm sendo assinalados pelo autor referem-se à análise da produção bibliográfica referente à representação do movimento estudantil nas produções historiográficas, que tentam atribuir aos estudantes uma participação heroica na história do Brasil, desvinculada de qualquer consciência política ou de classes.

1930, ganhou maior apoio e adeptos, principalmente após a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A UNE⁷ nasceu em meio a um conturbado período da história política do Brasil sob o governo de Getúlio Vargas. A fundação da UNE, segundo Poerner, foi

fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor dessa participação ao longo da nossa história (POERNER, 2004, p. 119).

Esta participação política estudantil da UNE, desde sua fundação, em 1937, foi caracterizada pela resistência da entidade aos principais decretos e ações promovidos pelos governos subsequentes no sentido de diminuir, e até mesmo silenciar, a participação dos alunos envolvidos com a entidade. Durante a ditadura, o ataque às atividades ligadas à UNE, e ao movimento estudantil como um todo, foi se tornando cada vez mais intenso, o que não impediu que a instituição criasse mecanismos para resistir.

Estamos nos referindo constantemente ao termo *resistência* para caracterizar essa participação política ligada à UNE. Dessa forma, é necessário aqui realizarmos uma definição que se faz extremamente necessário, para que possamos dar continuidade à nossa discussão: qual o sentido de *resistência* atribuído a esta atuação do movimento estudantil, em especial no período da ditadura?

Norberto Bobbio, em seu Dicionário de Política, esclarece que a palavra resistência “trata-se mais de uma reação que de ação, de uma defesa que de uma ofensiva, de uma oposição que de uma revolução” (1998, p. 1114). Além disso, para ele, o surgimento da resistência enquanto defesa ou proteção a algo ou alguém “teve como ideal não só a defesa da nação contra a ocupação e a exploração econômica, como também a defesa da dignidade do homem contra o totalitarismo.” (*idem*).

Mais a frente, Bobbio complementa, apontando que a resistência não é específica de apenas um período histórico ou um regime político, pelo contrário, ela

⁷ A União Nacional dos Estudantes (UNE) surgiu em 11 de agosto de 1937, na Casa dos Estudantes do Brasil após a realização do 1º Conselho Nacional dos Estudantes. O reconhecimento oficial da instituição ocorreu em 11 de fevereiro de 1942, através do Decreto-Lei nº. 4.105.

nasce em toda a parte, como fenômeno espontâneo, de um ato voluntário ou da conscientização de indivíduos e pequenos grupos, dispostos a rebelar-se e a não aceitar a ocupação. [...] A Resistência é importante para o pensamento político, já pela guerra de guerrilha em que se traduziu quase em toda a parte, o que veio a constituir uma nova "arte da guerra", já pela nova figura "política" do guerrilheiro, que expressa total hostilidade (BOBBIO, 1998, p. 1115-1116).

Analisando as diversas formas de resistência no panorama político, Bobbio esclarece a diferença entre resistência *ativa* e *passiva*. Para ele,

A resistência ativa é diferente da passiva: enquanto esta se limita a não colaboração, a sabotar passivamente, nos ministérios e nas fábricas, as iniciativas do inimigo, aquela o ataca com o fim de o desmoralizar, estando a sua máxima manifestação na guerrilha, de características diversas, conforme se desenvolva na montanha, na planície ou na cidade. A resistência ativa faz obra de propaganda por meio da imprensa clandestina, organiza greves, sabota a economia [...] (BOBBIO, 1998, p. 1115).

A discussão acerca da atuação do movimento estudantil brasileiro é relativamente extensa. Vários autores, principalmente desde o período militar, têm se empenhado em realizar uma análise cada vez mais profunda sobre a repercussão desse movimento na história recente do Brasil. Muito se produz, em termos de historiografia, a respeito desse tema, e as publicações tendem a crescer cada vez mais.

Esse crescimento na discussão e nas pesquisas de determinado assunto é, para o campo da História, muito enriquecedor e valioso, pois

a pesquisa histórica surge de "achados" – de novas fontes, de novas conexões entre as coisas, de comparações – ou surge de insatisfações que, por sua vez, são provocadas pelo surgimento de novos pontos de vista, de nova "teorias", ou de novas curiosidades sociais (ARÓSTEGUI, 2006, p. 465).

Recentemente, quando o golpe de 64 comemorou cinquenta anos, as produções a respeito do tema aumentaram significativamente. E, para a pesquisa histórica, isso é muito visto com bons olhos, pois temos a oportunidade de conhecer as múltiplas facetas que o movimento estudantil adotou para resistir ao regime militar.

Vários debates, congressos e colóquios, a nível nacional e internacional, têm sido organizados desde o início do ano de 2014, com o objetivo de analisar as contribuições das produções sobre o movimento estudantil para analisar sua

atuação política durante o regime. É claro que há muito mais o que ser pesquisado e descoberto, e é isso que é animador, pois quanto mais se produz, mais temos a chance de conhecer os fatos que ocorreram durante o período militar.

O movimento estudantil teve uma participação importante na luta contra a ditadura brasileira, e essa história precisa ser resgatada e, principalmente, ser dada a conhecer a toda a população brasileira, pois fatos como estes não podem correr o risco de cair no esquecimento ou serem simplesmente silenciados.

A análise dos diversos documentos produzidos pelos órgãos da ditadura permitiu a produção de uma narrativa diversificada que pretende apresentar as várias visões e compreensões que podem ser realizadas de um mesmo período histórico. No próximo subtítulo, realizaremos uma pequena reflexão a respeito de algumas obras produzidas sobre o movimento estudantil, para que seja possível compreender o atual estado da arte sobre este movimento social que teve grande destaque na resistência ao governo militar.

1.2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A HISTORIOGRAFIA

Desde a década de 1960, muito se produziu, em termos de historiografia, sobre o movimento estudantil brasileiro. Dessa forma, para proceder à análise das fontes e para possibilitar uma reflexão que pudesse contemplar as principais obras que se dedicam a analisar a atuação do movimento estudantil, foram usados dois conjuntos bibliográficos: a) estudos sobre os movimentos e participação política dos estudantes no Brasil, especialmente após o golpe de 1964; b) estudos sobre os movimentos e participação política dos estudantes do Paraná, e de Londrina em particular.

Sendo assim, antes de iniciarmos a análise do movimento estudantil da antiga FUEL, é de fundamental importância para a pesquisa histórica uma reflexão que contemple as variadas obras que descrevem o papel desempenhado pelos estudantes no período da ditadura.

Uma das obras mais consagradas para o estudo da atuação do movimento estudantil brasileiro foi escrita na década de 1980 por Antonio Mendes Junior, intitulado *Movimento estudantil no Brasil*. Nesta obra, o autor realiza um resgate histórico da atuação estudantil no Brasil, atuação esta que, para ele, se deu de

quatro formas: individual, coletiva, organizada e clandestina (MENDES JUNIOR, 1981).

Segundo o autor, a atuação individual “corresponde [...] aos fins do período colonial e aos primeiros tempos do Império” (p. 9), o período da atuação coletiva “localiza-se, cronologicamente, no transcorrer do Segundo Império e da Primeira República, estendendo-se até o fim do Estado Novo (1937)” (p. 10), a atuação organizada “inicia-se em 1937, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE)” e que “pela primeira vez articula-se uma entidade de caráter nacional” (p. 10) e, finalmente, o quarto período, a atuação clandestina, que, para o autor, “trata-se de um período curto, de apenas três ou quatro anos [...]. Inicia-se com a adoção do Ato Institucional nº. 5 pelas autoridades militares, que mergulhou o país no mais intenso período de repressão de que se tem notícia na nossa História. (p. 10-11).

Ainda na visão de Mendes Junior, analisando a atuação dos estudantes na história do Brasil, é possível perceber que “a participação política estudantil na vida brasileira não se dá de forma contínua ou crescente, mas sim obedece a fases de fluxo e refluxo” (p. 9).

A abordagem utilizada por Antonio Mendes Junior é marcada por um tempo cronológico longo, pois se dedica a descrever a atuação dos estudantes brasileiros desde o período colonial, passando pelo Império, a Primeira República, o governo Vargas, analisa a consolidação do golpe de 1º de abril e, ainda, aborda as diversas leis que interferiram na organização da UNE e nas liberdades do povo brasileiro, como a Lei 4.464/64 e o AI-5. Este livro, produzido ainda durante o período da ditadura, apesar de elucidar questões pontuais que tentam descrever, didaticamente, a forma escolhida pelas lideranças estudantis para lutar por uma educação de qualidade e também pela manutenção na democracia no Brasil, faz uso poucas fontes para descrever seu objeto. Apesar de limitado, contribui para a compreensão da organização estudantil através da história política brasileira.

Ao nos referirmos à atuação do movimento estudantil brasileiro durante a ditadura, uma obra que se faz necessário conhecer é o livro de João Roberto Martins Filho, *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Trata-se de uma das primeiras e mais completas obras que se dedicam a analisar a formação do movimento estudantil e de que forma se deu a organização dos militantes após o golpe de abril de 1964. Além de realizar esta análise sobre a institucionalização do regime e a clandestinidade do movimento estudantil, o autor também dedica uma

parte do livro a analisar a construção da imagem dos estudantes durante o período militar. Ao tentar compreender qual a visão perpetuada pela historiografia a respeito dos estudantes brasileiros que se lançaram à luta armada, João Roberto percebe que, historicamente, é atribuído ao estudante o caráter de “revolucionário”, típico do seu processo de formação intelectual.

Após análises mais detalhadas, o autor percebe que o radicalismo estudantil, típico das décadas de 1960 e 1970 está relacionado “à situação de classe do jovem universitário”, pois “na origem do radicalismo do estudante estariam os ressentimentos e as aspirações frustradas da classe média ascendente”. Dessa forma, o jovem “passa a ser o agente radical do processo de sua superação e o seu desvinculamento se define como a busca por atingir o engajamento pequeno-burguês”, ou ainda, a busca “por ultrapassar tudo quanto signifique compromisso com situações e grupos conservantistas e tradicionais” (p. 27).

Além da análise realizada acerca da representação histórica do estudante, João Roberto Martins Filho também elabora uma reflexão importante sobre os desdobramentos da política militar para a universidade e os modelos de repressão criados para impedir as manifestações desenvolvidas pelas entidades estudantis. O autor também destaca que, durante a década de 1960, os estudantes concentraram sua atuação na luta contra a ditadura e, principalmente, a favor do ensino superior, na reivindicação de abertura de novas vagas nos cursos de graduação, pois os “estudantes aprovados nos vestibulares não conseguiam vagas, devido à incapacidade das escolas em absorver a crescente demanda” (p. 123). Dois problemas que envolviam o mesmo sujeito. À partir dessas reivindicações, como aponta o autor, os conflitos seriam muito mais intensos.

O livro da historiadora Sandra de Cássia Pelegrini, *A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil*, prima pela análise da atuação do movimento estudantil na década de 1960 voltada para as lutas em favor do direito ao acesso e permanência no ensino superior. Diferentemente de outros autores, que imprimem uma visão mais política acerca dos estudantes, Sandra Pelegrini desenvolve uma reflexão que descreve a influência das leis do regime militar e seu reflexo na educação. Além das leis, a autora também analisa outros acordos, principalmente aqueles assinados entre o MEC/USAID e o Relatório Atcon. Além dessas reflexões, a autora também prioriza um estudo sobre a contribuição do CPC da UNE para

utilizar a arte e a educação como formas de luta contra a ditadura e os debates acerca da Reforma Universitária.

Ademais desses temas abordados, a autora também descreve um conjunto de obras consideradas por ela como “olhares diferenciados” sob o mesmo tema, abordando as múltiplas formas como o movimento estudantil foi visto pela historiografia através dos tempos.

Segundo ela

Uma das tendências predominantes nesses estudos atribui ao movimento estudantil características de “rebeliões de juventude”, justificadas pelo seu caráter “esporádico”, “descompromissado” e “transitório” (PELEGRINI, 1997, p. 16).

Quando o assunto é o ano de 1968, várias obras tentam analisar, cada uma a seu modo, os fatos que desencadearam esse ano tão polêmico. Além do livro de Sandra Pelegrini, que utiliza os jornais da época para retratar, de forma crítica, a atuação estudantil neste período, outro estudo retratando este mesmo ano foi realizado por Rafael Rosa Hagemeyer, na dissertação *Movimento estudantil 68: imagens da paixão*. Neste trabalho, o autor busca retratar os principais acontecimentos ocorridos no ano de 1968: o assassinato do estudante Edson Luís, o líder da Passeata dos Cem Mil, Vladimir Palmeira, a batalha da rua Maria Antônia, a análise da letra da música *Pra não dizer que não falei das flores*, o Congresso de Ibiúna e o Ato Institucional nº. 5. A este conjunto de fatos, Rafael Hagemeyer chama de “paixões”, o que para o autor são acontecimentos de grande “impacto emocional” para a sociedade brasileira e que se constituem como as principais imagens do ano de 1968.

A pesquisa de Rafael Hagemeyer, datada de 1997, muitas vezes traz uma sensação de heroísmo atrelado à participação do movimento estudantil brasileiro, muitas vezes se assemelhando à interpretação de Arthur Poerner sobre a militância estudantil. De outro lado, a narrativa construída por ele realmente traz um ar de “paixão”, com uma aura reflexiva e um sentimento contemplativo sobre a repercussão de cada um desses fatos marcantes na história do Brasil.

Toda a obra reproduz essa narrativa “romântica”, dando ao trabalho justamente esse caráter passional adquirido pelas manifestações ao longo do ano de 1968. Além disso, a obra traz uma complementação para a análise histórica

sobre o significado deste ano tão controverso, a partir das diferentes perspectivas de quem viveu esta época.

Nesta análise sobre o estado da arte a respeito do movimento estudantil brasileiro é interessante citarmos também a obra de Maria de Fátima da Cunha, intitulado *Eles ousaram lutar*. Nesta obra, a autora busca refletir acerca das propostas da esquerda brasileira após o golpe de 1964. Além disso, Maria de Fátima chama a atenção para um detalhe: após o golpe de 1964, parte da esquerda brasileira, conhecida como “esquerda revolucionária” (CUNHA, 1998, p. 17), passa por um processo de cisão, formando, no entender da autora, *novas esquerdas*. Segundo Maria de Fátima

Esse setor da esquerda brasileira – que se autodenominava “esquerda revolucionária” – acelera um processo caracterizado, principalmente, pela “diferenciação” e por “realinhamentos” [...] e também por força da luta que se travaria contra a repressão. A esquerda brasileira passa a adquirir, a partir desse momento, uma nova forma de organização, marcada essencialmente pela multiplicidade de siglas, tendências e correntes. Tais cisões intensificam-se em razão, notadamente das avaliações das *causas* que haviam levado ao golpe e também da necessidade de traçar outras estratégias frente à nova situação (CUNHA, 1998, p. 16-17).

A partir da reflexão sobre essas cisões ocorridas na esquerda brasileira, a autora se dedica a analisar o resultado dessas cisões no interior do PCB, originando uma série de organizações para as quais se encaminharam os dissidentes de outros grupos guerrilheiros.

Outro livro de importante contribuição para o estudo da participação estudantil na história política brasileira é de Maria Ribeiro do Valle, intitulado *1968: o diálogo é a violência*, no qual a autora se dedica a estudar, a partir de reportagens de jornais, o agitado ano de 1968, destacando “os principais episódios da intensa luta política travada no Brasil em 1968 entre o movimento estudantil e a ditadura militar” (VALLE, 1999, p. 13). Apesar de relatar apenas os acontecimentos do ano de 1968, Maria Ribeiro do Valle traça uma trajetória muito interessante sobre a atuação estudantil neste ano, desde a morte do estudante Edson Luís, em 28 de março de 1968, até a o Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro.

Logo nas primeiras páginas do livro, a autora deixa claro a oposição entre estudantes e os órgãos de segurança da ditadura, não se prendendo a nenhum discurso

Neste espaço público de luta aberta [as ruas] com os órgãos de segurança e, ao mesmo tempo, de contato com a população e a imprensa, a violência estudantil explicita-se como instrumento bélico e pedagógico de transformação, configurando, mais que um revide espontâneo à investida repressiva, uma ação exemplar destinada a desvelar ao “povo” o caráter intrinsecamente injusto e agressivo de um sistema erguido sobre a exploração econômica e a opressão política (VALLE, 1999, p. 14).

Com relação a uma perspectiva mais regional sobre o movimento estudantil, podemos citar o livro de Renata Maria Caobianco, *Movimento Estudantil na UEL (1971-1984)*. Nesta obra, a autora traça um panorama da forma como os estudantes da UEL, em Londrina, se organizavam na luta contra os decretos e decisões do regime. A leitura deste livro, originalmente uma Dissertação de Mestrado defendida na própria UEL, foi o ponto de partida para esta pesquisa, pois permitiu encontrar fontes e referências para a sua escrita, além de apontar que esse desafio seria possível. Durante o livro, a autora, assim como nas demais obras sobre o tema, descreve o golpe que deu início ao regime militar, a construção do seu aparato repressivo, os acordos MEC-USAID, a repercussão do AI-5, entre outros decretos governamentais. Com relação à atuação do movimento estudantil na UEL, a autora aponta o processo de construção da universidade e realiza uma análise geral da forma como a violência policial e a vigilância recaíram sobre a UEL. Apesar de sua inestimável contribuição para a reflexão sobre a atuação política dos estudantes da UEL, a autora usa poucas fontes para fundamentar seu trabalho. Mesmo quando cita os jornais Poeira e Terra Roxa, se referindo à *imprensa alternativa*, como forma de informação à comunidade estudantil, ela não apresenta a visão dos estudantes com relação às leis e decretos do governo federal. O trabalho com fontes está restrito na utilização de reportagens de jornais como Folha de Londrina, Jornal Panorama e O Estado do Paraná, pouco explorando as fontes produzidas pelo próprio movimento estudantil.

Recentemente, no ano de 2013, após as manifestações ocorridas em todo o Brasil, que ficaram conhecidas como “protestos de junho”, foi publicado o livro *Uma história da UNE (1945-1964)* escrito pelo historiador André Luiz Rodrigues de Rossi Matos. Nesta obra, o autor resgata a história de lutas da UNE, principalmente após o período do término da Segunda Guerra Mundial e a saída de Getúlio Vargas do poder. Com um corpo documental muito grande, o autor busca analisar quais grupos, organizações e partidos políticos passaram a integrar a diretoria da UNE durante as décadas de 40, 50 e 60 e de que forma esse multipartidarismo e variadas

organizações influenciaram nas decisões políticas e reivindicações da entidade estudantil, destacando a participação dos udenistas, anticomunistas, comunistas e partidos de esquerda. Como o autor mesmo conclui “o movimento estudantil não é homogêneo e nem imutável no tempo e no espaço” (p. 20).

Logo na introdução da obra, o autor descreve a UNE como sendo palco de disputas entre estudantes de vários partidos políticos, ao descrever que

[...] como entidade de coordenação ou orientação do movimento universitário, a UNE foi um canal de expressão de diversos grupos políticos que, ao seu tempo, tiveram as suas prioridades e as suas concepções aprovadas nas instâncias de legitimação e repertórios da entidade para que se expressassem como demandas de todo o movimento (MATTOS, 2014, p. 19)

A obra é de grande importância para a historiografia, pois revisita conceitos e práticas políticas da UNE, que durante muito tempo foi vista como sendo coordenada apenas pelos partidos de esquerda. A pesquisa de André Mattos ajuda a compreender um pouco mais a fundo o histórico de disputas políticas pelo controle da entidade estudantil, retirando a tradicional visão de sua luta como sendo parte da agenda dos partidos políticos voltados para a esquerda revolucionária.

Outra obra de grande auxílio para a iniciação dos estudos sobre o período da ditadura no Brasil é o livro *Brasil: nunca mais*, organizado pela Arquidiocese de São Paulo. Esta publicação constitui-se em uma importante referência quando se trata da apresentação dos principais eventos relativos ao período ditatorial, bem como contextualiza fatos, descreve organizações políticas, movimentos sociais e cenas de tortura.

Publicado pela primeira vez em 1985, a obra retrata a atuação da repressão política durante o regime militar a partir da análise de uma série de documentos produzidos pelos próprios órgãos de repressão. O projeto de pesquisa *Brasil: nunca mais*, iniciado em 1979, foi realizado no sigilo, evitando que os agentes da ditadura atrapalhassem seu desenvolvimento. O que nos foi relegado para a atualidade a partir desta obra, serve para descrever de que forma a tortura, as perseguições e as mortes ocorriam, bem como demonstra as estratégias de luta e resistência de cada um dos sujeitos perseguidos pela ditadura.

A apresentação da obra relata que a pesquisa teve o cuidado de

reunir as cópias de quase totalidade dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979. [...] Foram obtidas, por inúmeros caminhos, cópias de 707 processos completos e dezenas de outros incompletos, num total que ultrapassou 1 milhão de páginas imediatamente microfilmadas em duas vias, para que uma pudesse ser guardada, sem riscos, fora do país (Brasil: nunca mais, 2009, p. 20).

Enfim, o livro *Brasil: nunca mais*, é uma das principais obras quando se refere às formas de repressão e tortura utilizadas pela ditadura, no sentido de descobrir o paradeiro daqueles considerados “subversivos”. É uma obra repleta de depoimentos de pessoas que foram vítimas do sistema repressivo militar que passaram pela experiência de interrogatórios e tortura física e mental.

Ora, esse exercício que acabamos de realizar, permite refletir sobre a quantidade e a qualidade das obras publicadas acerca deste tema, levando-nos a concluir que, mesmo tendo se passado 50 anos do golpe e quase 30 anos do fim da ditadura, há, ainda, muito o que se estudar e, principalmente, muito o que se pesquisar.

CAPÍTULO II

A UNIVERSIDADE GOLPEADA

“A paz [...] será assegurada, quer queira, quer não queiram os agitadores. Nós queremos a paz, queremos o trabalho e a democracia real; a democracia respeitada, acatada com autoridade para dar ao povo aquilo que ele precisa”.
(Costa e Silva, 31/03/1968)

2.1 CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964

A frase que abre este capítulo, retirada de um pronunciamento do general-presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969), representa muito bem o clima tenso que se instalou no Brasil durante o período militar. A “paz”, citada pelo presidente da República, seria assegurada, independentemente dos meios que fossem utilizados para garanti-la. Esses “agitadores”, em outras oportunidades e citações chamados de “comunistas”, sentiram na pele os meios legais e ilegais para a garantia da tão almejada paz desejada pelas autoridades.

A concepção da sociedade com inimigos internos à “paz social” imposta pelo regime é uma das bases da doutrina de segurança nacional. Nesta doutrina, a paz social estaria permanentemente na iminência de um ataque, a partir da infiltração e mobilização de setores populares, entre eles os estudantes. Assim, a união de diferentes grupos da sociedade, vinculados ao pequeno, médio e grande capital, nacional ou internacional foi a responsável por liderar a defesa do país contra a ameaça comunista que aqueles grupos potencialmente subversivos representavam (RUBERT, 2012, p. 97).

Vários eram os grupos combatentes da ditadura, pertencentes a classes sociais e, até mesmo, a grupos revolucionários diferentes, que, cada qual a seu modo, traçavam suas estratégias de resistência. Segundo Marcelo Ridenti, em nível nacional

A composição social de cada um dos diversos grupos armados era relativamente diversificada no que tange a ocupação profissional, idade e sexo. No conjunto, predominaram os integrantes que poderiam ser classificados como de camadas sociais intelectualizadas, que compunham 57,8% do total de 2.112 processados pela Justiça Militar por ligação com organizações armadas urbanas, cujos militantes eram jovens na maioria (51,8% até 25 anos de idade) e do sexo masculino (81,7%) (RIDENTI, *In*: REIS & RIDENTI, 2007, p. 107).

O mesmo golpe que derrubou do poder o presidente João Goulart, que assumiu após renúncia de Jânio Quadros e um breve período de parlamentarismo, resultou em sérias transformações na estrutura política, social e econômica do Brasil.

Para Boris Fausto

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência do “exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções” (FAUSTO, 2010, p. 465).

Ainda com relação à construção política do período militar, Silvania Rubert aponta que

No contexto da Ditadura, a marca do político com o social se constrói a partir do momento em que o político passa a exercer sobre o social desproporcional controle, censura e repressão, retirando do social o direito de atuar enquanto agente comportamental. São ações autoritárias que objetivam cercear a vida e inculcar a censura (RUBERT, 2012, p. 97).

Mais que brasileiro, esse fenômeno de conflito entre diferentes movimentos sociais e as forças conservadoras foi latino-americano. Na década de 1960, o imaginário histórico foi preenchido com uma série de revoltas e movimentos sociais liderados por jovens, que incluíam na pauta de luta, além da exploração e subordinação econômica e política da população em geral, o atraso nas relações de gênero, traduzidos na “dupla tutela do patriarcalismo econômico e do machismo ibérico”, a fraqueza das instituições democráticas e a frequente intervenção das Forças Armadas na vida política. Nessas condições, o enfrentamento armado contra esses regimes militares foi uma das experiências mais marcantes dessa geração (MORAES, In: REIS & RIDENTI, 2007, p. 342-343).

Assim, mesmo antes do golpe de 1964, alguns grupos de estudantes tinham a compreensão de que deveriam apoiar avanços na sociedade, mas que esses avanços transcenderiam a velha política eleitoral e as práticas cotidianas de uma sociedade conservadora. A desconfiança desses grupos em relação ao que consideravam um “reformismo” mostra que o movimento estudantil possuía reivindicações que não podiam ser reduzidas apenas aos conflitos partidários do momento.

Após a posse de João Goulart, obtida através da Campanha da Legalidade, a UNE apoiou o governo janguista durante seu pouco tempo a frente do poder, até mesmo porque a política defendida pelo presidente era de interesse dos representantes da UNE.

Maria de Fátima da Cunha, analisando a interpretação de Marilena Chauí a respeito da política de governo de João Goulart aponta que

a democracia populista do período João Goulart era vista de maneira diferente pela direita e pela esquerda. Para a direita, o governo João Goulart significava o perigo da “guinada comunista” do regime e, para a esquerda, representava o “reformismo comunista” do janguismo e do PCB que o apoiava (CUNHA, 1998, p. 29).

Sobre o golpe contra o governo de Jango, Maria Lygia Quartim de Moraes esclarece que

O golpe militar de 1964, que se auto-intitulou de “revolução”, contou com a adesão de todos aqueles que se sentiam ameaçados pelas reformas propostas pelo governo Jango e pela presença de movimentos populares, como as Ligas Camponesas [...]. Mas é preciso ressaltar que esse apoio refletiu não somente o medo dos proprietários, mas também o moralismo e o conservadorismo reinantes (MORAES, *In*: REIS & RIDENTI, 2007, p. 344).

Carlos Fico, em seu livro *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar*, descrevendo o golpe de 1964, aponta que

As principais posições já estavam conquistadas pelos militares golpistas no dia 1º de abril de 1964. João Goulart não ofereceu resistência, malgrado algumas demandas nesse sentido, provenientes de assessores diretos do presidente virtualmente deposto. [...] Às 2h40min do dia 2 de abril de 1964, em uma sessão fulminante, [...] Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, declarou vago o cargo de presidente da República [...] (FICO, 2001, p. 33-34).

A participação popular, principalmente dos estudantes, preocupava a classe industrial e empresarial do país, pois segundo Silvana Rubert

Havia o medo de que as tensões sociais colapsassem a economia. Para empreender tal combate [contra a população], foi preciso centralizar o poder nas mãos do Estado, principalmente no executivo, a fim de que o país continuasse a representar um espaço seguro de investimento para o capital internacional – sem a iminente ameaça à propriedade privada e livre uso do capital trazida pela proximidade de parcelas da população com os ideais socialistas ou mesmo das reformas de base de João Goulart – necessário para a consecução do projeto de desenvolvimento do país. O conceito de defesa foi interpretado como a necessidade de ataque, e assim o golpe foi vitorioso, unindo parcelas da sociedade civil e da sociedade militar (RUBERT, 2012, p. 98).

A UNE foi uma das instituições que mais sofreu perseguições e repressões advindas do regime militar. Pelo fato de os estudantes apoiarem as propostas a favor das Reformas de Base e também pelo fato de serem considerados rebeldes e contestadores, desde quando iniciaram suas articulações em grupo, ainda no século XVIII, os militares viram nos representantes da UNE uma ameaça. Ameaça essa que poderia colocar em risco o poder estabelecido pelas Forças Armadas, pois mesmo após o golpe, os estudantes saíram em defesa da democracia e manifestando seu repúdio ao novo regime.

De acordo com Mendes Jr.

As prisões, perseguições, expulsões de faculdades, que se seguiram ao golpe de 1964, conseguiram, num primeiro momento, desbaratar completamente o Movimento Estudantil [...]. O ano de 1964 foi marcado por uma grande repressão contra o Movimento Estudantil [...]. Fechamento de entidades, com invasão das principais, e prisão de quase toda a liderança mais ativa dos estudantes. Não foram presos os que conseguiram se exilar [...] (MENDES JR., 1982, pp. 75-76).

Nesse sentido, logo após o golpe militar, a repressão desencadeada pela ditadura funcionou como uma “Operação Limpeza”, principalmente contra a UNE, que teve sua sede incendiada na manhã do dia 1º de abril. Nas universidades espalhadas pelo Brasil, centenas de estudantes foram presos e a UNE, durante o ano de 1964, foi colocada na ilegalidade. À partir da extinção da instituição, uma nova estrutura de representação estudantil foi desenvolvida, mas agora vigiada pelo Ministério da Educação, evitando qualquer tipo de comportamento subversivo (ALVES, 1985, p. 69).

Já João Roberto Martins Filho, analisando as consequências da implantação da ditadura em abril de 1964, descreve que

o movimento universitário retomou suas atividades políticas no pós-golpe, voltando-se paulatinamente para a luta antiditatorial e procurando retomar algumas das bandeiras que motivaram sua mobilização na fase precedente. [...] sua autonomia organizativa frente ao Estado, impediu o desmantelamento do sindicalismo estudantil [...] [e] tornou possível o revivescimento das tendências estudantis de esquerda e a retomada das entidades por essas correntes, mesmo numa situação de semi-clandestinidade (MARTINS FILHO, 1987, P. 77-78).

Rafael Rosa Hagemeyer realiza uma análise que permite descrever o cenário político que levou a UNE, mesmo na ilegalidade, a se tornar uma das principais entidades de luta contra a ditadura. Para ele

No caso da União Nacional dos Estudantes (UNE), cabe enfatizar a sua clandestinidade, o que lhe dotava da aura de "principal organização de resistência contra a ditadura". A clandestinidade é uma situação que afeta a própria produção simbólica do movimento. A medida em que urge explicitar seus reais compromissos, as atividades como a pichação de muros, a impressão de panfletos, mesmo as reuniões tornam-se em si mesmas atividades revolucionárias, uma contestação à ordem vigente (HAGEMeyer, 1997, p. 16).

Com a consolidação do golpe, o primeiro presidente militar, Humberto de Alencar Castelo Branco, passou a governar através de atos institucionais (AI), que garantiam ao presidente da República amplos poderes para administrar o país, além de cassar políticos e extinguir as legendas partidárias existentes⁸.

Não foi apenas no campo político que as transformações oriundas do golpe foram sentidas. No campo educacional as mudanças no planejamento e na gestão do ensino brasileiro foram sentidas logo no início do governo de Castelo Branco e atingiram todos os níveis, mas principalmente o ensino superior, já tão necessitado de reformas e adequações reivindicadas pela UNE desde a década de 1950.

Este período pós-golpe torna-se totalmente conturbado e as incertezas passam a reinar, especialmente políticas. Segundo afirma Maria de Fátima da Cunha

Instituído o golpe militar de 64, inicia-se no Brasil um difícil processo de luta pela democracia, quando a esquerda aliada a outros segmentos sociais, sofre duros golpes, em virtude do endurecimento do regime. Com a queda de Goulart e o fim dos planos de transformação social da realidade brasileira, verificou-se que os caminhos anteriormente escolhidos para a revolução eram inadequados. Fez-se necessário, então, localizar e "corrigir" os enganos que possibilitaram a derrota de 64. Tal pensamento marcaria

⁸ Podemos citar, entre os vários atos institucionais (17 no total) que foram decretados pelos presidentes da República entre os anos de 1964 a 1969, a partir da análise de Fernando de Oliveira Sikorski (2010): Ato Institucional nº. 1 (AI-1): afirmava que o movimento civil e militar era uma revolução, além de atribuir ao governo militar o poder de alterar a constituição, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos. O Ato Institucional nº. 2 (AI-2): estabeleceu que as eleições para presidente e vice-presidente da República seriam realizadas de forma indireta e extinguiu todos os partidos políticos brasileiros. A partir da extinção dos partidos, surgiram a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) com partidários do governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) com todos os membros da oposição. O Ato Institucional nº. 3 (AI-3): decretou eleições indiretas para os cargos de governador e vice-governador dos estados, além da indicação dos prefeitos das capitais estaduais pelos governadores eleitos. O ato institucional mais conhecido até hoje é o de número 5 (AI-5). Ele concedia ao presidente da República poderes de cassar mandatos, intervir em estados e municípios, suspender direitos políticos de qualquer pessoa e, o mais importante, decretar recesso do Congresso e assumir suas funções legislativas no ínterim. O AI-5 também suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos. Por consequência, jornais oposicionistas ao regime militar foram censurados, livros e obras "subversivas" foram retiradas de circulação e vários artistas e intelectuais tiveram que se exilar no estrangeiro. Ele foi decretado pelo presidente Costa e Silva na sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, e ficou conhecido como "o golpe dentro do golpe".

profundamente os rumos da vida política e cultural do país até o final da década (CUNHA, 1998, p. 62).

André Mattos, realizando a análise deste panorama que se instalou no Brasil após a tomada do poder pelos militares, enfatiza que

As esquerdas estudantis, agora derrotadas, representavam no imaginário anticomunista as minorias, os *estudantes-que-não-estudam*, os subversivos e, em última instância, um grupo que, depois de ter dominado as entidades estudantis, era difícil de ser vencido. Permeadas por esse imaginário, surgiram duas propostas diferentes após o golpe civil-militar de 1964: a primeira defendida pelo Ministério da Educação, reconhecido como um dos mais árdios combatentes contra a esquerda estudantil e a UNE, que visou à extinção pura e simples da entidade, o que deveria ser seguido pela criação de uma nova estrutura de representação estudantil, atrelada ao Estado (MATTOS, 2014, p. 334)

Para Carlos Fico, o movimento estudantil durante os governos militares

continuava sendo alvo de inúmeras medidas arbitrárias e violentas, como as invasões de universidades [...] As lideranças estudantis, mesmo perseguidas, ameaçadas e muitas vezes presas, conseguiam canalizar as insatisfações específicas do setor (falta de vagas, arcaísmo do ensino) no sentido de uma politização francamente de esquerda. (FICO, 1987, p. 58-59).

Os estudantes, como afirmado acima, foram um dos principais alvos da ditadura, pois eram vistos como sujeitos perigosos à ordem pública. E não somente os estudantes, mas toda a organização universitária tornou-se passível de vigilância pelos órgãos de segurança. Para João Roberto Martins Filho, logo nos primeiros dias do novo regime

a fúria repressiva que atingiu o meio universitário cunhou a expressão “terror cultural” para definir o caráter violento e obscurantista das ações do aparato policial-militar e dos organismos direitistas contra os estudantes, as escolas superiores e a instituição universitária em geral (MARTINS FILHO, 1987, p. 82).

Ainda de acordo com João Roberto Martins Filho, as invasões, prisões e outras ofensivas realizadas contra as universidades e as organizações estudantis que existiam até então precisam ser entendidas

como um capítulo da ofensiva geral das forças golpistas contra o movimento popular e os meios sociais onde a política populista encontrara mais respaldo. Entretanto, uma vez cumprida essa etapa, o regime militar não demorou a procurar uma estratégia mais duradoura para o movimento estudantil, com o objetivo central de impedir as atividades políticas dentro

das faculdades. Com esse fim, apenas dois meses após a derrubada de João Goulart, o governo militar já dispunha de um projeto de lei que previa a extinção da UNE e das UEEs, e sua substituição por organismos de representação diretamente subordinados ao Estado (MARTINS FILHO, 1987, p. 84).

Estes projetos objetivavam impedir a participação de cunho político ou partidário dos estudantes nas universidades. Primeiramente a UNE havia sido colocada na ilegalidade. Depois disso, vieram as leis e decretos que regulamentavam a vida acadêmica e impediam qualquer manifestação contra o governo.

2.2 A DITADURA E AS REFORMAS EDUCACIONAIS

Durante o governo de Castelo Branco foi promulgada a lei nº. 4.464, de 9 de novembro de 1964, na gestão do então ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda, o que levou a legislação a ficar conhecida como “Lei Suplicy”. Esta nova legislação ganhou grande repercussão, pois tirou da UNE seu caráter de representação estudantil, deixando-a na ilegalidade, evitando, dessa maneira, que o governo sofresse forte oposição por parte dos estudantes.

Maria Helena Moreira Alves, analisando os desdobramentos da publicação da Lei Suplicy de Lacerda, descreve que

A extinção arbitrária da UNE e a promulgação de legislação destinada a controlar os estudantes, determinou, entretanto, o ressurgimento da oposição dentro do movimento estudantil, apesar da repressão. Na realidade, o apoio da população estudantil à UNE aumentou após a promulgação da Lei Suplicy, que dissolveu a tradicional organização (ALVES, 1985, p. 68).

Com a UNE na ilegalidade e a criação do Diretório Nacional dos Estudantes (o DNE), o governo tinha o objetivo de “impedir o livre diálogo entre os diretórios acadêmicos e os alunos” (POERNER, 2004, p. 212) e, todo e qualquer protesto que a UNE tentasse realizar no sentido de questionar tal lei, seria reprimida com violência e severidade. Isso leva-nos a concluir que “a Universidade foi palco de repressão e controle, pois representava, aos olhos do governo, uma ameaça que precisava ser não apenas estagnada, mas também exterminada” (FIUZA E SCHIMITT, 2008, p. 3-4).

Ainda segundo Carlos Fico (1987, p. 45), o ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda estimulava ações policiais, "favorecendo iniciativas francamente obscurantistas, como a presença de coronéis investigadores nas universidades"

Analisando a repercussão da Lei Suplicy de Lacerda, Sandra Pelegrini aponta que

[...] é possível perceber que a contenção do movimento estudantil universitário se efetivou pela repressão direta das mobilizações estudantis, enquanto se vislumbrava o esquadramento das atividades dos universitários, por intermédio de dispositivos capazes de cercar a organização das suas entidades, e quiçá, substituí-las por órgãos atrelados à autoridades universitárias, como propunha a Lei Suplicy. Por outro lado, observa-se a execução de uma política educacional voltada para práticas de controle físico e psíquico dos estudantes, inseridas no circuito da preservação da futura força de trabalho (PELEGRINI, 1997, p. 137).

Ainda de acordo com Poerner (2004), a Lei Suplicy de Lacerda também extinguiu os Centros Acadêmicos das universidades transformando-os em Diretórios Acadêmicos, subordinados à direção dos estabelecimentos de ensino; ainda de acordo com a lei, os membros desses Diretórios deveriam ser escolhidos de acordo com um rígido padrão de seleção. Dessa forma, o governo tinha o objetivo de restringir a atuação dos estudantes dentro das universidades e conseqüentemente, os seus protestos.

Entretanto, mesmo na ilegalidade, a UNE ainda mantinha, clandestinamente, as atividades dedicadas à causa estudantil, conforme escreve Maria Helena Moreira Alves

A UNE continuou a contar com o apoio dos estudantes, mobilizando-os em número cada vez maior para as várias atividades que patrocinava. [...] À medida que aumentava o número de militantes, mudaram as táticas de organização; o movimento estudantil começou a promover grandes passeatas nas ruas das principais cidades [...]. O objetivo era obter o apoio de camadas mais amplas da população [...] (ALVES, 1985, p. 116).

A respeito da participação estudantil durante o período militar, Carlos Fico aponta que

Os estudantes eram muitíssimo visados pelos órgãos de informações do regime militar. Ao aspecto político da atuação oposicionista do movimento estudantil, juntava-se a dimensão moral da "educação dos jovens", tidos como vulneráveis a quaisquer doutrinações a que fossem expostos (FICO, 2001, p. 187).

Para a UNE e as esquerdas brasileiras, a década de 1960 foi caracterizada como um período de reorganização da atuação e a definição dos ideais pelos quais lutar. Para André Mattos

A década de 1960 irrompeu para o movimento universitário e para as forças políticas do período sob o signo da retomada da UNE pelas esquerdas, que comandaram a entidade em um período que ficou marcado pela ascensão dos universitários no bojo dos movimentos sociais e políticos e de intensas mobilizações que tentaram convencer um grande número de estudantes acerca de projetos em torno das transformações que foram almejadas pelos setores progressistas da sociedade brasileira (MATTOS, 2014, p. 277).

No que se refere à cidade de Londrina, que a partir do início da década de 1970 viu nascer a FUEL (Fundação Universidade Estadual de Londrina), as decisões do governo em relação às modificações do sistema de ensino superior também geraram grande descontentamento dos estudantes e professores, que, mesmo sendo vigiados constantemente, não deixavam de demonstrar a insatisfação com os rumos que o ensino estava tomando.

Para tentar analisar as repercussões das decisões tomadas pelo governo neste período (décadas de 1960 e 1970), vamos utilizar os periódicos produzidos pelo Diretório Central dos Estudantes da UEL (DCE-UEL) e pelos Diretórios Acadêmicos dos Centros de Estudos (DA's) já anunciados na introdução deste trabalho: os jornais Terra Roxa e o Poeira.

Esses documentos são fontes riquíssimas para a pesquisa histórica, pois permitem elucidar questões e apontar caminhos para as dúvidas que surgem durante a pesquisa histórica. Somada a análise destes periódicos, utilizaremos outras fontes coletadas no Arquivo Público do estado do Paraná que pertenciam ao Departamento de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR). Dessa forma, procuraremos abordar o tema de forma clara e também crítica, como forma de resgatar um pouco da história da participação dos estudantes da FUEL na luta contra a ditadura, partindo, principalmente, dos debates atuais, nos quais a ditadura brasileira está em destaque em vários meios de comunicação.

É necessário lutar, também, para que esse período não seja esquecido. Pelo contrário, que seja apresentado aos brasileiros esse episódio de sua história que muitos preferem simplesmente esquecer. Porém, “esquecer torna-se sinônimo de perdoar, e, portanto, não trabalhar temas importantes acerca do período. Prevalece

a desmemória, tão ou mais prejudicial que o próprio silêncio” (RUBERT, 2012, p. 101).

Outrossim, quando se fala em ditadura, é preciso romper os silêncios construídos durante décadas, seja por medo, ou apenas pelo simples desejo de que a dor seja aliviada. Porém, não devemos aceitar esse silêncio que, desde os tempos da ditadura, insistem em continuar sob variadas formas, conforme expõe Silvana Rubert

[...] É o silêncio dos arquivos fechados, é o silêncio dos familiares a espera de notícias sobre seus entes, é o silêncio das futuras gerações que não verão os torturadores punidos, é o silêncio diante do horror que aconteceu ao se pensar que a ‘dita’ foi ‘branda’, é o silêncio de como o Estado vem se apropriando da memória, é o silêncio da memória, [...] é o silêncio do esquecimento, é o silêncio dos que morreram sem tempo de denunciar o que viveram, é o silêncio dos filhos que ficaram sem pais e dos pais que ficaram sem filhos, é o silêncio criminoso gerado pela impunidade, [...] é o silêncio daqueles que até hoje não conseguem – e talvez nunca consigam – falar sobre o horror que viveram. A sociedade do medo desconhece sua própria história [...] (RUBERT, 2012, p. 100-101).

2.3 A FUEL E AS REFORMAS EDUCACIONAIS

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) constituiu-se em uma grande conquista tanto para a população londrinense quanto para todo o norte do estado do Paraná. Sua consolidação se deu durante a década de 1960⁹, quando ainda existiam em Londrina faculdades isoladas. Em 1969, oficialmente foi fundada a mais nova universidade paranaense, a Fundação Universidade Estadual de Londrina, que passou a abrigar em seu *campus* os cursos superiores que antes funcionavam em prédios espalhados pela cidade, como o de Direito, de Filosofia, de Odontologia, de Medicina, de Ciências Econômicas e outros já citados neste trabalho.

Conforme nos aponta Renata Maria Caobianco com relação ao processo de construção da FUEL

A pedra fundamental do *campus* universitário foi lançada em 18/08/1967 e, em 1968 a Faculdade de Medicina transferia-se para o *campus*, sendo construído o Centro de Ciências Biológicas – CCB. A construção dos prédios no *campus* seguia o prescrito na Reforma Universitária implantada pelo Regime Militar: distantes uns dos outros, com escadarias, salas de aulas com acesso diferenciado para professores e alunos (especialmente

⁹ À guia de informação, de acordo com Alexandre Fiuza e Silvana Schmitt no artigo *A resistência estudantil à Ditadura brasileira no oeste do Paraná* “foi a partir da década de 1950 que o ensino superior começou a ganhar força no Paraná” (2008, p. 7).

no Centro de Letras e Ciências Humanas – CLCH); esses e outros cuidados visavam evitar aglomerações e passeatas (CAOBIANCO, 2007, p. 47).

Nesse período o Paraná já possuía outras universidades, porém em centros urbanos mais distantes. Por exemplo: a Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi fundada em 1912¹⁰, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), foi fundada em 1969¹¹ e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), também foi fundada em 1969¹². Isso pesava ainda mais nas reivindicações para a aprovação de cursos superiores na cidade de Londrina.

Em meados da década de 1950, iniciaram-se a aprovação dos cursos superiores em Londrina, como destaca Renata Caobianco

Inicialmente, construíram-se faculdades isoladas, em 1956 surgiu a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, e, no mesmo ano a Faculdade de Direito, em 1962 entra em funcionamento a Faculdade Estadual de Odontologia. Após o Golpe Militar de 1964 surgiram as Faculdades de Medicina Norte do Paraná (1967) e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis (1967) (CAOBIANCO, 2007, p. 1-2).

Já na década de 1970 são criadas outras instituições de ensino superior em Londrina, como a UNIPAR (Universidade Paranaense) em 1972¹³, a UNIFIL (Centro Universitário Filadélfia) em 1972¹⁴, na época funcionando com o nome de CESULON (Centro de Estudos Superiores de Londrina).

A criação da Fundação Universidade Estadual de Londrina ocorreu

através do Decreto nº. 14.923, de 12/04/1969, foi instituída uma comissão que conclui que o Estado do Paraná poderia comportar três Universidades (Londrina, Maringá e Ponta Grossa). Convocou-se dois representantes de cada uma das cinco faculdades [estaduais] existentes em Londrina, e essa equipe enviou ao Governador Paulo Pimentel o anteprojeto do Estatuto (14/03/1970). Este foi aprovado no dia 20/04/1970 pelo Decreto nº. 18.163. O governador expediu o decreto nº. 18.110 de 28 de janeiro de 1971 criando, sob forma de Fundação, a Universidade Estadual de Londrina, integrando as faculdades isoladas. Londrina conquistou definitivamente sua Universidade após o reconhecimento pelo decreto nº. 69.324 de 7 de Outubro de 1971 (CAOBIANCO, 2007, p. 45).

¹⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Histórico. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalfpr/historico-2/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

¹¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Histórico. Disponível em: <<http://portal.uepg.br/institucional/universidade/historico.php>>. Acesso em 10 out. 2014.

¹² UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Histórico. Disponível em: <http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=55&Itemid=205>. Acesso em 10 out. 2014.

¹³ UNIVERSIDADE PARANAENSE. Histórico. Disponível em: <<http://presencial.unipar.br/sobre/historico/>>. Acesso em 10 out. 2014.

¹⁴ CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA. Histórico. Disponível em: <<http://www.unifil.br/portal/institucional/historico/>>. Acesso em 10 out. 2014.

O Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Londrina, publicado no Diário Oficial da União em 4 de novembro de 1971, traz as definições legais que amparam o funcionamento da instituição e que definem os objetivos e formas de administração da universidade. De acordo com documentação disponível no acervo do DCE/UEL, a universidade tinha por finalidade:

- I – Promover a pesquisa e o desenvolvimento das ciências, letras e artes;
- II – Formar pessoas habilitadas para a investigação filosófica, científica e literária, o exercício das profissões liberais, técnico-científicas, técnico-artísticas e magistério;
- III – Prestar serviços à comunidade¹⁵.

Com a criação da universidade, era necessário a construção de uma sede, o que também demandou muito esforço para angariar recursos para o início das obras. Conforme aponta Renata Caobianco, o local escolhido estava situado próximo ao centro da cidade

Tratava-se da Fazenda Santana, conhecida por Perobal, devido a grande quantidade de perobas espalhadas entre os inúmeros pés de café. O governo do estado doou fundos suficientes para a compra de trinta alqueires e a família proprietária doou mais dezessete (SILVA *apud* CAOBIANCO, 2007, p. 46)

A fundação da FUEL, como se pode notar, ocorreu durante o período militar e da vigência do AI-5 e do Decreto-Lei 477 e, por esse motivo, acabou se enquadrando nas determinações da reforma universitária do governo no que se refere às leis que regulamentavam o ensino superior do país, bem como esteve sob constante vigilância de policiais que controlavam o dia a dia da universidade, tanto dos alunos, como dos professores e funcionários.

No dia a dia do *campus*, algumas práticas consideradas de praxe no processo administrativo de uma instituição de ensino superior revelavam o caráter repressivo e vigilante do regime.

Um exemplo eram os reitores da UEL, que eram escolhidos, através de uma lista sêxtupla, pelo governador do estado. Pautando-se nessa prerrogativa, o primeiro reitor da Universidade Estadual de Londrina foi Ascêncio Garcia Lopes¹⁶

¹⁵ Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Londrina (ACERVO DO DCE/UEL – Pasta 24).

¹⁶ Além de Ascêncio Garcia Lopes, também ocuparam o cargo de Reitor da UEL os seguintes professores: Oscar Alves (1974-1978); José Carlos Pinotti (1978-1982); Marco Antonio Fiori (1982-1986); Jorge Bounassar Filho (1986-1990); João Carlos Thomson (1990-1994); Jackson Proença

(29/05/1970 a 29/05/1974). O próprio DCE (Diretório Central dos Estudantes), fundado em 1972, estava sob a vigilância constante do reitor da universidade e também dos órgãos militares, sempre atentos a qualquer sinal de manifestação dos universitários, que possuíam suas atitudes controladas pela administração (CAOBIANCO, 2007, p. 48).

Com o passar dos anos e com o avanço nas obras de construção e ampliação do novo *campus* para receber novos cursos e novos alunos, a demanda de matrículas aumentou, elevando também a credibilidade da instituição recém-criada.

Para que seja possível realizar uma análise mais detalhada acerca do crescimento de matrículas no ensino superior de Londrina, apresentamos abaixo uma tabela que demonstra o total de matrículas, por ano, no período compreendido entre 1958 a 1971.

Tabela 1 – Ensino Superior em Londrina: Matrículas 1950/1971.

Ano	Matrículas	Ano	Matrículas
1958	80	1965	650
1959	180	1966	720
1960	350	1967	900
1961	380	1968	1.100
1962	400	1969	1.450
1963	450	1970	1.800
1964	550	1971	2.300

Acervo: CDPH/UEL. Série F, subsérie F3.

Podemos notar através da tabela que o número de matrículas nos cursos superiores aumentaram significativamente com o passar dos anos. Entretanto, um fator que merece destaque é que, apesar do aumento no número de vagas para os cursos superiores, aumentavam também o número de pessoas que ficavam como excedentes nos vestibulares, pois as vagas, mesmo crescendo a cada ano, não

conseguiram acompanhar a demanda de estudantes que buscavam se especializar. Como aponta João Roberto Martins Filho

Nos anos que se seguiram ao movimento político militar de 1964, a crise da Universidade não encontrou soluções – ao contrário, a política educacional dos governos militares não fez senão agravá-la, ao mesmo tempo em que crescia a pressão dos setores sociais médios por mais vagas na escola superior. Com sua política de concentração de recursos nas áreas diretamente produtivas, os governos militares reduziram drasticamente as dotações federais para o Ministério da Educação (que caíram de 11% para 7,7%, de 1965 a 1968) (MARTINS FILHO, 1987, p. 123).

Com a diminuição dos investimentos no ensino superior, novas vagas deixaram de ser criadas e, conseqüentemente, o número de excedentes, também cresceu. A respeito deste problema dos excedentes, João Roberto Martins Filho complementa

[...] o problema dos “excedentes” constituiu, no pós-64, uma das expressões mais nítidas do processo de abandono da anterior política educacional por parte dos governos militares. Após o golpe, a estratégia educacional foi substituída pela contenção das verbas para a educação e pela quase paralisação dos investimentos públicos na universidade (*Idem*).

A tabela abaixo demonstra o aumento no número de excedentes nos cursos de graduação no ensino superior entre os anos de 1960 a 1968.

Tabela 2 – Número de inscritos, vagas, excedentes e suas relações no ensino superior brasileiro, cursos de graduação de 1960-1968.

Ano	Nº. de inscritos	Nº. de vagas	Nº. de inscritos por vagas	Nº. de excedentes	Nº. de excedentes inscritos
1960	64.637	35.909	1,8	28.728	44,4%
1961	70.147	38.971	1,8	31.176	44,4%
1962	70.492	47.205	1,5	23.647	33,3%
1963	86.716	51.009	1,7	35.707	41,2%
1964	97.481	57.342	1,7	40.139	41,2%
1965	110.834	58.334	1,9	52.500	47,4%
1966	123.379	58.752	2,1	64.627	52,4%
1967	183.150	79.630	2,3	103.520	56,5%
1968	214.966	89.582	2,4	125.414	58,3%

CUNHA, Luís A. A expansão do Ensino Superior: causas e conseqüências. *In: Debate e Crítica*, nº. 5, março de 1975, p. 34 *apud* MARTINS FILHO, João Roberto, 1987, p. 125.

3 ATUAÇÃO ESTUDANTIL NA FUEL: A IMPRENSA ALTERNATIVA E A RESISTÊNCIA À DITADURA

Desde a fundação da FUEL, em 1971, e da criação do Diretório Central dos Estudantes, em 1972, os universitários desenvolveram diversas formas de resistência às determinações do regime militar, no que se refere à repressão, à vigilância e à punição daqueles que eram considerados perturbadores da ordem. A principal forma de resistência encontrada pelos estudantes da FUEL foi a criação de periódicos estudantis, através dos quais poderiam manter informada a comunidade universitária de tudo o que ocorria no interior do *campus*, além de utilizá-los para convocar passeatas, protestos, manifestações ou atos públicos.

É um tanto quanto difícil analisar a participação do movimento estudantil na cidade de Londrina, principalmente na Fundação Universidade de Londrina entre as décadas de 1960 e 1970, se não analisarmos essa conjuntura a partir da atuação do Diretório Central dos Estudantes, órgão oficial de representação dos acadêmicos que durante todo o período militar esteve presente nas lutas contra as mais diversas tentativas de boicote aos direitos dos estudantes universitários e de diminuição da autonomia da universidade.

O DCE da FUEL teve papel importante na luta contra as atitudes violentas desenvolvidas por parte do comando especial da polícia e, também, nas decisões tomadas pelos reitores da universidade, com vistas a sufocar a participação e conscientização política dos universitários londrinenses.

O próprio Diretório Central dos Estudantes da FUEL, de acordo com documentos produzidos pela própria entidade, define o papel a ser cumprido pelo movimento estudantil e qual a missão do órgão na resistência ao regime imposto e na proteção dos direitos dos estudantes universitários

[...] atualmente o ME deve orientar-se no sentido de transformar a Universidade em um Centro de Cultura de Oposição. Isto significa inverter o papel que ela cumpre atualmente, tornando-a permanentemente um local de crítica dentro da sociedade. A atuação estudantil de oposição deve levantar a discussão e sustentar os elementos que surgem a partir do enfrentamento da ideologia oficial e das reivindicações estudantis (fim do autoritarismo dos professores, necessidade de funcionamento democrático da Universidade, fim do consumismo cultural, fim da discriminação racial, da repressão intelectual, sexual, etc.) e dar um caráter alternativo de oposição às questões gerais que a cultura oficial procura absorver (crítica ao modelo de desenvolvimento econômico e à política educacional, ao papel da cultura, à hierarquia da Universidade, etc) (Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 13).

Sendo assim, é importante conhecermos um pouco a trajetória dessa entidade estudantil e analisarmos suas estratégias de resistência durante as décadas supracitadas, identificando quais suas ferramentas de enfrentamento às autoridades universitárias e policiais que insistiam em fazer pressão para que suas determinações, sempre no sentido de sufocar qualquer foco de manifestação dentro do *campus*, fossem cumpridas. De acordo com a interpretação de Maria de Fátima da Cunha, “frente a essa situação de endurecimento do regime militar, parte significativa das organizações e partidos de esquerda assumem uma postura de enfrentamento e desafio ao governo” (CUNHA, 1998, p. 64).

O Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina foi criado em 22 de junho de 1972, através do decreto nº. 110/72, durante a gestão do reitor Ascêncio Garcia Lopes¹⁷. Logo após sua criação, a própria reitoria baixou a resolução nº. 128/72, de 04 de dezembro de 1972, estabelecendo a contribuição, por parte do corpo discente da Universidade, de uma quantia destinada aos órgãos estudantis da FUEL a partir de 1973. Esses valores seriam pagos no ato da matrícula e/ou rematrícula e seriam divididos entre o DCE e os Diretórios Acadêmicos Setoriais. Através do decreto nº. 187/73, de 13 de novembro de 1973, a reitoria passou a exigir, como condição para a continuidade do repasse da verba estudantil, a prestação de contas dos os gastos realizados pelo DCE e pelos Diretórios Acadêmicos Setoriais. Além da função de representação dos estudantes da FUEL, o DCE ainda conseguiu, através da Certidão nº. 54, de 22 de maio de 1975, expedida pela Prefeitura Municipal de Londrina, a Declaração de Utilidade Pública do órgão estudantil¹⁸.

O Regimento do Diretório Central dos Estudantes da FUEL, em seu artigo 2º determina que “o DCE é um órgão independente de partidos políticos, crenças religiosas, raça e orientação filosófica¹⁹”. Já no artigo 3º, o regimento aponta quais são as finalidades do órgão estudantil

- a) defender e elevar o nome da Fundação Universidade Estadual de Londrina;
- b) Defender os interesses de seus associados sob todos os pontos de vista, e que for de direito e de justiça dentro e fora da universidade;

¹⁷ Ascêncio Garcia Lopes foi reitor da FUEL de 29/05/1970 a 20/05/1974. (Cf. SILVA, 1996, p. 153).

¹⁸ Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 48.

¹⁹ Regimento Interno do Diretório Central do Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina (Acervo do DCE/UEL – Pasta 1).

- c) Contribuir para a integração dos seus associados no movimento estudantil, promovendo o estreitamento dos laços de amizade com os demais estudantes;
- d) Promover e incentivar atividades que possam contribuir para o desenvolvimento científico, moral, intelectual, desportivo, artístico, cívico e social de seus associados²⁰.

Com relação à forma como o DCE seria administrado a partir de sua fundação, o Regimento, no artigo 21, regulamenta que 'o DCE será administrado por Diretório, composto por 8 membros, a saber: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Provedor e Presidente da Liga das AAA [Associação Atlética Acadêmica]²¹.

O DCE não atuava de forma isolada. Pelo contrário, era filiado a instituições estudantis de todo o Brasil como forma de manter a discussão acerca dos rumos tomados movimento estudantil em todo o país. O artigo 76 do Regimento aponta que

O DCE com o fim de manter as mais estreitas relações com todos os universitários do país, será filiado a órgãos de âmbito estadual ou nacional devidamente legalizado. O DCE far-se-á representar, em todas as atividades oficiais dessas organizações na forma prevista por este Regimento, respeitadas as disposições especiais dos Regimentos das respectivas organizações.²²

Em meio a problemas políticos, aliados aos protestos e manifestações que o movimento realizava contra o governo e, principalmente, contra administração da universidade, foi assinada pela reitoria, em 27 de novembro de 1978, a resolução nº. 510/78 que extinguiu o mandato dos dirigentes do DCE e de todos os Diretórios Acadêmicos Setoriais, declarando suspenso o funcionamento desses órgãos de representação estudantil. Essa medida foi uma resposta do então reitor José Carlos Pinotti²³ contra a constante manifestação dos estudantes no *campus* da universidade²⁴.

Interessante registrar aqui a passagem de Joaquim Carvalho da Silva sobre o reitor José Carlos Pinotti e sua relação com a comunidade universitária, principalmente com os estudantes

²⁰ Idem.

²¹ Ibidem.

²² Regimento Interno do Diretório Central do Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina (Acervo do DCE/UEL – Pasta 1)

²³ José Carlos Pinotti foi reitor da FUEL de 10/06/1978 a 10/06/1982. (Cf. SILVA, 1996, p. 169).

²⁴ Acervo DCE – CDPH/UEL, Pasta 24, Série D

José Carlos Pinotti era Psicólogo. Firme em suas decisões, aceitava o diálogo, contando que não fosse favorecer os inimigos do regime com quem estava mais envolvido que convencido. Costumava dizer que favorecer os inimigos era criar cobras que amanhã nos picariam (SILVA, 1996, p. 169).

Durante suas atividades dentro e fora da universidade, a principal fonte de comunicação e informação entre o Diretório Central dos Estudantes, os Diretórios Acadêmicos, os estudantes, professores, reitoria e a comunidade londrinense estava nos periódicos publicados pelos órgãos de representação estudantil, que sempre atuaram como porta-voz dos estudantes, denunciando, criticando, informando e conscientizando a população sobre as decisões que eram tomadas na universidade, no estado e, principalmente, pelo governo federal.

Conforme descrito na introdução deste trabalho, diversos periódicos foram produzidos pelo DCE e pelos Diretórios Acadêmicos da FUEL, contudo, muitos deles acabaram se perdendo. Com base nessa dificuldade, serão trabalhados apenas os jornais *Poeira* e o *Terra Roxa*, que possuem maior número de exemplares conservados no CDPH da UEL.

É interessante apontarmos também a origem destes dois periódicos de ampla circulação na FUEL. A origem do jornal *Terra Roxa*, segundo Karen Debértolis, ocorreu na

primeira eleição para o DCE [...] em 1972, tendo sido eleita a chapa que caracterizava-se como uma frente de diversas tendências de antigos militantes do movimento estudantil secundarista. Este grupo criou o jornal *Terra Roxa* como órgão oficial do DCE (DEBÉRTOLIS, 1991, p. 21).

O *Terra Roxa*, durante o ano de 1972, divulgou as principais atividades realizadas pelo DCE da FUEL e também informava os principais acontecimentos do cenário político brasileiro. Entretanto, nas eleições para o DCE de 1973,

elegeu-se a chapa de um grupo conservador. Na oposição, o grupo que perdeu o acesso ao *Terra Roxa* organizou-se a partir de um outro jornal que marcaria a história da cidade e da universidade, chegando a destacar-se como um dos principais jornais estudantis e da imprensa alternativa a nível nacional: o *Poeira*. Inicialmente com o nome de *Levanta Sacode a Poeira e Dá a Volta por Cima*, o jornal rearticulou o grupo que venceu as eleições de 1974 e manteve-se na direção do DCE até o final de 1978 (DEBÉRTOLIS, 1991, p. 21).

Ainda segundo Karen Debértolis (1991, p. 31)

Neste período mantiveram em circulação um jornal admirável pela qualidade das matérias, pela diagramação inovadora, pelo número de páginas e elevada tiragem e pela façanha de sobreviver por seis longos anos. Em torno da confecção do jornal articulava-se a maior parte das próprias iniciativas da Entidade.

Com relação ao Jornal Poeira, a documentação encontrada no CDPH apresenta o processo que levou à criação desse informativo estudantil

Com este espírito [democrático] o jornal "Poeira" foi fundado em 1974. Para manter o estudante informado, para contribuir na sua definição diante dos problemas e para organizar a sua participação. Unidos em torno desse objetivo do "Poeira", procuramos sempre dar representatividade à nossa atuação, consultando todos os estudantes para saber o que deve ser feito. [...] Na luta pelas liberdades democráticas colocamo-nos em defesa dos direitos humanos quando iniciamos o combate à implantação do código disciplinar 169, em 1973, e o contivemos até hoje; da mesma forma nos colocamos contra o decreto-lei 477. Na luta pela elevação do baixo nível de ensino, combatemos os métodos obscurantistas da educação quando derrubamos o Exame Obrigatório em 1974, e continuamos combatendo o autoritarismo medieval nas salas de aula, as deficiências materiais, a alienação do ensino, colocando-nos ao lado dos estudantes que se lançam em defesa dos seus cursos. O espírito inconformista, aliado à vontade de resolver os problemas que a realidade nos impõe, é herança direta dos estudantes que, em 1710, armados de pedaços de pau, expulsaram os franceses invasores do Rio de Janeiro, dos estudantes que lutaram pela Independência do Brasil, que lutaram ao lado de Tiradentes na Inconfidência Mineira, que lutaram pela Petrobrás e que lutaram contra o fascismo no Brasil nas décadas de 30 e 40. Carregando esta herança, irmanados com todos os estudantes brasileiros que também não se contentam em saber apenas o que acontece e se organizam para resolver seus problemas [...] (Jornal Poeira, 15. ed, setembro de 1976).

Esses periódicos foram importantes para a conscientização dos alunos da FUEL, como também da comunidade. Eles fazem parte do que chamamos de *imprensa alternativa*, que foi utilizada como forma de canalizar os processos de resistência frente a governos ditatoriais.

Rivaldo Chinem, no livro *Imprensa Alternativa: jornalismo de oposição e inovação*, destaca que o surgimento destes periódicos de caráter contestador da realidade teve origem

Entre 1964 e 1980, quando nasceram e morreram cerca de trezentos periódicos que se caracterizavam pela oposição intransigente ao regime militar. Esses jornais ficaram conhecidos como imprensa alternativa, nanica, de leitor, independente [...] (CHINEM, 1995, p. 7).

Ainda de acordo com Rivaldo Chinem, a imprensa alternativa teve importante papel para noticiar o que nem sempre estava estampado nos grandes jornais

A imprensa alternativa fazia oposição sistemática ao regime militar, denunciava a tortura e a violação dos direitos humanos e criticava o modelo econômico [...]. Entre a verdade e a lenda, a propaganda oficial e parte da grande imprensa davam preferência ao que era mais cômodo, ao que interessava aos donos do poder (CHINEM, 1995, p. 8).

Este comodismo, na visão de Rafael Rosa Hagemeyer é fruto do próprio regime autoritário no qual a imprensa vive, pois

Num regime autoritário, a grande imprensa busca trabalhar com os interesses de um mercado que por vezes se sente mais atraído por notícias que fujam um pouco da oficialidade. Porém, seu limite permanece claro: não pode provocar uma subversão que desorganize sua produção e desestruture o mercado (HAGEMEYER, 1997, p.21).

Ademais, para Rafael Rosa Hagemeyer (1997, p. 20), os jornais possuíam uma função especial para o movimento estudantil, funcionando como uma espécie de vitrine, local onde repercutiam a maioria de suas ações, pois “era sobretudo para as bancas de jornais que os estudantes afluíam em busca de informações sobre a repercussão de suas manifestações e do que se passava no resto do mundo”.

O surgimento e a circulação dos jornais pertencentes à imprensa alternativa ocorriam de maneira incerta, em momentos distintos e chegavam às mãos da população pelas bancas de jornal ou até mesmo passando de mão em mão, como ocorria com a maioria dos jornais produzidos pelo movimento estudantil durante o período da ditadura. Rivaldo Chinem descreve que estes jornais

apareciam de todas as formas, nasciam de discussões em pequenos grupos e ganhavam mercado seja pela venda de mão em mão, seja por intermédio das bancas de jornais, com todas as dificuldades implícitas da época e mais as inerentes à distribuição no intrincado mercado de jornais e revistas (*idem*).

Em uma análise realizada pelo Jornal Poeira, há uma reflexão que apresenta a importância da imprensa universitária para a consolidação da luta pela democracia, dentro e fora da universidade:

Dentro deste contexto, a imprensa estudantil cresceu bastante, nos últimos anos, com a criação de jornais nos mais diferentes cantos do país, impregnados de ideais democráticos e cientes de que uma universidade verdadeira não pode ser construída a base do medo. Os jornais estudantis têm se apresentado como uma importante forma de aglutinação, atuação em torno dos problemas comuns dos estudantes e resistência ao obscurantismo medieval em que tentam nos mergulhar. Foi com este espírito que há dois anos e meio surgiu o jornal "Levanta, Sacode a

POEIRA e Dá a Volta Por Cima”, em torno do qual se reuniram estudantes de todas as áreas da FUEL, formando uma ampla frente de princípios democráticos (A universidade verdadeira não pode ser construída à base do medo – Jornal Poeira, 13. ed, junho de 1976).

A edição nº 5 do jornal Poeira, de setembro de 1974, leva-nos a perceber que não eram somente os alunos da então FUEL os responsáveis pela elaboração deste periódico. Na página 2 desta edição encontra-se impresso os seguintes dizeres

QUEM FAZ O POEIRA

Estudantes da FUEL e do CESULON. Grupos de estudos de Imprensa Estudantil. Reuniões: Aos sábados – às 16 horas no D.A.T.A.²⁵ (Jornal Poeira, Edição nº. 5, p. 2. CDPH/UEL. Série F, subsérie F1).

O Jornal Poeira, segundo edição disponível no CDPH, de junho de 1976, tinha como principais objetivos

a luta contra o Exame Obrigatório, contra o projeto de Código Disciplinar 169, pelo Passe Universitário, contra a Educação Física Obrigatória, por melhores condições de ensino, pelo ensino público e gratuito para todos, contra a carestia, contra a repressão, pelas liberdades democráticas. Esta atuação, perseverante, ao lado de todos os estudantes, consultando suas principais aspirações e prestando-lhes contas dos nossos atos sistematicamente, é, sem dúvida, a principal responsável pelo avanço do movimento estudantil em Londrina, no sentido da construção de uma universidade democrática (Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 6).

Além do jornal Poeira, os diretórios acadêmicos da FUEL também colocaram em circulação outros jornais com o objetivo de analisar a realidade da universidade e discutir temas importantes para os universitários. Apesar de não utilizarmos estes periódicos neste trabalho, é interessante citá-los para que possamos compreender a dimensão da imprensa estudantil na FUEL, como mecanismo de participação e luta estudantil.

Os diretórios acadêmicos criaram, também, o *Bezerro Rebelde*, do diretório acadêmico de Medicina Veterinária, o *PUA*, do diretório acadêmico do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, o *Jornal das Epidemias*, do Centro de Ciências da Saúde, o *SACO*, dos alunos do 5º período de Medicina e o *Porta Aberta*, do diretório acadêmico do Centro de Tecnologia (Jornal Poeira, 8. ed, junho de 1975).

²⁵ Sigla de Diretório Acadêmico Três de Agosto. Este diretório acadêmico não pertencia ao Diretório Central dos Estudantes da UEL. Os membros do D.A.T.A. eram alunos matriculados na Cesulon (atual UNIFIL). Esse dado serve, mais uma vez, para indicar uma relação de cooperação entre os universitários de Londrina, que estabeleciam uma ajuda mútua no sentido de protestar e também noticiar, através da imprensa universitária, o que ocorria no cenário político regional e nacional.

As análises realizadas nas edições consultadas do *Jornal Poeira* levaram à conclusão de que sua maior preocupação era com as condições sociais dos estudantes universitários da FUEL. Obviamente que os assuntos de cunho político não deixavam de ser temas de debates nessas edições. Entretanto, o que chama a atenção ao manter contato com esse periódico é a preocupação dos editores com a dificuldade do acesso ao ensino superior pela maioria dos jovens recém-saídos do ensino médio.

Figura 1 – Capa do Jornal “Levanta Sacode a Poeira e dá a volta por cima”, mais conhecido como “Poeira”.

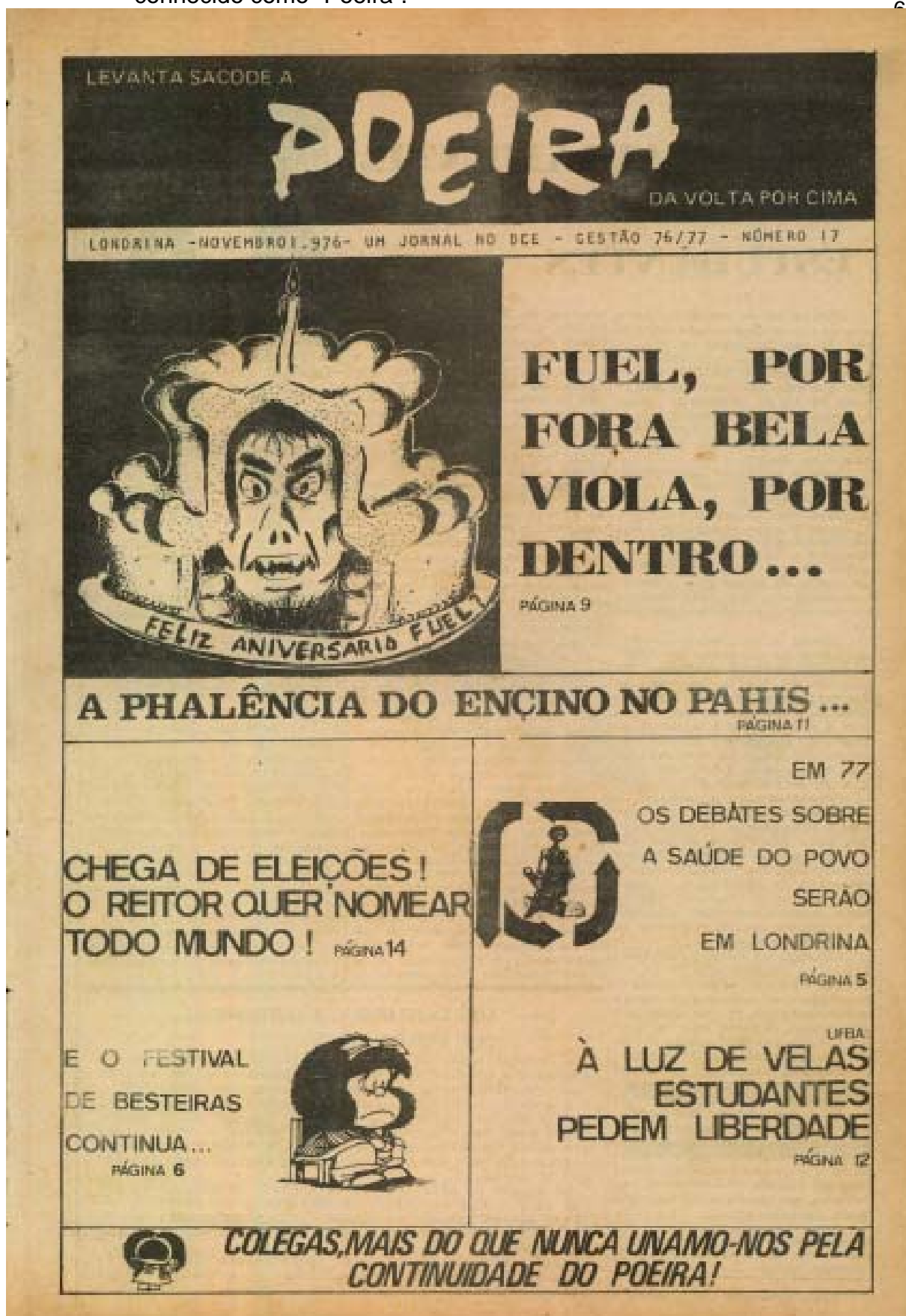
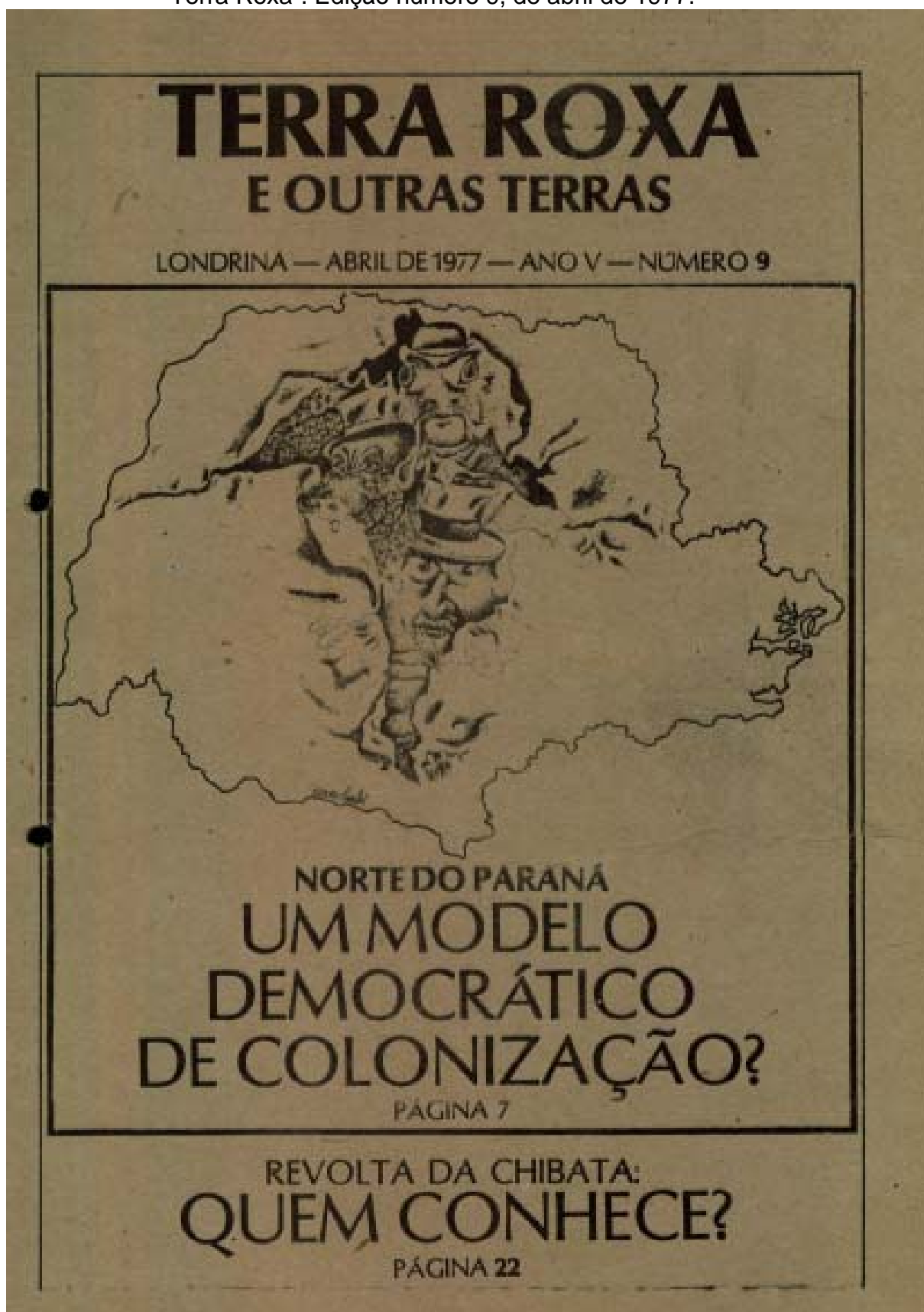


Figura 2 – Capa do Jornal “Terra Roxa e outras Terras”, mais conhecido como “Terra Roxa”. Edição número 9, de abril de 1977.



A estrutura do jornal Poeira trazia, na maioria de suas edições, entre 20 e 25 páginas. Apenas as edições especiais possuíam um número menor, em torno de 8 a 10 páginas, sempre tratando de variados assuntos, desde a situação política nacional, economia, variedades e, principalmente, a realidade do *campus* universitário da FUEL e o que era de interesse dos estudantes.

As matérias desses jornais estudantis eram discutidas previamente pelo corpo editorial, que analisava a situação política nacional, estadual, regional e local, bem como dividiam os assuntos que seriam de interesse da comunidade universitária entre os componentes da edição dos periódicos. Nesses encontros eram discutidos, além da pauta semanal, assuntos como: cobrança de propagandas para o jornal, distribuição do Jornal Poeira entre os acadêmicos, acompanhamento das atividades oficiais da reitoria e discussão acerca da conjuntura do movimento estudantil. (Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 3).

As reflexões acerca dos objetivos e da atuação do movimento estudantil, principalmente no que se refere aos ganhos e as perdas, também estavam presentes nas reuniões realizadas pelo DCE.

o movimento estudantil não é uma coisa abstrata. Precisamos analisar é em relação a que ele não cresceu e em relação a que ele cresceu. Os outros setores andaram muito mais que os estudantes. Estes se distanciaram das bases. Não foi aproveitado o clima que houve em 1978. Em relação a esta situação, o movimento estudantil ficou parado. Houve crescimento, mas no geral houve refluxos. Realmente houve refluxos. Tem gente que disse que o movimento estudantil se esgotou. Dizem que os estudantes por não formarem uma classe social perderam seu espaço de mobilização. Eu não acredito nisso. Houve falta de uma liderança mais correta para sinalizar os estudantes. Eles não souberam canalizar os movimentos de bases e dar-lhes direção (Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 3).

Para os estudantes da FUEL, a tarefa do movimento estudantil brasileiro era a de

levar a frente a luta pela democracia. Os estudantes continuam com seu papel de vanguarda. A necessidade atual do movimento estudantil é principalmente de corrigir seus erros. Criar formas de levar a luta da UNE, incorporar essas lutas com a comunidade. É um ano difícil para o movimento estudantil. A desorganização é uma coisa que está abalando muito. Mas a situação não deixa de ser positiva. As falhas são decorrentes de falhas de liderança. [...] Sabemos que a nossa questão principal a nível nacional é a reconstrução da UNE. Isto só vai acontecer na medida que a entidade se reforçar (Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 3).

Em um editorial do Jornal Poeira, edição de maio de 1977, há a reflexão sobre a luta do movimento estudantil de Londrina na tentativa de reverter a situação crítica na qual se encontrava o ensino universitário, bem como apresenta as formas de conscientização dos universitários por parte do DCE

Em todo o Brasil os estudantes vêm aumentando seus protestos contra o baixo nível de ensino de nossas escolas, contra a falta de verbas para a educação e, principalmente contra o cerceamento da liberdade de manifestação e de organização. Os estudantes londrinenses também têm participado ativamente destas manifestações: divulgamos amplamente nos últimos dias, um manifesto de apoio e solidariedade aos companheiros de todo o país, enquanto o Conselho Deliberativo (formado por toda a representação estudantil) se mantinha em reunião permanente, acompanhando os acontecimentos a nível nacional, discutindo com os estudantes as medidas a serem tomadas. Foram realizados debates em diversas salas de aula e boletins especiais foram reativados, enquanto as atividades normais dos Diretórios prosseguiram, com o intuito de manter todos unidos (Por que lutam os estudantes? Jornal Poeira, Edição Especial, maio de 1977).

Ainda com relação às características do movimento estudantil, Maria de Fátima da Cunha, analisando a participação dos estudantes durante a década de 60, escreve que

Nota-se, fundamentalmente através de depoimentos daqueles que participaram dos acontecimentos de 68 que os estudantes não lutavam apenas por melhorias materiais. Eles reivindicavam, acima de tudo, participação. Principalmente os jovens, sentiam-se e compreendiam-se como agentes de um processo muito mais complexo: o da educação (CUNHA, 1998, p. 88).

Carlos Fico também realiza uma análise interessante sobre o perfil dos estudantes participantes dos movimentos contra a ditadura durante a década de 1960. Para ele

Se, em alguns momentos, os jovens e estudantes eram entendidos como passíveis de serem manobrados, em outros eram vistos como capazes de elaborar estratégias sofisticadas, com o fim de engrossar as fileiras das organizações clandestinas (FICO, 2001, p. 189).

4 OS ACORDOS MEC-USAID

Não foram apenas transformações políticas e sociais que ocorreram durante o período militar no Brasil. Houve também mudanças econômicas, como por exemplo, o “milagre econômico brasileiro” colocado em prática pelo então ministro da Fazenda, Delfim Neto²⁶. Entretanto, outras transformações não foram vistas de maneira tão positiva pela sociedade brasileira, muito menos trouxeram certo “alívio” com relação ao futuro do país. Desde o início do regime ditatorial, a educação foi alvo de mudanças pelos ministros da educação e do governo federal e uma das primeiras manobras do governo federal foi a criação de uma lei que limitasse a atuação da UNE nas universidades do país, sendo substituída pelo DNE (Diretório Nacional dos Estudantes) e colocada na ilegalidade.

Outra modificação no nível superior de ensino colocada em prática pela ditadura nasceu através de acordos firmados entre o Brasil e o *USAID (United States Agency for International Development)*²⁷.

Esse acordo, conforme aponta Sandra Pelegrini, surgiu em 1961 quando

os países do continente americano, sob liderança dos Estados Unidos, assinaram a chamada “Carta de Punta del Este²⁸”, cujo conteúdo forneceu subsídios para a implantação da política educacional dos anos subseqüentes, pois usava o argumento de um “vasto esforço” para melhorar o padrão de vida de todo o Continente. A proposta desencadeou os compromissos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC) e a United States for International Development (USAID) (PELEGRINI, 1998, p. 105).

Para Maria de Fátima da Cunha

²⁶ De acordo com Boris Fausto, o período do “milagre econômico” “estendeu-se de 1968 a 1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual, 11,2% (...). A inflação média anual não passou de 18%. Isso parecia de fato um milagre (...)” FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010. p. 485.

²⁷ Foi fundada em 1961 pelo presidente estadunidense John Kennedy. De acordo com o site da instituição, a *USAID* é uma agência do governo dos Estados Unidos da América que trabalha para acabar com a pobreza extrema global e auxiliar as sociedades democráticas com dificuldades para atingir seu potencial. Além disso, a instituição fomenta o progresso humano em larga escala, criando mercados e parceiros comerciais para os Estados Unidos, promovendo a solidariedade no exterior. Custando menos de 1% do orçamento federal, a USAID trabalha em mais de 100 países para alcançar, entre outros objetivos: a prosperidade econômica, proteger os direitos humanos, melhorar a saúde global, prevenção e mediação dos conflitos e o investimento em mais educação. **USAID**: from the american people. Disponível em: <<http://www.usaid.gov/>> Acesso em 12 jan. 2015. (Traduzido)

²⁸ Ainda de acordo com PELEGRINI (1998) esta Carta “acenava para uma educação enquanto um meio seguro de promover o desenvolvimento econômico e social. O vislumbrar de possíveis transformações sociais levou o governo brasileiro a intervir no campo educacional com significativo rigor” (p. 105).

Os interesses da elite empresarial brasileira e o seu projeto de educação, bem como a sua proposta de tornar a sociedade organizada em moldes racionais, aliaram-se às propostas do governo norte-americano de “empreendimento educacional” para os países latino-americanos, já antes do golpe de 64 (CUNHA, 1998, p. 115).

Sobre os projetos de reforma do ensino superior brasileiro, João Roberto Martins Filho aponta que a principal ação da USAID era a

difusão ideológica que, desde o imediato pós-guerra, os EUA realizavam na América Latina. Efetuados em cauteloso sigilo, os acordos previam a assessoria de técnicos estrangeiros para auxiliar o governo militar na formulação de uma nova política educacional (MARTINS FILHO, 1987, p. 130).

Seguindo a lógica deste acordo, era preciso investir em escolas técnicas, que formassem mais pessoas em menos tempo para atender a demanda do capital. Ao suprimir as disciplinas da área das humanidades (incluem-se aqui as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia), evita-se “perder tempo” com tais conteúdos e investir na formação do cidadão pronto a atender a indústria que levaria o país ao progresso.

Ainda com relação aos acordos entre o MEC e a USAID, Sandra Pelegrini (1998), aponta que “os convênios educacionais firmados entre o MEC e a USAID, no pós-64, abarcavam o ensino em todos os níveis – universitário, médio e primário –, lançando os princípios básicos que seriam implantados pelos governos militares que se sucederam”. Estes acordos, por sua vez, possuíam uma concepção educacional que “estava assentada na ideia de progresso denominada ‘empresarialista’, na qual, a educação superior era encarada como “parte ou parcela” do desenvolvimento econômico”. O documento ainda fazia uma “pequena” sugestão aos países subdesenvolvidos: de acordo com os educadores americanos que participaram da discussão dos acordos firmados entre o MEC e a USAID, os países deveriam abandonar a “ênfase dada às ciências humanas e sociais, direito e artes, consideradas sem aplicação na área [econômica e empresarial]”. O relatório apresentado ao MEC apontava para a “concentração de estudantes em cursos não relacionados com as necessidades de força humana do Brasil”.

Escrevendo sobre os acordos MEC/USAID, Maria Ribeiro do Valle esclarece que

No âmbito da universidade, do ponto de vista dos estudantes, os acordos MEC-USAID visam a garantir os interesses do imperialismo no Brasil, por meio da formação de técnicos operacionais para as indústrias. [...] Para efetivar a modernização da universidade – universidade empresarial –, além da formação de técnicos especializados, a política educacional do governo (PEG) tem como tática a transformação da universidade pública em privada, submetendo-a, desta forma, aos interesses econômicos, ideológicos das empresas financiadoras e ao corte de verbas governamentais – elitizando ainda mais o ensino com o aumento das anuidades e a redução do número de vagas. A reforma universitária proposta pelo grupo de trabalho (GT) da ditadura, segundo os estudantes, visa, assim, ao favorecimento do imperialismo norte-americano (VALLE, 1998, p. 222).

Tais acordos firmados entre o governo brasileiro e o governo norte-americano

Tinham como objetivo, basicamente, o planejamento da educação superior brasileira, com base em diagnóstico prévio. Tais convênios foram recebidos com grandes reservas e críticas por estudantes e outros setores. As principais referiam-se à sujeição que tais acordos conferiam à educação brasileira (CUNHA, 1998, p. 116).

Os acordos entre o MEC e a USAID estavam muito longe de ser as medidas finais tomadas pelo governo na tentativa de reformar o ensino superior no país. Pelo contrário, foram apenas os esboços do que ainda estaria por vir conforme a ditadura fosse cerceando os direitos básicos do cidadão e, conseqüentemente, a educação não ficou de fora.

5 DECRETO-LEI 228/67 E LEI 5.540/68: UMA TENTATIVA DE REFORMA

A vigilância ao movimento estudantil era tarefa constante por parte do regime militar. Por mais que a UNE estivesse na ilegalidade desde 1964, os estudantes ainda continuaram realizando forte oposição ao governo. Por esse motivo, era necessário criar mecanismos para controlá-los.

No sentido de conter a participação estudantil em questões políticas e de restringir a atuação do movimento dentro das universidades brasileiras, o governo federal publicou, em 28 de fevereiro de 1967, o Decreto-Lei nº. 228, que “reformula a organização da representação estudantil”. Esse decreto limitava a atuação dos órgãos estudantis a meros responsáveis por atividades culturais, artísticas, cívicas e educacionais, na tentativa de distanciá-los da discussão política.

Outra função deste decreto estava a regulamentação da eleição para os Diretórios Acadêmicos e determinava punições para o aluno que não votasse nestas

eleições, pois o voto era obrigatório, conforme explicita o artigo 5º²⁹ deste Decreto-Lei.

Além do Decreto-Lei nº. 228, no ano de 1968, outra legislação entraria em vigor, cerceando ainda mais a atuação política estudantil. Aliás, o ano de 1968, principalmente para o modelo educacional brasileiro é muito significativo. João Roberto Martins Filho (1987, p. 143) aponta que “as lutas do movimento estudantil de 1968 centraram-se inequivocamente em dois eixos fundamentais: a luta antiditatorial e a campanha pela transformação da universidade”.

Nesse período, não foram apenas os acordos entre o MEC e a USAID que iniciaram o processo de modificação do nosso sistema educacional. Os relatórios, reuniões e debates advindos desses acordos culminaram na aprovação da Lei nº. 5.540/68, de 28 de novembro de 1968, conhecida como a Lei da Reforma Universitária.

Todavia, de antemão pode-se adiantar que esta tal reforma aprovada pelo governo era bem diferente daquela reforma universitária desejada pelos estudantes durante o governo João Goulart. A legislação em questão tinha como função fixar as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, além de instituir uma série de transformações na forma como as universidades seriam mantidas a partir de então. Iniciava-se, com isso, um novo episódio na história da educação brasileira: a educação, gradativamente, penderia para o ensino privado, dificultando o acesso de um elevado número de estudantes. O Estado foi, pouco a pouco, delegando a tarefa de subsidiar os cursos de licenciatura e bacharelado à iniciativa privada, como já previam os acordos firmados entre o MEC e a *Usaid*.

Com estes acordos, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GRTU) instituiu uma série de modificações no sistema de ensino superior, como o regime de créditos, matrícula por disciplina e os cursos de curta duração (CHADDAD & CHADDAD, 2010, p. 8-9).

Além disso, as reformas educacionais, com base na lei 5.540/68, tinham como principal objetivo a “contenção do movimento estudantil universitário” e o desenvolvimento de medidas para a implementação do ensino superior privado, bem

²⁹ Art. 5º É obrigatório o exercício do voto por todo estudante regularmente matriculado, para a eleição do D.A. Parágrafo único. Salvo se comprovar devidamente motivo de força maior ou de doença, o estudante que deixar de votar será suspenso por trinta (30) dias

como a “redução de investimentos nas universidades públicas gratuitas”. O setor privado ligado à educação superior ganhou grande impulso durante o período militar justamente porque seus representantes atuaram como aliados dos militares que estavam no poder. Sendo assim, os defensores do “privatismo na educação”, buscaram criar mecanismo junto ao governo federal para “desacelerar o crescimento da rede pública de ensino”, ao mesmo tempo em que tentavam viabilizar a utilização de verbas para as instituições particulares (RODRIGUES & SOUZA, 2012, s.p.).

Sobre o crescimento da rede privada, Sandra Pelegrini aponta seu surgimento ainda na década de 1960, quando

a pressão demográfica dos grandes centros exigia cada vez mais a expansão da rede escolar nos níveis fundamental e médio, havendo também um crescimento do ensino superior, predominantemente na rede privada. A desproporcionalidade entre o crescimento ocorrido nos diferentes níveis de ensino contribui para o aumento do desequilíbrio entre os estudantes que concluiriam o ensino médio [...] e as vagas disponíveis na primeira série dos cursos universitários [...]. O controle da expansão do ensino superior, o cerceamento da autonomia das entidades de representação estudantil e a nomeação de reitores e diretores pelo Estado compuseram o quadro de centralização dos assuntos educacionais colocados em prática pela reforma (PELEGRINI, 1998, p. 173).

As modificações propostas pela lei da Reforma Universitária também interferiam na autonomia destas instituições, principalmente na nomeação de professores, reitores e cargos de direção, que muitas vezes eram ocupados pelos próprios militares, tentando diminuir os focos de resistência ao regime. A lei 5.540/68 também extinguiu a UNE e as UEEs, criando órgãos oficiais de representação estudantil subordinados às autoridades governamentais e também às reitorias das universidades (CHADDAD & CHADDAD, 2010, p. 9).

Sandra Pelegrini, por sua vez, demonstra qual a transformação trazida pela Lei nº. 5.540/68 para a realidade das universidades, apontando quais modificações foram impostas pela nova legislação

[...] A lei procurou estabelecer consonância entre as atividades universitárias e as necessidades do desenvolvimento, inclusive fazendo “face à peculiaridade do mercado regional”. [...] A reformulação da organização de representação estudantil nos órgãos colegiados das universidades foi fixado a 1/5 do total de seus membros. [...] A reforma implantada seguiu o modelo norte-americano, incidindo, portanto, na diferenciação entre ensino básico e proporcional; na adoção do sistema de créditos e matrícula por matéria; na dissolução da cátedra vitalícia e na implantação da departamentalização e de cursos de pequena duração; [...] na unidade do ensino e pesquisa; na constituição de grêmios estudantis e

diretórios acadêmicos³⁰; na instituição de vestibular unificado e classificatório (PELEGRINI, 1998, pp. 170-171).

Nessa mesma direção de pensamento, a edição nº. 12 do *Jornal Poeira*, de abril de 1976 traz um dado estatístico sobre os números das instituições de ensino superior no Brasil, no ano de 1974. Através desse dado, podemos perceber de que forma a privatização do ensino levada a cabo pelo governo federal atingiu a maioria dessas instituições. A matéria traz a seguinte informação

Em 1974 o Brasil tinha 848 escolas superiores. Destas, 631 eram particulares e apenas 217 oficiais. E das oficiais, apenas 30 eram federais. Os que estão abaixo da classe média nunca conseguem chegar à universidade. Isso é ponto pacífico. Mas é natural? (*Jornal Poeira*, Edição nº. 12, p. 20. CDPH/UEL. Série F, subsérie F1).

Aprovada durante o mandato do general-presidente Artur da Costa e Silva e do ministro da Educação Tarso Dutra, a lei 5.540/68, enfrentou grande resistência por parte do movimento estudantil. De acordo com as reflexões de Sandra Pelegrini

Nessas circunstâncias, as reivindicações estudantis passaram a ser efetuadas nos limites da nova legislação: a representação dos estudantes nos órgãos colegiados é limitada a 1/5 por lei federal e, na prática, a 1/10 através de novos estatutos das universidades, tornando-se desvinculada das entidades estudantis. E estas, por sua vez, quando não foram fechadas, foram transformadas em diretórios acadêmicos controlados pelas autoridades das faculdades (PELEGRINI, 1998, pp. 173-174).

O texto da lei nº. 5.540/68³¹ é bem claro quanto ao objetivo principal do ensino superior e de que forma ele se apresenta na formação dos universitários: o ensino tinha por objetivo a “pesquisa, o desenvolvimento das letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário”. As universidades, por sua vez, possuíam “autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira”.

Outro ponto interessante desta legislação foi a definição do regime financeiro-administrativo sob o qual as universidades iriam funcionar e de onde seriam provenientes os recursos para o custeio das instituições.

³⁰ A forma de representação estudantil, que havia sido regulamentada pela Lei nº. 4.464/64, foi reforçada na lei da Reforma Universitária de 1968. Esse amparo legal garantia a representação oficial dos estudantes dentro das universidades, novamente deixando de lado a já extinta UNE.

³¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 13 jan. 2015.

O artigo quarto desta lei definia que as universidades seriam constituídas, “quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações³²”

A UEL, constituída uma Universidade Estadual, entrou nesse sistema de fundação, instituindo o sistema de cobrança de anuidades. O *Jornal Poeira*, edição nº. 1, página 17, de março de 1974, explica à comunidade acadêmica no que consistia o sistema de Fundação de ensino. O jornal traz a seguinte nota

FUNDAÇÃO: O sistema de Fundação da Universidade foi criado em 1968. Isto quer dizer que o aluno paga os seus estudos. O ensino é pago também nas Universidades Federais, mas de uma forma sub-reptícia, por meio de supostas taxas (*Jornal Poeira*, Edição nº. 1. p. 17. CDPH/UEL. Série F, subsérie F1).

Sob o regime de Fundação também foram todas as universidades paranaenses que surgiram durante o período militar. Era realizada a cobrança das anuidades, pois o investimento dos governos federal e estadual eram insuficientes para manter o atendimento aos alunos. Dessa forma, somente, quem possuía uma condição de vida estável poderia ter acesso ao ensino superior. E as anuidades, a cada ano letivo, sofriam reajustes, causando indignação e revolta nos estudantes. O editorial do jornal *Liberdade, Liberdade: abre as asas sobre nós*, sob responsabilidade do Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Letras e Ciências Humanas, em sua edição de nº. 1, de março de 1974 traz uma severa crítica ao ensino pago e ao aumento abusivo das mensalidades. De acordo com a matéria

As anuidades sobem a cada ano. Nas universidades, pesadas taxas obrigam centenas de colegas a desistirem de seus cursos. Essa situação é a mesma em todo o Brasil, consequência de um fator comum: o corte de verbas no setor da Educação (*Jornal Liberdade, Liberdade: abre as asas sobre nós*, Edição nº. 1, s.p. . CDPH/UEL. Série F, subsérie F2).

A edição nº. 23 do *Jornal Poeira* apresenta o enquadramento da então FUEL ao sistema de anuidades proposto pelo governo federal, como discutido anteriormente nesse artigo. De acordo com o editorial

³² Idem.

Até 1972 o ensino era gratuito para a maioria dos universitários de Londrina. Com a criação da Fundação Universidade de Londrina, o ensino passou a custar dinheiro. Londrina entrava no esquema oficial de ensino, imposto a partir de 1964: o Estado tirando o corpo fora e transferindo os gastos da Educação para o bolso da população (Jornal Poeira, Edição nº. 23, CDPH/UEL).

Nesse mesmo sentido, a edição nº. 6 de dezembro de 1974, na página 7 apresenta a falta de oportunidades àqueles que têm o objetivo de ingressar ao ensino superior mas que, devido ao sistema de anuidades, aliada à baixa renda da maioria das famílias, encontravam dificuldades. É claro que a evasão ou a dificuldade do acesso ao ensino superior ocorriam por vários motivos, no entanto, a matéria realiza a seguinte crítica

Em 1973, 400 alunos da Universidade de Londrina abandonaram seus cursos: a grande maioria por falta de condições para o pagamento das anuidades. Mais de dois mil colegiais diplomaram-se em Londrina no ano passado: deste total, cerca de 60 por cento (1200) não prestou o vestibular de janeiro e nem o de julho deste ano. De todos os estudantes da FUEL, 60% vive com uma renda familiar inferior a 1.500³³ cruzeiros mensais³⁴, as anuidades da mesma universidade variam de 2.160 a 4 mil cruzeiros³⁵. A cada mês, um número cada vez maior de estudantes é proibido de assistir aulas: falta de pagamento das mensalidades. (Jornal Poeira, nº. 6, p. 7. CDPH/UEL. Série F, subsérie F1).

Na edição nº. 12, de abril de 1976 do *Jornal Poeira*, página 20, encontramos uma crítica realizada à dificuldade do acesso ao ensino superior, desde o ano de

³³ Em valores corrigidos para o Real, essa quantia equivaleria, aproximadamente, a R\$ 3.516,63 (três mil, quinhentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos).

³⁴ Para que possamos estabelecer uma relação custo/benefício, o salário mínimo vigente entre 01/12/1974 a 01/05/1975 era de Cr\$ 415,20 (quatrocentos e quinze cruzeiros e vinte centavos). Em valores corrigidos em Real, essa quantia equivaleria, aproximadamente, R\$ 973,40 (novecentos e setenta e três reais e quarenta centavos). Lembramos que, durante as pesquisas acerca da conversão monetária, vários sites especializados no assunto, apresentaram divergências quanto ao valor. Alguns deles não levavam em conta a inflação mensal na conversão, apresentando um valor em Reais único para todo o ano. Além disso, para que pudéssemos calcular o valor exato dessa quantia, era necessário incluir um mês para a consulta. Como o documento analisado não possuía uma data específica, levamos em consideração para a conversão o último mês de vigência do salário de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) apresentado pelo Jornal Poeira na sequência da reportagem. Dessa forma, a quantia em Real é apenas uma aproximação, não devendo, portanto, ser considerado um valor exato. Para a equivalência entre Cruzeiro/Real foi utilizada a ferramenta disponível no site da Fundação de Economia e Estatística, instituição de pesquisa, vinculada à Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Cf. em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php?ano=1978&mes=abril&valor=1.106%2C40> Acesso em 15 jan. 2015.

³⁵ Esses valores corrigidos em Real equivaleriam, aproximadamente, a R\$ 5.063,95 (cinco mil e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos) e R\$ 9.377,69 (nove mil, trezentos e setenta e sete reais e sessenta e nove centavos). Lembrando que esses valores correspondem à anuidade do curso, ou seja, era o valor total que seria pago no decorrer do ano.

1964, ocasionado pelo processo de privatização do ensino superior. A matéria é anunciada da seguinte forma

Em 1964 a Educação recebia 9,74% do orçamento federal. Em 1974 apenas 4,7%. 70% das 400 mil vagas oferecidas em 76 aos vestibulandos eram de escolas particulares. Há 76.498 bancos desocupados nas universidades. De nada adiantam as vagas, se não há quem possam pagá-las (Jornal Poeira, Edição nº. 12, p. 20. CDPH/UEL. Série F, subsérie F1).

Analisando o rascunho do “Jornal Poeira”, edição número 23³⁶ do ano de 1978, intitulado “Luta Nacional”, nos deparamos, já no início da reportagem, com uma severa crítica realizada por uma estudante de Direito da FUEL ao sistema de cobrança de anuidades na universidade. Além disso, a aluna Sonia expõe as dificuldades financeiras enfrentadas para poder realizar seus estudos. De acordo com a estudante

O ordenado é pouco. Pago almoço, pago ônibus, pago Universidade e preciso andar vestida. Com que dinheiro? Para agravar a situação, a mensalidade da FUEL é 600 cruzeiros³⁷, isso porque peguei pouca matéria e estudo só meio período, tem gente que paga o dobro ou mais. O lanche mais barato é 10 cruzeiros³⁸ e a gente também precisa comer, pois ninguém vive de vento. Fica a pergunta: como dividir o dinheiro entre tantas coisas, ao mesmo tempo, ser bom estudante, se temos que ficar sempre pensando que as respostas são maiores que o ganho? (Jornal Poeira, Edição nº. 23, CDPH/UEL).

Além de criticar o ensino privado, esta edição do Jornal Poeira também realiza uma severa crítica à exclusão social que o sistema de anuidade promove. De acordo com o editorial

Para que servem as vagas se não há quem possa pagá-las? Enquanto isso, de cada 10 mil brasileiros que entram no primário, apenas 3 (três) continuam saindo com diploma universitário. E isso tudo são considerações em torno da classe média da população. Os setores pobres, ou seja, a imensa maioria da população, estão absolutamente marginalizados do ensino superior (quando não do médio e do primário) já há algum tempo. Olhe ao seu redor agora, e veja se localiza algum filho de operário ou bóia-fria frequentando nossa universidade (Jornal Poeira, Edição nº. 23, CDPH/UEL).

³⁶ Pasta Acervo do DCE/UEL nº. 1

³⁷ Em números corrigidos, levando-se em conta a inflação que tomou conta do Brasil desde a década de 1970 até hoje, e levando-se em consideração as sucessivas mudanças no sistema monetário brasileiro, o valor de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) equivaleria, hoje, a cerca de R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais).

³⁸ Partindo da mesma suposição citada acima, o valor de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) corrigido monetariamente, equivaleria a aproximadamente R\$ 7,84 (sete reais e oitenta e quatro centavos).

A edição número 18 do Jornal Poeira apresenta a situação econômica enfrentada pela maioria dos alunos da FUEL que, não tendo dinheiro para pagar seus estudos, encontra um muro separando a realidade do ensino superior e o sonho de seguir uma profissão no futuro

Um estudante, não tendo dinheiro para pagar a multa dos retardatários (aliás, um estudante que já era retardatário porque não tinha dinheiro pra fazer a matrícula no dia de seu curso), procurou o senhor coordenador de Assuntos Educacionais pra ver se conseguia ser dispensado do pagamento doloroso dos Cr\$150,00 a mais, insistiu, insistiu, falou que estava sem dinheiro e recebeu, por fim, a resposta do nosso coordenador de Assuntos Educacionais, objetiva e direta: "Não tem dinheiro, tranca a matrícula" (Jornal Poeira, 18. ed, março de 1977).

Sandra Pelegrini realiza uma crítica ao apresentar os resultados da Reforma Universitária iniciada pelo MEC, que mesmo propondo uma certa democratização no acesso ao ensino superior, não deixou de lado seu cunho autoritário e com vistas à educação tecnicista. Segundo ela

Mesmo propondo a democratização, a reforma não dissimulou o seu cunho autoritário. A expansão do número de vagas implicou, também, a adoção de uma política de refreamento do acesso ao ensino universitário, via incentivo à profissionalização do segundo grau [...] A reforma universitária é, portanto, entendida nesse contexto, por um lado, como uma nuance do processo de adaptação do sistema de ensino à função de "reprodutor" da força de trabalho necessária ao sistema capitalista de produção e, por outro, como uma forma de garantir a permanência da estrutura de classes, tal qual interessava às elites dominantes (PELEGRINI, 1998, p. 171-172).

A lei 5.540/68 também estabelecia a forma como seria realizada a nomeação dos reitores, vice-reitores, diretores e vice-diretores das universidades e faculdades isoladas, mantidas pela União ou pelos governos estaduais sob os regimes de fundação. Esta nomeação ocorreria pelo governo do estado, quando estaduais, e pelo presidente da República, quando federais, através de uma lista previamente apresentada.

Na FUEL o reitor também era um cargo político, nomeado diretamente pelo governador do estado a seus correligionários, amigos e, até mesmo a seus parentes. O acervo de documentação do DCE apresenta a influência exercida pelo governo nas nomeações de cargos de importância dentro da universidade.

Desde que recebeu de presente, de seu sogro [Ney Braga³⁹], a reitoria da nossa universidade, o sr. Oscar Alves, de lamentável memória, não fez outra coisa senão tentar reproduzir dentro de nossa escola o regime vigente em nosso país (Acervo DCE – CDPH/UEL, Pasta 7).

A Lei nº. 5.540/68, em seu artigo 38, estabelecia os direitos do corpo discente, bem como lhes garantia, sob o amparo da lei, a forma como poderiam organizar, dentro dos seus colegiados, a representação estudantil. Os estudantes seriam representados “com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, bem como em comissões instituídas na forma dos estatutos e regimentos”. A lei também definia que a escolha dos representantes discentes seria realizada por meio de eleições,

O Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Londrina regulamentava a forma como a representação estudantil deveria ser organizada. Além de nortear sua organização, o documento também previa algumas proibições e outras sanções no caso do não cumprimento do disposto em regimento

Art. 92 – É vedada, à representação estudantil, qualquer manifestação, propaganda ou ato de caráter político, partidário ou ideológico, de discriminação religiosa ou racial, de incitamento, de promoção ou de apóio à ausência aos trabalhos escolares.

§ 1º - A inobservância destas normas, ou das disposições legais ou regulamentares vigentes, acarretará, além de outras penalidades cabíveis, a suspensão ou perda do mandato por deliberação dos respectivos colegiados⁴⁰.

Nesse ponto, em que a lei faz referência à forma de organização estudantil e a maneira pela qual esses representantes seriam eleitos pelo corpo discente, é interessante realizarmos uma rápida reflexão. Nas eleições para a escolha dos membros dos órgãos estudantis das universidades o voto dos alunos era obrigatório nos termos do artigo 155 do Regimento Geral da Universidade. Isso mesmo: quem não votava e não apresentasse justificativa convincente corria o risco de ser suspenso. Para exemplificarmos a situação de pressão política e obrigação do exercício do direito do voto, selecionamos uma publicação oficial da Reitoria da FUEL suspendendo 226 alunos que não participaram de uma eleição para a

³⁹ Ney Aminthas de Barros Braga (1917-2000), foi governador do Paraná entre 1961 e 1965 e entre 1979 a 1982. Além disso, foi ministro da Agricultura de Castello Branco de 1965 a 1966 e ministro da Educação no governo de Ernesto Geisel de 1974 a 1978.

⁴⁰ Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Londrina (ACERVO DO DCE/UEL – Pasta 24).

representação estudantil. Trata-se da Portaria nº. 7.293/76, de 3 de novembro de 1976, na qual a FUEL

Resolve suspender das atividades acadêmicas nos dias 16, 17 e 18 de novembro próximo por não terem votado nas eleições da representação estudantil realizadas no dia 15 de setembro de 1976, os seguintes aluno [relação em anexo à Portaria]⁴¹ (Acervo DCE – CDPH/UEL, Pasta 24, Série D).

A edição número 17 do jornal Poeira, de novembro de 1976, tece uma crítica a forma arbitrária como foi conduzida esse caso

No dia 30 de outubro, mais uma vez a Universidade, através do seu Conselho de Administração, puniu com três dias de suspensão os 226 colegas que não votaram nas eleições de 15 de setembro, para a representação discente (a penalidade consta do Regimento Geral da FUEL e é aplicada todos os anos). Esta e todas as interferências da Universidade nas eleições estudantis, dificultando a nossa participação, sempre tiveram o voto contrário dos representantes do "Poeira". Já durante a última campanha, nas salas de aula, no "Poeira" e, em todos os boletins, alertávamos para a punição, posicionando-nos firmemente contra (FUEL arbitrariamente, suspende estudantes. Jornal Poeira, 17. ed, novembro de 1976).

Para que possamos finalizar essa parte que se ocupa das prerrogativas legais utilizadas pelo governo federal com o objetivo de transformar o modelo educacional brasileiro, bem como de se utilizar de meios legais para evitar aglomerações, protestos e manifestações advindas do meio estudantil, é necessário analisarmos outro documento expedido pelos militares para regulamentar e estabelecer uma relativa "harmonia" nos corredores, salas de aulas e outras dependências das universidades: estamos falando do Decreto-Lei nº. 477⁴², de 26 de fevereiro de 1969

⁴¹ Na relação anexa a esta Portaria, foram suspensos das aulas aproximadamente 200 alunos que não compareceram às eleições gerais da representação estudantil da FUEL. Os alunos eram pertencentes a todos os centros de estudos da universidade.

⁴² O Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, foi revogado pela Lei nº. 6.680, de 16 de agosto de 1979, que definiam os órgãos de representação estudantil nos estabelecimentos de primeiro e segundo grau nas instituições de ensino brasileiras. Já em 1985, a Lei nº. 7.395, de 31 de outubro, aprovada pelo ex-presidente José Sarney, durante o período de redemocratização do Brasil resgata, oficialmente, a UNE como representante oficial do conjunto dos estudantes do ensino superior no Brasil, bem como as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) em cada estado, no Distrito Federal e nos territórios existentes até então, os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) representando todos os estudantes de cada universidade ou faculdade e, por último, os Diretórios Acadêmicos (DAs) ou Centros Acadêmicos (CAs) como representante de cada curso nessas instituições de ensino superior. Esta lei representa, para os estudantes brasileiros, um novo tempo, novos ares e, principalmente, uma nova oportunidade de fazer valer seu direito histórico a voz e voto que, durante muito tempo, lhes foram negados. Cf: Lei nº. 6.680. Disponível em:

(pouco mais de dois meses após o AI-5). Esse decreto descrevia uma série de comportamentos que configuraria como infração disciplinar para professores, alunos e funcionários vinculados a instituições de ensino superior pública ou particular. Caso as ordens expressas no Decreto-Lei fossem desobedecidas, tanto professores, funcionários ou alunos, sofreriam punições disciplinares administrativas.

Silvana Lazzarotto Schimitt, no artigo “Políticas educacionais para o movimento estudantil universitário na ditadura militar (1964-1985)”, aponta que este decreto

impedia qualquer manifestação dos docentes, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino público. Dentre as proibições estavam: a confecção e a divulgação de “material subversivo”, bem como a organização de manifestações. Os que infringissem a lei seriam punidos, sendo que os funcionários e professores poderiam ser demitidos e alunos “expulsos”. Se fosse considerado crime pelas autoridades, o diretor do estabelecimento de ensino deveria encaminhar o caso para ser instaurado inquérito policial (SCHIMITT, 2009, p. 7).

Os ecos da publicação desse Decreto se fizeram sentir também no movimento estudantil da UEL, em Londrina. Segundo Renata Caobianco, esse período

era um momento difícil na vida política do país: a Universidade estava sob a ameaça do Decreto-Lei 477; os estudantes eram presos ou desapareciam; as verbas para pesquisa eram controladas pelo governo e os professores foram demitidos. No caso dos estudantes da UEL, existiu retenção de verbas por vários anos; a Universidade não repassava o dinheiro que os estudantes eram obrigados a pagar às entidades estudantis no ato da matrícula (CAOBIANCO, 2007, p. 52).

Analisando o decreto, com apenas 6 artigos, assinado pelo presidente Costa e Silva, pelo ministro da Educação Tarso Dutra e pelo ministro da Justiça Luis Antonio da Gama e Silva, pode-se perceber a rigidez imposta por esta legislação e a forma como determinava sanções e punições a quem desrespeitasse as normas vigentes. Em seus artigos, o decreto previa punição a professores, alunos ou funcionários que realizasse qualquer tipo de atividade que paralisasse as atividades acadêmicas, depredasse o patrimônio público, participasse de passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, bem como distribuísse qualquer material considerado “subversivo”.

A legislação ainda previa as punições àqueles que desobedecessem as determinações impostas neste decreto, o que incluía demissão, proibição de realizar matrícula por até três anos e, no caso de estrangeiros, até mesmo a extradição do país⁴³.

Ainda a respeito desse decreto, Sandra Pelegrini esclarece que

[...] o governo militar lançou o Ato Institucional nº. 5, estancando oficialmente a vida política do Brasil, promovendo cassações, aposentadorias forçadas, criando um clima de terror e delação. Para reforçar a repressão aos movimentos de resistência ao regime, foi lançado o Decreto 477, enquadrando possíveis infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados do ensino público ou particulares (PELEGRINI, 1998, p. 169).

Com relação às medidas tomadas pelo governo militar contra os professores que eram acusados de atentar contra a ordem, Carlos Fico aponta que

Professores também eram constantemente perseguidos, e a aposentadoria era a arma que as comunidades de segurança e de informações [...] usavam contra aqueles que fossem tidos como “esquerdistas”, classificação que certamente serviu para encobrir perseguições as mais diversas (FICO, 2001, p. 189).

A publicação do Decreto-Lei 477 trouxe um clima de conflito político e ideológico para dentro da universidade, o que acabou gerando tensão na relação entre DCE e a reitoria da FUEL.

6 RESISTIR É PRECISO

LUTAMOS, porque não podemos aceitar um regime de democracia relativa, relativa a interesse de poucos. Não podemos aceitar um regime que precisa de silêncio da maioria para ouvir as decisões dos que mandam. Não podemos aceitar uma situação onde a maioria não tem escola, não tem saúde, não tem moradia, a que tem direito. Não podemos aceitar uma ordem que mantém a maioria da população em condições precárias de vida e trabalho, para que poucos tenham riqueza e lazer. Não podemos aceitar um regime que para manter essa ordem cerceia liberdade, prende, tortura e mata (Manifesto dos estudantes brasileiros no dia 28 de março de 1968 – ACERVO DCE – CDPH/UJEL, Pasta 24).

⁴³ Cf. **Decreto Lei** nº. 477/69. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126092/decreto-lei-477-69>. Acesso em 15 maio 2016.

O manifesto que abre esse subtítulo retrata muito bem nossa intenção a partir de agora. A partir da documentação do acervo do DCE, apresentaremos de que forma ocorreram as lutas, os enfrentamentos, os protestos, as passeatas, as críticas e também a repressão, as prisões e os desmandos de um aparato ditatorial instalado, sorrateiramente, no interior da FUEL, como forma de vigiar para depois punir toda e qualquer atividade suspeita por parte de professores, alunos e funcionários da instituição de ensino. Também analisaremos quais as maneiras encontradas pelos estudantes para resistir às sucessivas tentativas de desmantelamento da participação política estudantil no interior da universidade.

Tais relatos permitem-nos perceber de que forma a repressão estava presente no dia a dia da universidade, nos corredores e pátios dos centros de estudos sempre prontos a reprimir todo e qualquer foco de manifestação que ameaçasse a ordem vigente ou que se caracterizasse em resistência dos “comunistas”.

Durante a década de 1970 na FUEL, as relações entre o DCE e a reitoria da universidade, que atuava como uma extensão da vigília do governo do estado, eram tensas. Isso pode ser percebido através de vários relatos coletados nas matérias dos jornais estudantis locais, além de outras fontes, onde é possível perceber as ações repressivas e controladoras vindas por parte da reitoria. Nessa época o reitor era indicado diretamente pelo governador, o que reforçava a vigilância aos estudantes, professores e funcionários e facilitava a aplicação de medidas disciplinares contra quem desobedecesse as ordens.

Durante a ditadura, a Fundação Universidade Estadual de Londrina não ficou alheia à vigilância constante das forças policiais. Muitos alunos, professores e funcionários foram vítimas da repressão policial, principalmente aqueles que se colocavam contra as decisões do governo, ou que se envolviam em passeatas, protestos e denúncias contra a atuação violenta da polícia.

Em depoimento para a reportagem do Jornal Poeira, um estudante declarou que “os guardas têm cassetetes e equipamentos para reprimir manifestações coletivas, perambulando pelos corredores, salas de aula e, recentemente, chegaram a invadir uma sala de aula”⁴⁴.

Ao final dessa reportagem, o DCE ainda realiza a seguinte reflexão:

⁴⁴ Acervo do DCE – CDPH/UUEL, Pasta 7.

A denúncia dos estudantes a respeito do caráter repressivo da polícia especial da Universidade (SUAT⁴⁵), ao invés de servir como justificativa para a permanência desta polícia especial, servirá para um questionamento ainda mais acentuado sobre o verdadeiro papel desta organização paramilitar sustentada com o dinheiro da comunidade⁴⁶.

Com relação à SUAT, forma como era chamada a força policial no *campus* da FUEL, é interessante conhecermos a história de sua formação e de que forma foi introduzida no dia a dia da Universidade. Os relatos presentes na documentação do DCE, de 1978, relatam a sua institucionalização. Segundo os escritos

A SUAT surgiu em fins de 1975, com o nome de “Guarda do Patrimônio” da FUEL. Só que realizava, em pleno campus, exercícios para controle de distúrbios civis, como se estivesse se preparando para um ataque em massa de ladrões e pivetes. Como ladrões e pivetes não atuam em massa e nem costumam atacar (no mais das vezes eles fogem), ficou a forte impressão de que os exercícios se destinavam aos estudantes. A confirmação não demorou. Em janeiro de 1977 uma edição especial do POEIRA, destinada aos calouros, foi apreendida no campus por ordem da reitoria. Os executores da ordem não eram outros senão os agentes da SUAT, sempre comandados pelo Capitão Aparecido, dinâmico assalariado da repressão que comparece a todas as nossas assembleias com máquinas fotográficas ou filmadoras ultra modernas, que nenhum estudante de Comunicação pode dispor para as aulas de Fotografia. Mais uma vez, isso sim é corrupção. A partir de 1977 a repressão de Oscar Alves se intensificou, cada vez mais assanhada. Um agente da Suat chegou a invadir uma sala de aula, onde estavam calouros de Engenharia, e a ameaçá-los de morte. Os calouros, como todos os estudantes da Fuel, estranhando a presença dos policiais armados nos pátios e corredores, haviam dirigidos gracejos aos agentes. Depois desse episódio, como aumentasse a reação dos estudantes, as sedes dos nossos diretórios acadêmicos setoriais no campus passaram a ser sistematicamente arrombados e assaltados durante a noite, horário em que só permanecem no campus os agentes da Suat (Acervo do DCE – CDPH/UJEL, Pasta 7).

Em Nota Oficial divulgada pelo DCE em 7 de maio de 1977, há a denúncia da repressão sofrida pelos alunos no *campus* universitário e também dentro das salas de aula. Segundo a denúncia, a Reitoria, conhecedora da ocorrência desses problemas envolvendo alunos e a instituição, sequer se importava com os problemas na universidade. A denúncia presente nesta Nota Oficial relatava a

invasão de salas de aula por agentes da “polícia especial”, proferindo ameaças contra a vida dos estudantes, o desvio de verbas destinadas à melhoria do ensino e manutenção de uma polícia repressiva, o policiamento ostensivo nos corredores, pátios, e portas de salas de aula; as precárias condições de ensino existentes nas escolas; as atitudes repressivas da “suat” no sentido de dispersar grupos e fazer ameaças de todo tipo contra os estudantes, e outras (Nota oficial. ACERVO DCE – CDPH/UJEL, Pasta 6).

⁴⁵ Em outras passagens que tratam dessa polícia especial da FUEL, a grafia pode variar um pouco. Há casos em que a escrita aparece como SWAT, versão em inglês. O termo SUAT, de forma aportuguesada, foi encontrado nas documentações do DCE da UEL.

⁴⁶ Acervo do DCE – CDPH/UJEL, Pasta 7.

Ainda segundo a Nota Oficial

vários estudantes assistiram treinamentos dos homens desta polícia, nitidamente voltado para a repressão de movimentos de grupos: todos os estudantes viram os policiais pelos corredores, com seus enormes cassetetes, usados pela polícia comum quando se trata de conter manifestações de grupos; a maior parte dos estudantes viu os soldados com cinturões especiais para cassetetes, balas e revólver; mais de 40 alunos assistiram à invasão de sala de aula; vários estudantes foram advertidos de que não poderiam se reunir em grupos com mais de 5 pessoas; etc.⁴⁷

Na continuação da Nota Oficial, a denúncia das atitudes repressivas da polícia prossegue

a polícia continua existindo, continua sendo treinada, continua sendo abastecida com armamentos especiais, continua vigiando os estudantes; e, enquanto isto, continuam faltando livros na bibliotecas, professores e laboratórios indispensáveis para um melhor nível de ensino; continuam faltando verbas para a educação, as anuidades continuam subindo, assustadoramente, e *a liberdade de manifestação dos estudantes continua sendo cada vez mais espezinhada*⁴⁸ (Nota oficial. ACERVO DCE – CDPH/UEL, Pasta 6).

Em uma reportagem publicada pelo Jornal Poeira, a edição apresenta a atuação da SUAT no *campus* universitário e qual o tratamento dispensado aos discentes

Na última terça-feira, três agentes da polícia especial da Universidade Estadual de Londrina invadiram uma sala de aula, no Centro de Ciências Exatas e fizeram graves ameaças contra os estudantes do 1º período de Engenharia, que lá se encontravam. Os policiais, irritados com dois estudantes que os havia qualificado como agentes da SUAT, chegaram a dizer que vão "dar um tiro na cara" do próximo estudante que fizer alguma molecagem. O fato provocou profunda indignação, não só entre os estudantes daquela classe, que reagiram prontamente contra a atitude da polícia da Universidade, como entre todos os estudantes que hoje lutam por uma universidade democrática, onde a repressão não deve ter lugar. Para nós, estudantes londrinenses, a invasão desta sala de aula é mais uma demonstração do clima de terror e opressão que a atual administração pretende implantar em toda a Universidade, tentando silenciar os estudantes que reivindicam e combatem por melhores condições de ensino, pela liberdade de organização e manifestação. A SUAT, que hoje não consegue mais esconder seus reais objetivos: reprimir os estudantes, [...] consomem vultosas verbas, são incompatíveis com os anseios democráticos dos estudantes londrinenses, são inadmissíveis dentro de uma Universidade, onde a necessidade de livre debate e manifestação são vitais (SUAT invade salas e ameaça estudantes. Jornal Poeira, Edição Especial, maio de 1977).

⁴⁷ ACERVO DCE – CDPH/UEL, Pasta 6.

⁴⁸ Grifos nossos.

Em outra publicação, provavelmente do ano de 1977, intitulado Manifesto, publicado pelo DCE da FUEL, os alunos denunciam a repressão e a falta de liberdade de expressão que a população brasileira está sujeita dentro do regime ditatorial. De acordo com a nota

Hoje, o nosso país vive momentos difíceis quando os direitos humanos são sistematicamente desrespeitados e o direito da livre manifestação e organização vem sendo cada vez mais cerceados pelos mais diversos instrumentos de repressão. Numa demonstração de que não estão dispostos a aceitar passivamente a repressão e o medo que nos querem impor, os estudantes vem se manifestando em todo o país, com mobilizações e lutas contra as prisões arbitrárias que se processam em vários pontos do país. [...] Em Londrina, os professores foram proibidos pela Administração da FUEL a permitirem a distribuição de boletins e jornais nas salas de aula (embora alguns professores, isoladamente, não estejam aceitando mais esta arbitrariedade). Foram arrancados de diversos murais todos os recortes de jornais notificando os últimos acontecimentos e todos os cartazes repletos de notícias foram arrancados em diversos Centros de Estudos. [...] Além destes obstáculos impostos ao Movimento Estudantil de Londrina, perduram outros como as Polícias Especiais (a exemplo da SUAT de Londrina, uma organização paramilitar criada pela Reitoria para policiar os estudantes), códigos e decretos repressivos como o 477 e outros (Manifesto. Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 6).

Em uma Carta Aberta à População, publicada no sexto aniversário da FUEL, em 1976, o DCE apresenta à comunidade acadêmica e também londrinense, a situação do ensino superior na cidade e no Brasil como um todo, descrevendo as dificuldades pelas quais o ensino vem passando nos últimos.

Mais do que um dia de festa, hoje é um dia de profunda reflexão e, contraditoriamente, até de tristeza. Se olharmos para trás, para os seis anos de vida da nossa Universidade, veremos à princípio que o preço de sua implantação recaiu, em grande parte, sobre os ombros das nossas famílias, através do ensino pago. Nestes seis anos, temos reivindicado com insistência o ensino gratuito, por considerarmos que toda comunidade, pelo seu trabalho, conquistou o direito de ter acesso à Universidade. Por considerarmos que os nossos pais, quando recolhem impostos e pagam tributos ao Estado, já pagam também o nosso ensino. Por considerarmos, enfim, que o critério para admissão de novos estudantes à Universidade não pode ser econômico, como ocorre atualmente na FUEL e em tantas outras escolas do país, o que sempre resta na marginalização daqueles que não têm recursos (Carta aberta à população. Acervo DCE – CDPH/UEL, Pasta 6).

Nessa mesma publicação, os alunos do DCE denunciam a qualidade do ensino ofertado pela FUEL, relatando que são muito distantes do necessário para o exercício de uma boa profissão

Em muitas de nossas bibliotecas, a quantidade, a qualidade e o acesso aos livros são extremamente precários. Os laboratórios e as instalações em geral, em muitos centros, não atendem à necessidade do ensino. Mais grave ainda, é o problema do conteúdo do que se ensina. Vemos no nosso ensino um profundo distanciamento dos problemas mais sentidos em nossa região e no país. Os grandes temas debatidos a nível nacional, estão ausentes de nossas salas de aulas. Mais do que isso, existe reação e um grande clima de medo, por parte dos professores, quando os alunos procuram colocar em debate temas como a democracia, bóia-fria, questão agrária, a questão institucional, enfim, todos os temas considerados “perigosos” hoje em dia (Carta aberta à população. Acervo DCE – CDPH/UEL, Pasta 6).

Já em outra Carta Aberta à População, desta vez datada de 1978, o DCE novamente denuncia a arbitrariedade e a violência com que a “polícia especial” da FUEL trata os casos de protestos e manifestações dos estudantes

A violência, o terror e a arbitrariedade se abateram, mais uma vez, sobre os estudantes e toda a comunidade londrinense na última sexta-feira⁴⁹. A força foi a resposta dada a uma comunidade que procura uma sociedade justa e democrática, onde todos possam participar do processo de decisões. Na última sexta-feira, de forma descarada, ostensiva e violenta, forças policiais impediram que os estudantes londrinenses e toda a comunidade pudessem exercer seus direitos mais básicos de ir e vir, debater e se manifestar livremente. A detenção arbitrária de 30 estudantes na sede do Diretório Central dos Estudantes (que foi totalmente invadido pela polícia), a proibição do acesso, através de policiamento ostensivo, ao local onde seria realizado o debate sobre Direitos Humanos e Constituinte, a truculência empregada contra todos aqueles que exigiam explicações, o abuso de poder e outros fatos dessa natureza foram novamente as respostas apresentadas a uma comunidade para a qual um país não se constrói sem a participação de todos, sem o livre debate, sem o respeito aos direitos conquistados pelo homem. A repressão, que pôde ser vista e sentida por todos, é a única forma que encontram para tentar impedir o exercício de nossos direitos; a repressão que se abateu sobre todos nós é apenas mais um sintoma da fragilidade daqueles que temem a opinião da maioria e que por isso mesmo tentam sufocá-la de todas as formas. Não foi essa a primeira vez que nos defrontamos com atos desta natureza. E acreditamos que não será a última. [...] Mais uma vez nossos direitos foram violados. Mais uma vez a força do arbítrio se abateu sobre todos nós. (Carta aberta à população. Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 6).

Em uma terceira Carta Aberta à População, publicada pelo DCE em 09 de dezembro de 1976, os estudantes alertam a população acerca da crise econômica que o país enfrentava à época, bem como o baixo investimento do governo federal em educação e o aumento constante das anuidades no ensino universitário pago

⁴⁹ O documento analisado não cita data e nem mês, apenas o ano: 1978.

[...] Nosso país, além de ser o que menos investe em educação na América Latina – 4,7% do orçamento da União neste ano – tenta institucionalizar o regime do ensino pago. Isto faz com que nossas famílias arquem com mais este ônus, além daquele que, sob a forma de impostos, vão para os cofres do Estado. Londrina não foge a nenhuma dessas regras. Um exemplo desta situação pode ser constatado no fato de que, de 1974 a 1976, nós e nossas famílias tivemos que enfrentar 69% de aumento nas anuidades da Fundação Universidade Estadual de Londrina. [...] Em 1975 o rendimento mensal de 88% das famílias dos estudantes da FUEL era inferior ao que pagávamos naquela época, por semestre, num curso de período integral. Como consequência imediata desta medida, assistimos a desistência de centenas de colegas neste período, que foram obrigados a abandonar a Universidade por falta de condições financeiras. [...] As perspectivas para 1977 indicam um sensível agravamento desta situação [...] com um aumento estimado em 45% nas anuidades para o próximo ano [...] fazendo com que os cursos de período parcial passem a custar em média 490 cruzeiros mensais, enquanto os cursos de período integral passarão a custar cerca de 840 cruzeiros⁵⁰ mensais (Carta aberta à população. Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 6).

Além da presença da polícia durante os principais atos dos órgãos estudantis da FUEL, a Reitoria também vigiava as atividades programadas pelos estudantes. Prova disso, foi a invasão da sede do DCE, em 1978, como tentativa de desmantelar a organização do grupo estudantil. Esse ato acabou gerando o fechamento por certo período do prédio do DCE. Em moção de repúdio, os estudantes publicaram a seguinte matéria

A Reitoria da Universidade Estadual de Londrina deveria ter vergonha do crime que cometeu contra os estudantes, o seu Diretório Central e seus diretórios setoriais no dia de ontem. Esta é a única explicação aceitável para a justificativa cínica, mesquinha e ridícula que arranhou para justificar o injustificado fechamento das entidades estudantis. Afirmar que as razões da reitoria são de natureza meramente contábeis⁵¹, é fechar os olhos para todo o passado de contradições profundas nas relações entre estudantes e reitoria. [...] As verdadeiras razões, que a reitoria não quer revelar ou por oportunismo, ou por vergonha, são essencialmente políticas. Desde há muito um abismo está a separar os estudantes e a reitoria, e não por acaso. Representando e defendendo, dentro da universidade, os interesses do regime de exceção, do privilégio, da incompetência, e da corrupção vigentes em nosso país, a reitoria da Fuel tem se insurgido nos últimos anos, seguidas vezes, contra os estudantes e suas entidades, que representam e encarnam os anseios mais legítimos do povo brasileiro, de liberdade e justiça para todos (Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 7).

⁵⁰ Até 01/05/1977, o valor do salário mínimo brasileiro era de Cr\$ 768,00. A partir de 01/05/1978, o salário em vigor passou a ser de Cr\$ 1.106,40. A partir desse dado, pode-se chegar a uma conclusão sobre quem realmente poderia estudar nesse período. **Salário Mínimo de 1940 a 1999.** Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm>. Acesso em 18 fev. 2015.

⁵¹ O o DCE e os Diretórios Acadêmicos Setoriais deveriam prestar contas à Reitoria acerca de seus gastos, arrecadações e movimentações financeiras. Nesse caso, a reitoria alegou que fechou a sede do DCE por falta de prestação de contas por parte do órgão estudantil.

Os estudantes também denunciavam a repressão por parte da Reitoria, principalmente sobre a tentativa de impedir a impressão dos jornais que eram veiculados entre os universitários, um instrumento para conscientizá-los das atitudes tomadas pelo reitor dentro da Universidade, bem como noticiar assuntos políticos a nível nacional. Segundo relatos do DCE,

Foi adquirido uma máquina impressora off set, que passou a imprimir o jornal. Esta máquina era o grande alvo da reitoria, tanto que foi sequestrada da antiga sede do DCE antes mesmo que o Conselho de Administração decidisse a intervenção nas entidades. Mas não tem nada não (sic), enquanto não reavermos nossa máquina, saberemos mais uma vez dar a volta por cima (Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 7).

Outro ponto denunciado pela documentação do DCE é a forma com que o reitor, Oscar Alves⁵², comandava a Universidade. Segundo relatos, a partir do segundo semestre de 1977 ele

adiou as eleições para o DCE em alguns centros, [...] partiu para a “legalização” do DCE e demais diretórios, [...] dando poderes ao Conselho de Administração para mudar, rejeitar ou reprovar qualquer decisão da Assembleia Geral do DCE, [...] possuía todo o poder de indicar chefes de departamentos, diretores de centros, conselheiros, etc., [...], proibiu a participação nas eleições para os diretórios acadêmicos e para a representação oficial [DCE] todos os estudantes do 1º e 2º período de curso, reprovados nos dois semestres anteriores, estudantes dos últimos períodos dos cursos, estudantes que já tivessem participado de diretórios, cujas contas não fossem aprovadas pela reitoria, etc, etc, etc (Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 7).

Escrevendo sobre a gestão do reitor Oscar Alves, Joaquim Carvalho da Silva relata o ambiente conturbado que marcou sua administração por questões políticas partidárias

a política-partidária vai marcar indelevelmente a administração de Oscar Alves. É de se notar que ele tomou posse como Reitor no décimo primeiro ano da Revolução, quando ela já demonstrava sinais de cansaço e decadência [...]. Assumindo a gestão da Universidade sob o baldaquim político-partidário, o novo Reitor vai encontrar um ambiente hostil pela frente. Para administrar irá servir-se, com frequência, dos mesmos recursos

⁵² Oscar Alves foi reitor da FUEL de 1974 a 1978. Segundo relatos de Joaquim Carvalho da Silva “Oscar Alves, por suas ligações familiares com o então Ministro da Educação, Ney Aminthas de Barros Braga, com os homens que comandavam o governo do Estado e por sua intensa atividade no campo político-partidário desde o seu tempo de estudante na capital do Estado, foi apontado como o homem capaz de quebrar a arrogância da cidade rebelde [Londrina] e diminuir assim o arrojo oposicionista de seus habitantes. (...) Na campanha, feita somente junto aos conselheiros com desprezo da comunidade universitária, como era de praxe na época revolucionária, ele usou de todos os trunfos de que dispunha: pessoal, local, estadual e federal” (SILVA, 1996, p. 157-158).

usados pelo sistema dominante, acirrando, a cada medida tomada, os ânimos dos segmentos mais representativos da instituição e da sociedade. [...] Em sua administração terá início [...] o choque entre estudantes, variados segmentos do corpo docente, a sociedade e Reitoria. Com a revolução se exaurindo, os ânimos se acirravam mais e mais, o anseio de liberdade crescia. [...] foi criado um corpo de segurança paramilitar, apelidado pelos estudantes de SWAT, aparelhado para reprimir qualquer revolta no ambiente estudantil. Esta guarda universitária passava por uma precária preparação e era dirigida por um capitão da Polícia Militar (SILVA, 1996, p. 158-159).

Para o livro de Joaquim Carvalho da Silva, o agora ex-reitor da FUEL, Oscar Alves, concedeu uma entrevista em 09 de março de 1994, na qual detalha seus quatro anos no comando da instituição e, em determinado ponto, apresenta sua visão sobre os principais acontecimentos ocorridos durante sua gestão envolvendo movimento estudantil, polícia especial, perseguições e prisões. Segundo Oscar Alves

Como homem da ARENA⁵³ na época e como a cidade era do mando do MDB⁵⁴, passei a sofrer pressões do lado oposto. Qualquer medida tomada era vista sob o ângulo político-partidário. Você sabe, o Campus era muito deserto, sem iluminação. Havia estupros e assaltos, tivemos que tomar algumas medidas de segurança que foram vistas como autoritarismo da administração. Tais medidas foram tomadas sob a orientação da polícia militar a quem recorreremos para diminuir os crimes do Campus – roubos, assaltos, estupros. É o que aconteceu com a criação da guarda do Campus – apelidada de SWAT – e com a cerca de arame que fizemos levantar nos fundos do Campus, sua parte mais vulnerável. [...] Gostaria aqui de deixar claro que em momento algum de minha administração deixei a política-partidária interferir na Universidade [...] (SILVA, 1996, p. 332).

O Jornal Poeira também denunciou a construção desta cerca de arame farpado nos fundos do *campus*, gerando críticas por parte dos estudantes. Na matéria intitulada “Campus Universitário ou Campo de Concentração?”, pode-se perceber o descontentamento por parte dos estudantes contra essa medida

Por que a Prefeitura do Campus universitário está cercando o Campus com arame farpado com uma pequena distância entre cada fio? Estaria o prefeito Osmar Alves - irmão do reitor, que é genro do ministro Ney Braga, do Ministério de Educação e Cultura - aguardando uma nova investida dos bárbaros, chefiados pessoalmente por Átila? Ou seriam os índios apaches que investiriam contra a Reitoria? Ou seria uma manada de búfalos (o que justificaria todo o rigor na construção da cerca de arame farpado com piquetes de concreto)? (Jornal Poeira, Edição Especial, maio de 1977).

⁵³ Sigla de Aliança Renovadora Nacional: partido criado em 1965 com finalidade de dar sustentação política ao governo militar após o golpe de 1964. Era o partido do governo.

⁵⁴ Sigla de Movimento Democrático Brasileiro: partido que abrigou os opositores da ditadura civil-militar, fundado também em 1965.

Não eram somente os jornais estudantis da UEL ou até mesmo da cidade de Londrina que noticiavam os acontecimentos do *campus* universitário. Jornais de circulação nacional também informavam sobre a situação enfrentada pelos estudantes universitários, como é o caso do jornal O Estado de S. Paulo, em edição de 08 de junho de 1978, que traz a manchete “Em Londrina, ato público de protesto”, veiculando a seguinte reportagem

Com a participação de políticos, professores, pais de alunos e representantes de entidades, os estudantes da Universidade Estadual de Londrina realizaram ontem um ato público na praça 1º de Maio, “para que a população tome conhecimento das arbitrariedades que se pretende implantar na instituição por meio do novo regimento interno”. Sem repressão, apesar do grande número de soldados que os observavam nas imediações, mais de 2 mil universitários tomaram a praça com faixas e cartazes *surpreendendo a população pouco habituada a este tipo de manifestação*⁵⁵. Segundo os alunos, a greve iniciada em protesto contra o regimento atingiu todos os cursos da universidade, num total superior a 2500 estudantes. (O Estado de São Paulo, 08/06/1978 – Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 24, Série G)

O Código Disciplinar citado acima, segundo o jornal Diário da Manhã, edição também de 08 de junho de 1978, sob o título “Prossegue a greve dos estudantes”, tinha como principal função a “suspensão de eleições diretas para cargos ocupados por docente (Diretoria de Centros de Estudo, Chefia de Departamentos), que passariam a ser indicados pelo reitor Oscar Alves”. Ainda segundo a reportagem, “cerca de 2 mil e 600 dos 7 mil alunos da Universidade Estadual de Londrina estão em greve desde ante-ontem [06 de junho de 1978], em protesto à aprovação, pela Reitoria, do Regimento Geral da instituição”. A greve geral também contou com o apoio “de 130 dos 700 professores da Universidade, que inclusive dispensaram os alunos de provas marcadas para ante-ontem. Os grevistas, estão em assembleia permanente, fizeram várias passeatas de protesto pelo Campus Universitário”. Os professores e os estudantes grevistas consideraram o novo Regimento “até mais drástico que o [Decreto-Lei] 477” (Diário da Manhã, 08/06/1978 – Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 24, Série G).

A reportagem ainda descreve a organização e as atividades realizadas pelos alunos grevistas durante os protestos.

⁵⁵ Grifos nossos.

A movimentação estudantil em Londrina está evoluindo desde segunda-feira, quando foram realizadas as primeiras assembleias ao final da tarde, professores e alunos que participam da greve consideram que esta é a “mobilização estudantil mais significativa dos últimos dez anos no Paraná”. Pela manhã, cerca de 500 alunos, os primeiros a chegar a Universidade, fizeram uma passeata em frente ao prédio do Conselho Universitário, cantando o Hino da Independência. Depois, promoveram a queima de uma cópia do novo regimento, um volume de 500 páginas⁵⁶.

Além dos jornais O Estado de S. Paulo e Diário da Manhã, outros noticiários impressos como O Estado do Paraná e Folha de Londrina também noticiaram os atos públicos e manifestações que fizeram parte da greve de professores e alunos da FUEL. Esta paralisação só terminou no dia 10 de junho de 1978, quando o reitor Oscar Alves entregou seu cargo ao professor José Carlos Pinotti, escolhido pelo governador, para responder pela reitoria a partir daquela data.

As intenções de conter, silenciar e até mesmo desmantelar o movimento estudantil da FUEL não partiam apenas das organizações militares que constantemente vigiavam os universitários. Os jornais estudantis da FUEL frequentemente denunciavam as intenções do então reitor, Oscar Alves, em impedir ao máximo a participação das entidades estudantis na realização de seus trabalhos junto aos discentes. Entre tais tentativas estavam o corte de verbas, o fechamento arbitrário de centros acadêmicos e a centralização dos poderes nas mãos do reitor. Em um editorial intitulado “Por que o boicote?”, publicado pelo DCE, a entidade estudantil declara que

Desde janeiro deste ano [provavelmente de 1978] o DCE vem atendendo tudo quanto é exigência da reitoria para ter suas verbas (pagas pelos estudantes) liberadas. De setembro para cá, como as exigências não acabavam mais e as verbas não eram liberadas, o POEIRA passou a denunciar que a reitoria está boicotando as verbas do DCE, com o objetivo de acabar com o trabalho das nossas entidades e centralizar poderes absolutos nas mãos do reitor (para conseguir isso o reitor já liquidou boa parte das oposições na FUEL, demitindo professores sem justa causa, acabando com as eleições diretas para todos os órgãos, etc.). A reitoria sempre refutou essas denúncias, dizendo que não libera as verbas porque o DCE não cumpre as exigências legais. Essa é a versão oficial. Informalmente, a coisa já muda de figura. O coordenador de Administração Geral da FUEL, Antonio Bacarim, por exemplo, em conversa com dois moradores da Casa do Estudante, deu uma explicação bem diferente para a não liberação. Segundo ele “esse pessoal do DCE vive xingando, acabada irritando a reitoria e então a gente cumpre a lei”. [...] Os fatos demonstram que há um boicote contra o DCE e que este boicote, da mesma forma que as mudanças no Estatuto da FUEL e nos regimentos eleitoral e do DCE, objetiva eliminar ou acabar com a atuação do POEIRA e das entidades estudantis (Por que o boicote? Acervo do DCE – CDPH/UJEL, Pasta 48).

⁵⁶ Diário da Manhã, 08/06/1978 – Acervo do DCE – CDPH/UJEL, Pasta 24, Série G.

Além da perseguição a alunos, outro editorial do Jornal Poeira, intitulado “Pacote de Outubro”, denuncia a severa punição dada aos professores que também não concordavam com as atitudes e decisões políticas tomadas pelo reitor Oscar Alves. Segundo o jornal

Não são poucos os casos de demissão injusta de professores da FUEL. Em todos os casos um ponto em comum: nenhum dos demitidos concordavam com a política do Reitor. [...] Mais recentemente temos o caso do professor Dino Zambenedetti. Meses antes de sua demissão, Dino havia vencido o candidato do reitor nas eleições diretas para a presidência da APPROL (Associação dos Professores Profissionais de Londrina). Por isso, segundo denúncia publicada na imprensa, ele perdeu todas as suas aulas – embora fosse dos professores mais qualificados do Departamento de Matemática – e acabou demitido porque esteve ocioso (Pacote de outubro. Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 48).

Além do Decreto-Lei nº 477, que regulamentava o comportamento de alunos, professores e funcionários das instituições de ensino superior brasileiras, a reitoria da Fundação Universidade Estadual de Londrina ainda criou seu próprio amparo legal que impedia qualquer tipo de manifestação contrária à ordem estabelecida dentro do *campus* universitário: o Código Disciplinar nº. 169/74. Este Código foi criado pelo reitor Ascêncio Garcia Lopes e foi imediatamente reprovado pelas entidades estudantis, sendo alvo de denúncias e discussões por parte da comunidade universitária. Em seus artigos, estavam as seguintes regulamentações:

Art. 1º. É dever do aluno contribuir para a ordem disciplinar.

Art. 2º. Constitui infração disciplinar do corpo discente toda a ação ou omissão, no âmbito universitário, reprovável pelo senso comum, ou incompatível com a ordem da vida acadêmica, exemplificadamente: (a) desrespeitar [...] membro do corpo discente, estagiário ou funcionário da Universidade; (b) [...] infringir a ordem estabelecida; (d) ofender a honra de dirigente, membro do corpo docente ou funcionário, a própria Universidade ou qualquer dos seus órgãos; [...] (g) praticar atos contrários à lei, à moral, aos bons costumes, às normas legitimamente estabelecidas e à tranquilidade interna; [...] (i) promover ou participar de reunião não autorizada no recinto da Universidade, com finalidades contestatórias, ilegítimas ou estranhas à vida acadêmica (Código Disciplinar 169. Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 48).

A edição número 2 do Jornal Poeira, de 1974 assim descreve a verdadeira função da resolução nº. 169

A criação de "477 particular", o "FUELino" só vem demonstrar que a concepção de universidade e universitário dos dirigentes da FUEL difere da concepção de conhecidos educadores brasileiros, aproximando-se mais das formas medievais de universidade e até mesmo das legislações

obscurantistas, como o "código de Hamurábi" e a Inquisição. A aprovação do projeto de resolução nº. 169 entrará frontalmente em contradição com os objetivos enunciados no catálogo da Universidade (Jornal Poeira, 2. ed., abril de 1974).

Em outra edição, de setembro de 1975, o jornal Poeira faz um resgate histórico sobre a participação do movimento estudantil brasileiro para demonstrar que suas lutas contra o Código Disciplinar 169 refletem, naquela ocasião, as principais lutas já travadas pelos estudantes na história do Brasil

Hoje, quando os universitários londrinenses se rebelam contra o Projeto de Código Disciplinar - 169, quando exigem uma visão mais científica da realidade, quando tentam participar ativamente das soluções dos problemas desta realidade, podemos dizer que estamos fazendo a verdadeira história: aquela que é feita pela ação dos homens, impulsionados pela sua vontade, sendo esta a expressão de suas idéias. Hoje, quando o universitário londrinense reage contra os espíritos retrógrados, quando se preocupa com a elitização d'ó ensino, podemos dizer que continua presente nele, ao contrário do que muitos vêm afirmando, o mesmo espírito de indagação, de contestação, que levou os estudantes de todo o mundo a participarem de todos os movimentos de libertação de todas, as épocas da história da humanidade. Continua presente o mesmo espírito dos 400 estudantes que, em 1710, armados de pedaços de pau, encurralaram as tropas francesas que tentavam invadir o Rio; e dos estudantes que chegaram a fundar no exterior um clube secreto para lutar pela independência do Brasil contra Portugal e que depois se aliaram a Tiradentes na Inconfidência Mineira; e dos estudantes que em 1852 fundaram uma sociedade para alforriar os escravos, na Bahia; e dos estudantes que tiveram papel preponderante e decisivo na criação, da Petrobrás, com a campanha "O Petróleo é Nosso"; e dos estudantes que lutaram contra a implantação do fascismo do Brasil, na época em que o nazismo estendia suas garras por todo o mundo. Aliás, o contrário seria negar a própria natureza se o homem não fosse um constante insatisfeito com as respostas que obtêm, um constante indagador, viveríamos ainda hoje na Idade da Pedra. Já dizia o ditado popular: "Água corrente não apodrece" (Água Corrente. Jornal Poeira, 10. ed, setembro de 1975).

A tentativa da imposição de Código Disciplinar foi veemente atacado pelo então deputado federal pelo MDB, Alvaro Dias, que classificou esse documento como "ainda mais violento que o decreto-lei 477, constituindo-se num desrespeito àqueles que se preparam para, no futuro, conduzir os destinos da nação brasileira". Ele ainda afirmou que "o código disciplinar contém imposições descabidas que vão do cômico ao ridículo, estabelecendo normas desde como o estudante deve dirigir o veículo e vestir-se, até a proibição de participar de comício público sem autorização. Os dirigentes de uma universidade se transformam em agentes de trânsito e modistas, vigias do comportamento alheio. O código disciplinar é antidemocrático e

desrespeitoso como é o decreto-lei 477” (Alvaro Dias critica código da Universidade de Londrina. Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 48).

O atual senador Alvaro Dias (PV-PR) foi uma das principais lideranças no movimento estudantil da FUEL, durante a década de 1960. Foi no movimento estudantil que ele iniciou suas primeiras experiências políticas, assumindo, em 1964, a presidência do Diretório Acadêmico Rocha Pombo, da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina e ingressando na oposição ao regime militar. Em 1968 tornou-se vereador pela cidade de Londrina, pelo MDB. Em 1970 é eleito deputado estadual, em 1972 é candidato à prefeitura de Londrina e, em 1974, chega até a Câmara dos Deputados. Em 1982, é eleito para o Senado Federal. Já no ano de 1986 foi eleito governador pelo Paraná, substituindo João Elísio Ferraz de Campos. Em 1998, é eleito novamente senador pelo PSDB, cargo que ocupa até os dias atuais⁵⁷.

Além do deputado federal Alvaro Dias, os estudantes ainda buscaram apoio dos vereadores de Londrina, entregando a cada um deles um exemplar do Código e solicitando que intercedessem junto aos estudantes em mais essa batalha contra os desmandos da reitoria da FUEL.⁵⁸

Outra luta empenhada pelos estudantes de Londrina foi em relação ao repúdio da Resolução número 30, baixada pelo MEC no ano de 1974. Segundo documentação do DCE da UEL⁵⁹, esta Resolução tinha como objetivo a

implantação num prazo de três anos dos cursos de curta duração ou licenciatura curta nas escolas superior federais e estaduais. Ela determina a introdução de um currículo mínimo e misto, que aboliria os currículos específicos, despersonalizando os cursos e criando em seu lugar o que se intitula CURSO DE FORMAÇÃO BÁSICA EM ESTUDOS SOCIAIS, CURSO DE FORMAÇÃO BÁSICA EM CIÊNCIAS, etc. (Acervo do DCE/UEL – Pasta 8)

No documento produzido pelo DCE da UEL, intitulado “*Você sabe o que vem a ser a Resolução 30? Não!*”, de apenas duas páginas, os estudantes debatem o prejuízo que tal resolução, caso seja implantada a partir do ano letivo de 1974, trará para a formação universitária dos acadêmicos, principalmente no seu “definitivo

⁵⁷ Alvaro Dias. Depoimento para a História - A resistência à ditadura militar no Paraná Disponível em: <<http://www.dhpaz.org/dhpaz/depoimentos/detalhe/133/depoimento-para-a-historia-a-resistencia-a-ditadura-militar-no-parana>>. Acesso em 1 jul 2016.

⁵⁸ Alvaro Dias critica código da Universidade de Londrina. Acervo do DCE – CDPH/UEL, Pasta 48.

⁵⁹ Acervo do DCE, Pasta nº 9.

afastamento da Pesquisa, da instituição Universidade, transformando-as em grandes fábricas donde sairiam de suas linhas de produção enorme quantidade de professores deficientes”.⁶⁰

Ao fim do documento, pode-se ler a palavra “Convocação”, em que os alunos da FUEL, incentivados pela resistência dos estudantes do estado de São Paulo à implantação da Resolução, conclamam universitários e professores para lutar contra mais esse golpe do governo militar à autonomia universitária. A convocação termina com os seguintes dizeres

Em Londrina, na nossa Universidade, professores e alunos igualmente em torno dessa convicção [a não implantação da Resolução nº. 30], precisamos, com todas as nossas forças, seguir o exemplo de São Paulo: lutar para que a Resolução 30, a ser implantada já no próximo ano, não o seja em Londrina. Essa responsabilidade é de todos nós (ACERVO DO DCE/UUEL - Acervo do DCE, Pasta nº 9).

Em outro documento encontrado nos arquivos do DCE, vemos a articulação do movimento estudantil no sentido de denunciar os desmandos e abusos de poder cometidos também contra os professores da universidade. Na edição nº. 11 do *Jornal Poeira*, de novembro de 1975, página 8, um artigo intitulado *A Prisão do Professor*, além de analisar o aumento da vigilância policial e a diminuição das liberdades individuais, também faz uma denúncia da prisão repentina de um docente da universidade. O artigo diz o seguinte

Poderíamos repetir mais uma vez que os estudantes necessitam de liberdade de expressão tanto ou mais que da carteira que utilizamos para sentar nas salas de aula. [...]
Foi preso no último dia 11 [de outubro], o professor e diretor do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Londrina, Nelson Rodrigues dos Santos. Esta prisão acontece em meio a um clima de pânico na comunidade, criado por diversas prisões ocorridas também em Londrina e região nos últimos dias.
Estas prisões, sem exceção, são feitas em sigilo, sem que os prisioneiros e sua família saibam para onde é levado, de que é acusado e por quanto tempo permanecerá preso.
[...] Ao tempo em que se manifesta, o Conselho Deliberativo [do DCE] propõe aos seis mil colegas estudantes universitários a discussão e ampla divulgação do fato, participando do esforço pela preservação dos direitos inalienáveis do ser humano (Jornal Poeira, Edição nº. 11, p. 8. CDPH/UUEL. Série F, subsérie F1).

⁶⁰ Acervo do DCE, Pasta nº 9.

As prisões “relâmpagos”, sem investigações ou mandados de prisão eram comuns durante o período militar. As pessoas que eram levadas pela “polícia política” nem sequer sabiam do que estavam sendo acusados e muito menos o porquê estavam sendo detidas. Esse trecho da reportagem do *Jornal Poeira* vem ao encontro com as palavras expressas no livro *Brasil: nunca mais* organizado pela Arquidiocese de São Paulo, sob a supervisão do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Com relação às prisões arbitrárias o livro aponta que

O labirinto do sistema repressivo montado pelo Regime Militar brasileiro tinha como ponta-do-novelo-de-lã o modo pelo qual eram presos os suspeitos de atividades políticas contrárias ao governo. Num completo desrespeito a todas as garantias individuais do cidadão, previstas na Constituição que os generais alegavam respeitar, ocorreu uma prática sistemática de detenções, na forma de sequestro, sem qualquer mandado judicial nem observância de qualquer Lei. [...] As capturas eram cercadas de um clima de terror, do qual não se poupavam pessoas isentas de qualquer suspeita [...] (BRASIL: NUNCA MAIS, Parte II, 2009, p. 75).

Frente a todas essas informações que nos remetem a forma de contestação e da tentativa, por parte dos estudantes, de reconstruir a universidade golpeada por leis, decretos e reformas, bem como lutando por uma reabertura democrática no país, o leitor deve se perguntar: em pleno período militar, os editores desses jornais estudantis e membros dos seus respectivos diretórios acadêmicos não sofriam perseguição ou censura dos agentes da polícia? A resposta é óbvia: Sim, eles sofriam.

Durante as pesquisas nos deparamos com reportagens que denunciavam a ação violenta da polícia durante a distribuição dos exemplares dos jornais, alunos que eram punidos com suspensão ou então, dependendo da gravidade do ato, até mesmo expulsos. E não eram somente os estudantes que recebiam ameaças dos agentes da ditadura: os anunciantes do *Jornal Poeira*, por exemplo, deixavam de anunciar no periódico caso os artigos nele contidos fossem de cunho político e que, de alguma forma, atacassem o governo dos generais. Isso pode claramente ser interpretado como sendo um receio dos empresários de receber, a qualquer momento uma “visita” inesperada de agentes do DEOPS, que poderiam interrogar-lhes sobre quais suas pretensões políticas ao anunciar em um jornal que criticava as medidas do governo. Em uma seção do *Jornal Poeira*, nº. 12, de abril de 1976, intitulado *Liral: Palavras de um ex-anunciante*, um anunciante encerra seus anúncios

no jornal devido ao cunho político de esquerda expresso por eles. A nota diz o seguinte:

[...] Em sua última edição, pudemos observar que artigos neles gravados, vem em desencontro com os princípios que regem a nossa empresa, considerando que há 24 anos, estamos desenvolvendo um trabalho comercial junto a escolas e estudantes, com o espírito voltado para a formação de um ideal eminentemente brasileiro respeitando os princípios ditados pela nossa constituição.

Vimos pela presente, encerrar qualquer vinculação promocional com esse órgão, uma vez que, somos partidários da revolução de 64, com seus atos e artigos. Certos da compreensão dos Srs., despedimo-nos cordialmente.

LIRAL – JOPER MARGRAF LOPES (Jornal Poeira, Edição nº. 12, p. 2. CDPH/UEL. Série F, subsérie F1).

Além disso, a reitoria também fazia pressão sobre os anunciantes do Jornal Poeira e às gráficas que realizavam o serviço de impressão do periódico, informativo oficial do DCE da UEL, justamente para que não tivessem meios para divulgar o que realmente acontecia no interior da Universidade.

Ao encerrarmos esta análise do processo de transformação e adequação do ensino superior brasileiro aos moldes do governo militar, apresentando as formas encontradas pelo movimento estudantil de Londrina para evitar que a qualidade e o acesso do ensino superior fossem cada vez mais diminuídos e os mecanismos de lutas encontrados por eles, percebemos que foram utilizados vários aparatos legais, e também repressivos, para que se evitasse, ao máximo, a realização de protestos, ou até mesmo, críticas ao governo. Isso pode ser notado por todo esse cerceamento levado a cabo pelo governo na vigilância constante dos membros da comunidade universitária e na aplicação de penas severas para quem fosse considerado suspeito. Percebemos, ainda, que a liberdade de expressão havia sido suprimida há muito tempo. Não havia espaço para críticas: era necessário aceitar o inaceitável.

A criação de leis como a 4.464/64 e a 5.540/68, que regulamentavam, oficialmente, o sistema de ensino e de representação estudantil nas universidades brasileiras, a gestação do Ato Institucional nº. 5, extinguindo os direitos essenciais dos cidadãos brasileiros e, particularmente, o Decreto-Lei nº. 477/69, que contribuiu para a aposentadoria de muitos professores, a prisão, e até mesmo o sumiço de muitos alunos. Certamente existiram muitos outros Códigos Disciplinares e Regimentos criados pelas universidades, que tentaram impedir a participação estudantil na resistência ao regime militar imposto em 1964.

No próximo capítulo vamos estudar mais detalhadamente a participação dos estudantes de Londrina durante esse período tão conturbado de nossa história. Nas próximas páginas vamos analisar o que a documentação encontrada no DOPS/PR tem a dizer sobre os estudantes londrinenses.

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE LONDRINA E A DOPS/PR

“Há homens que lutam um dia, e são bons; há homens que lutam por um ano, e são melhores; há homens que lutam por vários anos, e são muito bons; há outros que lutam durante toda a vida, esses são imprescindíveis”.
(Bertold Brecht)

3.1 VIGIAR E PUNIR

Uma das principais ramificações do sistema nervoso do regime militar brasileira era a DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), criada justamente para vigiar os atos considerados, pelo governo, “comunistas” ou que “feriam a democracia e a união nacional”.

O DOPS foi criado em 1927, com o objetivo de ser um aparato policial político e de controle social. Não possuía a mesma função que o DIP⁶¹, entretanto, suas ações eram pautadas na “vigilância e controle de informações”, cumprindo o papel de censurar atividades que contestassem o Estado autoritário (MOREIRA, 2010, p. 111).

A função da DOPS era variada: a ela cabia “fiscalizar a entrada e permanência de estrangeiros; proceder ao registro de jornais [...]; proceder investigações sobre pessoas suspeitas, lugares onde se presume qualquer alteração ou atentado contra a ordem política e social; organizar, diariamente, boletins de informações dos serviços executados nas últimas 24 horas”. Além disso, a principal ação da DOPS consistia na identificação e fichamento de *“indivíduos suspeitos por crimes e contravenções atentatórias à ordem política e social [...]”* [grifos do autor] (CORRÊA, 2008, s.p.).

As Delegacias de Ordem Política e Social intensificaram suas atividades ligadas à repressão no período pós-1964. Aqueles que fossem considerados perigosos para a ordem política e social, principalmente grupos e organizações com participações em agitações políticas antes do golpe – como o movimento estudantil

⁶¹ Sigla de Departamento de Imprensa e Propaganda. Foi criado pelo Decreto-lei, de 27/12/1939 e estava diretamente subordinado ao Presidente da República. O artigo 2, “letra a”, determina suas finalidades principais: centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional.

– passaram a ser fortemente combatidos e vigiados. Estes grupos passaram a ser considerados “inimigos políticos do Estado (BAGGIO & FIUZA, 2012, p. 82)

Já no estado do Paraná, a ação da DOPS teve considerável importância para a vigilância constante e o desmantelamento de protestos e críticas realizados contra o governo e o regime imposto, tudo isso por meio de panfletos, jornais e outras manifestações públicas.

Com relação à atuação da DOPS no estado do Paraná na repressão ao movimento estudantil daquele estado, Alexandre Fiuza e Silvana Schmitt esclarecem que

A exemplo da UNE, a UPE (União Paranaense dos Estudantes) também ia além de defender os interesses dos estudantes, estendendo sua ação em defesa dos trabalhadores. Seus membros também sofreram com a repressão [...] (FIUZA & SCHMITT, 2008, s.p.).

Os autores ainda destacam que a relação entre os estudantes paranaenses e a polícia não eram tão amigáveis, da mesma forma como ocorria em outras partes do Brasil

Dessa forma, enfatizamos que as relações entre os estudantes universitários paranaenses e a polícia política não foram tão amistosas, tendo em vista que a sede da UPE foi invadida, ou seja, ela foi extinta como entidade de representação dos estudantes e seus bens foram confiscados (FIUZA & SCHMITT, 2008, s.p.).

A violência sempre foi um artifício para evitar tumultos, protestos e dispersar manifestantes. E não foi diferente com os manifestantes membros dos movimentos estudantis brasileiros. Com relação ao Paraná, a violência, mesmo que às vezes muito escondida, esteve presente na tentativa de evitar as manifestações estudantis. Alexandre Fiuza e Silvana Schmitt, citando um texto de Rafael Rosa Hagemayer, descreve como era o clima entre policiais e manifestantes nesse período

O uso da violência era a orientação oficial que o governo “sugeriu” aos órgãos de segurança de todo o país, uma vez que os comunistas não hesitariam em lançar mão da agitação para intentos de guerra revolucionária. Apesar desta orientação alertar para o perigo da tolerância em relação às manifestações estudantis, a estratégia do DOPS-PR estava concentrada em evitar a repressão violenta aos estudantes, ao menos publicamente. Não criar “fatos políticos” significava não dar subsídios para a retórica da denúncia da ditadura, utilizada pela esquerda estudantil para tentar conquistar o poder da UPE (HAGEMAYER, 1997, p. 101 *apud* FIUZA & SCHMITT, 2008, s.p)

Como havíamos descrito no início desse capítulo, nosso objetivo nesta parte do trabalho é realizar uma reflexão da documentação acerca do movimento estudantil de Londrina a partir do acervo disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná, local onde estão arquivados os documentos que estavam disponíveis na antiga DOPS-PR.

Estas reflexões nos possibilitarão uma compreensão mais apurada sobre o papel das organizações representativas dos estudantes no passado e no presente, além de nos mostrar quais os caminhos trilhados por esses órgãos até a atualidade. É necessário que busquemos várias formas de compreender esse nosso passado que tanto necessita de esclarecimentos.

3.2 O ACERVO DOCUMENTAL DA DOPS/PR

Os arquivos produzidos pela DOPS/PR durante o período da ditadura militar brasileira, atualmente podem ser encontrados para pesquisa pública e aberta, à disposição de pesquisadores e população em geral, no Arquivo Público do estado do Paraná. Segundo informações do próprio site do Arquivo Público,

O acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS, foi recolhido ao Arquivo Público do Paraná em 1991 (Decreto Estadual 577⁶²). Em sua totalidade, é composto por pastas organizadas tematicamente e por fichas de cidadãos investigados. Compreende o período de 1937 à 1989⁶³.

A análise da documentação disponível no Arquivo Público se deu de forma digital. Pela página da instituição na internet, foi possível pesquisar toda a documentação que se referia à cidade de Londrina e ao movimento estudantil

⁶² O Decreto Estadual nº. 577/91, de 11 de julho de 1991, assinado pelo então governador Roberto Requião, considera “livre a manifestação do pensamento a criação, a expressão, a informação e vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística” e “a cessação das atividades de investigações políticos ideológicos”, determinava a transferência “para o Departamento de Arquivo Público da Secretária do Estado da Administração o acervo arquivístico da Subdivisão de Informações da Polícia Civil, unidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública, contendo informações político- ideológicas”, além de extinguir “a referida Subdivisão de Informações, sendo vedado o exercício das funções de coleta, registro de informações político – ideológicas, bem como a criação e funcionamento de quaisquer bancos de dados desta natureza”.
Decreto 577/91. Disponível

em:<http://200.189.113.39/sesp/legsesp.nsf/abdc1a1c48eed83a83256d7c0064aac9/245bc7fd3219bed0032569890074236b?OpenDocument>. Acesso em 01/05/2015.

⁶³ **DOPS - Série Pastas Temáticas 1937 – 1989.** Disponível em:
<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79>. Acesso em 01/05/2015.

durante as décadas de 1960 e 1970. A partir dos dados encontrados no mecanismo de pesquisa, entramos em contato, por e-mail, com o órgão e, a partir disso, tivemos o acesso a todo o acervo documental digitalizado, em formato PDF, que pudesse nos elucidar as questões pertinentes ao papel de vigilância da DOPS nas atividades estudantis de Londrina.

Ao todo, o Arquivo Público disponibilizou 9 Pastas Temáticas que haviam sido digitalizadas a partir de toda documentação recebida da DOPS/PR. Porém, entre essas 9 pastas encontradas, nem todas estavam relacionadas ao movimento estudantil de Londrina, nem com o recorte temporal escolhido para este trabalho, as décadas de 1960 e 1970. Os documentos versavam sobre a mobilização estudantil em outras cidades do norte do estado, ou sobre reuniões de professores, recortes de jornais, muitos deles estudantis, congressos realizados na FUEL, entre outros eventos. Essa documentação era produzida pelo Departamento de Polícia Civil e pela Divisão de Segurança e Informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná.

Durante as pesquisas nessas pastas, pudemos encontrar documentos com variadas temáticas, entre eles um relatório intitulado “Relatórios Especiais de Informações 003/78”, produzido pela FUEL, datado de 18 de junho de 1978, de caráter sigiloso, em que é descrito o protesto dos estudantes contra o Regimento da UEL. Neste documento, o autor detalha, dia a dia, toda a programação de atividades desenvolvidas pelo DCE. Ao final, o autor conclui que “pela observação dos fatos ocorridos e análise de panfletos, cartazes, manifestos, palavras de ordem e faixas confeccionadas pelo DCE e que foram utilizadas no movimento estudantil local, durante o período de 05 a 10 de junho de 1978, podemos admitir que o Movimento foi inspirado, liderado e controlado pela liderança do Movimento Estudantil Nacional [UNE], principalmente partindo de São Paulo (DCE/LIVRE, USP e Universidade Católica).

A fiscalização das atividades estudantis era constante, através de relatórios produzidos pela AESI (Assessoria Especial de Segurança de Informação), que reportava as ações dos estudantes da FUEL às autoridades militares. Todo e qualquer ato desenvolvido pelos estudantes (congressos, mobilizações, protestos, greves, panfletagem) era registrado em relatórios oficiais, sempre de caráter sigiloso e secreto. Nesses relatórios havia um cabeçalho oficial, contendo o número do informe, data, assunto (geralmente com o nome do indivíduo ou grupo envolvido nas

investigações), origem do documento, avaliação da notícia, difusão atual e outras informações pertinentes. Havia ainda um Informe Especial sobre a II Semana de Agronomia da FUEL em 1978, bem como recortes de jornal informando sobre o evento, além de documentos produzidos durante o encontro em que se criticam a política da FUEL e os desmandos do governo.

Há, ainda, outras documentações relacionadas ao ensino superior de Londrina, como relatórios e recortes de jornais sobre a intenção da Associação Profissional dos Professores de Londrina de tornar-se sindicato; recortes de jornais estudantis e outros jornais de circulação regional em Londrina, destacando as principais atividades do movimento estudantil londrinense⁶⁴; documentos produzidos pela FUEL, boletins informativos, informes da AESI acerca das atividades estudantis como eleições, panfletagem e protestos durante as décadas de 1960 e 1970; documento policial demonstrando a organização do esquema de segurança para a visita do Presidente da República, Ernesto Geisel, em 01 de março de 1975; informes especiais sobre a atuação do movimento estudantil de Londrina, além de anexos de jornais produzidos pelo movimento ano de 1979.

Em uma das pastas, originária da 10ª subdivisão policial de Londrina, encontramos relatórios policiais, ofícios de informação e requerimentos de investigação, ofícios entre órgãos de segurança (SSP/Delegacias de Polícia), requerimentos de informações de variados cidadãos, entre eles professores da FUEL, CESULON e membros do movimento estudantil de Londrina, recorte de jornais referente a crimes ocorridos em Londrina, prisões de pessoas consideradas comunistas. Há ainda a presença de relatórios de atividades inerentes ao extremismo (comunismo) de cidades como Londrina, Ibiporã, na década de 1960, relação de radioamadores de Londrina, com seus respectivos proprietários e frequência operada, relatórios sobre casos em investigação e espionagens realizadas pela polícia, notícias veiculadas em jornais locais e pedidos de busca de suspeitos.

No acervo estavam presentes documentos produzidos pelo movimento estudantil de Londrina (FUEL, juntamente com seus diretórios acadêmicos setoriais e pela CESULON) reivindicando o desconto de 50% no passe universitário, documento este sob tutela da polícia militar, a vigilância do dia a dia das atividades

⁶⁴ Os jornais estudantis disponíveis nessa Pasta Temática são os mesmo que já analisamos ou citamos nesse trabalho, como o Jornal Poeira, Corrente Democrática, Liberdade, Liberdade etc.

do movimento estudantil, bem como de seus representantes, cópias de jornais estudantis, como o POEIRA, pedidos de busca de suspeitos de subversão, ofícios solicitando investigação aos atos dos estudantes da FUEL. As manifestações realizadas pelos estudantes, bem como as publicações dos diretórios acadêmicos, eram vigiados pelos militares e, em forma de relatório, eram reproduzidas e enviadas para a DOPS em Curitiba. Além desse material, podemos encontrar cópias de jornais estudantis que criticavam a situação da Universidade, a falta de vagas e a cobrança de anuidades, como, por exemplo, o jornal EXPRESSÃO, edição de março/abril de 1977, publicado pelo Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências Agrárias (DASCCA), juntamente com cópias de cartas entre entidades estudantis consideradas subversivas e Cartas Abertas à população produzidas pelo DCE da FUEL.

Em outros arquivos havia documentos como: ofício solicitando cópias de correspondências do DCE da FUEL à AESI, cópias de jornais considerados comunistas (Tribuna Operária), no qual é realizado uma crítica ao arrocho salarial e a repressão, relatórios de encontros realizados na FUEL pelos diversos centros de estudos, discussões sobre a anistia, programação de encontros estudantis, atividades de membros de partidos de oposição, como o PCB, envolvidos em protestos pela cidade e no campus da FUEL, relatórios de reuniões estudantis, jornais estudantis de outras universidades, como a UEM, congressos estaduais de estudantes, ficha do ex-presidente Lula, quando de sua participação em um evento da Concentração Operária em Maringá em 22 de setembro de 1979, produções cinematográficas, relação de deputados estaduais com ligação com o DCE da FUEL, estatuto da UPES e seus respectivos membros, panfletos e cartazes de manifestações públicas pela Anistia, registros de eleições realizadas pelos Centros Acadêmicos da FUEL, líderes religiosos ligados aos estudantes do DCE da FUEL.

Ademais a essas Pastas Temáticas, também tivemos acessos a outros documentos digitalizados. Entre esses documentos, estão os “Autos de Qualificação de Interrogatórios” do ano de 1971, com sessões de interrogatório de diversos indivíduos considerados suspeitos pelos agentes da ditadura. Nesses interrogatórios eram realizadas várias perguntas, desde a profissão exercida pelo indivíduo, até a sua participação na política, sua visão sobre a “revolução” de 1964. A maioria desses interrogados eram filiados a algum partido antes do golpe, ou então possuíam algum cargo político em suas cidades de origem.

Agora que já conhecemos o teor de cada uma dessas pastas temáticas disponíveis no arquivo público do Paraná, cabe, nesse momento, realizar uma análise de alguns documentos que demonstram de que forma o movimento estudantil de Londrina era visto pelos agentes da DOPS e também pela AESI, braço direito da estrutura repressiva nas cidades do interior.

A AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação), órgão ligado ao governo militar, pertencia ao Sistema Nacional de Informação e foi criada para vigiar, espionar e capturar aqueles considerados comunistas. Com relação ao aparato de espionagem criado pela ditadura, Pedro Ernesto Fagundes, define que

Uma das primeiras medidas dos militares, depois que tomaram o Poder, foi estruturar a criação de um órgão voltado à vigilância, ao monitoramento e controle político e social. Assim, três meses depois do Golpe, surgiu o Serviço Nacional de Informação⁶⁵ (SNI) (FAGUNDES, 2013, p. 298).

O Serviço Nacional de Informação era o órgão central do SISNI⁶⁶, com status de ministério. O ministro do SNI repassava informações diretamente ao presidente da República e a ele estava relegada a função de coordenar o esquema de atividades ligadas à produção de informações em todo o território nacional (FICO, 2001, p. 81).

Além do SNI, que era o órgão central do sistema de informações nacional, foram criados outros órgãos para melhor gerir a cadeia de coleta de dados, principalmente relacionada àqueles considerados perigosos para a Segurança Nacional. Ao SNI estavam ligadas a Divisões de Segurança e Informação (DSI), que atuavam em vários órgãos da estrutura estatal: ministérios civis, ministérios militares, autarquias, fundações e outros órgãos públicos (FAGUNDES, 2013, p. 299).

A principal matéria que interessava aos órgãos ligados ao Sistema Nacional de Informações eram notícias, dados, esclarecimentos ou qualquer questão que fosse considerada de importância para a lógica do sistema. As informações que chegavam ao SNI ou suas divisões recebiam uma classificação diferenciada, conforme sua confiabilidade, variando de “A” a “F”. Já a veracidade dos conteúdos

⁶⁵ Segundo Maria Helena Moreira Alves (1985, p. 172), “o SNI foi criado pelo general Golbery do Couto e Silva e regulamentado pelo decreto-lei a 13 de junho de 1964; já estava sendo planejado durante a conspiração para derrubar o governo Goulart”.

⁶⁶ Sigla de Sistema Nacional de Informações. Atuava como complemento do Serviço Nacional de Informações e estava diretamente ligado aos ministérios civis e militares, com o objetivo de colher informações sobre atividades subversivas relacionadas aos diversos assuntos tratados pelos ministérios da República. (Cf. FICO, 2001, p. 79-80).

presentes nessas informações era classificada com nota de 1 a 6. Dessa forma, informações classificadas como “A1” eram altamente confiáveis e passíveis de serem averiguadas pelos mais de 2.000 funcionários ligados ao SNI. (FICO, 2001, p. 95).

Para assessorar as DSI's, existiam as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI). Essas assessorias, presentes nos órgãos civis, militares e estatais, possuíam a função de monitorar a atuação de comunistas em nas instituições ligadas aos governos municipal, estadual e, principalmente, federal. (FAGUNDES (2013) *apud* MOTTA, 2008a, p.44).

Sobre a Assessoria Especial de Segurança e Informações, Carlos Fico descreve que

Em cada órgão importante da administração pública existia uma “Assessoria de Segurança e Informações” (ASI), por vezes chamada de “Assessoria Especial de Segurança e Informações” (AESI) [...]. Algumas eram mais atuantes e importantes, como a do Ministério da Justiça, pasta que, muitas vezes, teve a função de coordenação política do governo durante o período. Outras eram decisivas, por sua inserção em *ministérios problemáticos*⁶⁷, como o da Educação, em função do movimento estudantil (FICO, 2001, p. 84-85).

Após esta reflexão relacionada à criação e a função da AESI, é interessante deixar claro aqui que, entre toda essa vasta documentação, que ultrapassa 1.000 páginas digitalizadas, após análise individual, poucas retratam exclusivamente a resistência ou a atuação do movimento estudantil em Londrina. A documentação sobre Londrina é farta, porém é muito abrangente no que se refere aos assuntos tratados em cada uma delas, restando ao tema estudantil um número bem menor.

Partindo dessa premissa, a partir do próximo subtítulo, passaremos a refletir de que forma os estudantes londrinenses foram descritos politicamente pelos órgãos de segurança da ditadura em sua ação no estado do Paraná.

3.3 UM PASSADO SEMPRE PRESENTE: DOPS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE LONDRINA

Analisando a documentação produzida pela DOPS/PR, que retrata o dia a dia da atuação do movimento estudantil de Londrina, percebemos que muitos dos

⁶⁷ Grifos nossos.

relatórios de atividades estudantis, protestos, manifestações, cartas à população, menções de repúdios, jornais estudantis e outras formas de resistência encontradas pelo DCE para enfrentar a repressão por parte dos reitores e também da ação policial, são similares àqueles já analisados neste.

A partir de agora, realizaremos uma reflexão de alguns documentos selecionados que nos ajudam a entender de que forma os estudantes, e o movimento estudantil de Londrina como um todo, eram vistos pelos órgãos de repressão da ditadura, pois se analisássemos toda a documentação obtida, acabaríamos extrapolando os limites deste trabalho. Ademais, concordamos com a posição de Julio Aróstegui, quando afirma que existe um “caráter extremamente amplo e heterogêneo de uma entidade como a que chamamos ‘fonte’” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491).

O Informe Policial, de número 635, de 1975, produzido pela 2ª seção da Polícia Militar, de caráter reservado, datado de 24 de novembro de 1975, intitulado de *Subversão/Movimento Estudantil de Londrina*, traz a seguinte análise de conduta de membros do DCE da FUEL

NILSON MONTEIRO MENEZES, atual presidente do DCE de Londrina, é considerado nocivo à ordem e segurança da Universidade dado à facilidade que tem em convencer as pessoas; é o redator do Jornal Panorama e, lidera as publicações do Jornal Universitário POEIRA. Suas atividades no DCE/FUEL ganham fácil repercussão junto à opinião pública por estar assessorado pelo repórter EDILSON LEAL DE OLIVEIRA (Pasta Temática nº. 1028.123)

Na sequência, o Informe Policial também traz a qualificação do repórter mencionado no parágrafo acima

O referido repórter é Vice-Presidente do Diretório Municipal do MDB/LONDRINA, e, prega livremente nos bastidores do Jornal Folha de Londrina, a filosofia comunista, manifestando-se agressivamente contra as medidas do Governo Revolucionário, dizendo-se favorável à oficialização do Partido Comunista Brasileiro; divulga as doutrinas de Marx e, se diz possuidor de uma biblioteca marxista de onde retira subsídios para algumas de suas reportagens [...] (Pasta Temática nº. 1028.123).

Em outro Informe Policial, de número 676 de 1975, de caráter Confidencial, de 9 de dezembro de 1975, o objeto de investigação foi o Jornal Poeira do Diretório Central dos Estudantes da FUEL. Nesse documento, os agentes realizam uma

descrição do jornal universitário, apontando sua perspectiva política, dados sobre sua circulação e seus mentores intelectuais

Sob a responsabilidade do DCE – da Fundação Universidade Estadual de Londrina, surge a Ilma. edição do Jornal estudantil “Levanta Sacode a Poeira e da a Volta por Cima”. De conteúdo eminentemente político, procura destacar seus comentários sobre greves, protestos, tumultos e críticas [...]. Tem-se como mentores intelectuais da edição os acadêmicos NILSON MONTEIRO MENEZES, MERCELO EIGI OIKAWA, ROLDÃO OLIVEIRA ARRUDA e CELIA REGINA DE SOUZA [...]. Jornal sem censura prévia, dada a característica estudantil e de difusão interna na Universidade, mas que extrapola estes limites, estendendo-se por vários estados brasileiros através do intercâmbio entre os diretórios e outros interessados. Sua tiragem é de seis mil exemplares. O Deputado Federal ALVARO DIAS, estaria colaborando na divulgação do mesmo (Pasta Temática nº. 1028.123).

Já em outro Informe Policial, também de caráter Confidencial, de número 614 de 1976, de 27 de setembro de 1976, há a descrição do processo de eleição para a diretoria do DCE da FUEL ocorrida no dia 15 do mesmo mês. Segundo o relatório

No dia 15 de setembro, do corrente ano, teria havido eleições para renovação da Diretoria do DCE/FUEL/76, bem como para os diretórios setoriais. Na propaganda eleitoral promovida pela atual gestão do DCE, teria sido observada uma intensa penetração de “políticos profissionais”, ligados ao MDB, e, principalmente, a figura do Deputado Federal ALVARO DIAS, o qual teria auxiliado, financeiramente, o DCE, quer na compra de uma impressora OFF-SET, quer na propaganda eleitoral. A propaganda teria demonstrado um custo elevado, não condizente com a situação financeira daquele Diretório [...]. O candidato à Presidência do DCE, teria sido o estudante JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO, o qual concorreria pela chapa “POEIRA”, tal elemento teria ideologia esquerdista e posição radical contra o Governo. A chapa “POEIRA”, teria sido fundamentada, em sua campanha, nos mesmos “chavões” e “pregações” de eleições anteriores, tais como: “LUTA CONTRA O ENSINO PAGO”, “REVOGAÇÃO DOS DECRETOS 477 E 169/FUEL”, “LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS”, “LIBERDADES DEMOCRÁTICAS” e “LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E EXPRESSÃO” (Pasta Temática nº. 1028.123).

No Informe Policial nº. 517, de 17 de outubro de 1977, novamente com caráter Confidencial, há o relato da tentativa de infiltração, por parte do DCE da FUEL em outros órgãos estudantis do estado do Paraná. Segundo aponta o documento

O Movimento Estudantil, dirigido no norte do Paraná pelo DCE/FUEL, está procurando infiltrar-se junto a órgãos de representação estudantil de nível secundário. Foi constatado a interferência do DCE/UUEL junto à União Londrinense dos Estudantes Secundários (ULES), União dos Estudantes de Apucarana (UEA), União dos Estudantes Secundários de Maringá e Diretório Estudantil Recreativo Rui Barbosa (DERRUBA) do Colégio Estadual de Pato Branco [...]. Em Londrina, o DCE/FUEL tem procurado infiltrar-se junto aos Grêmios Estudantis dos Colégios Vicente Rijo e Marcelino Champagnat; no Colégio Vicente Rijo sua ação é facilitada pelo apoio recebido de alguns professores, que ali ministram aulas [...]. (Pasta Temática nº. 2223.244).

Nas pastas temáticas, além de informes policiais e documentos oficiais produzidos pela DOPS e pela Polícia Militar, há também panfletos distribuídos pelo movimento estudantil da FUEL que auxiliavam nas denúncias das medidas autoritárias tomadas pelo reitor da universidade no sentido de dismantelar ou silenciar os estudantes. Em um desses panfletos, intitulado *Assessoria de Segurança Apreende o POEIRA*, é realizada a seguinte denúncia

No último dia 27 de janeiro, o jornal "Poeira", edição especial, para os calouros de 1977, foi apreendido por agentes da Assessoria Especial de Segurança da Reitoria da FUEL. Os estudantes tentaram dialogar, demonstrando claramente que não havia nenhum argumento que justificasse a apreensão. [...] O fato teve repercussão nacional: foi noticiado pela revista "Veja", de São Paulo, jornais "Folha de Londrina", "Jornal do Brasil", "O Estado de São Paulo" e "O Estado do Paraná". Além disso, o DCE de Londrina recebeu manifestações de solidariedade de diversas entidades estudantis do país. Mais uma vez, foi espezinhado – dentro de uma universidade – o direito de expressar-se livremente. Mais uma vez foi espezinhada a Declaração Universal dos Direitos Humanos da qual o Brasil é signatário (Pasta Temática nº. 1028.123).

No mesmo panfleto, na segunda coluna, é realizada a seguinte questão: Por que perseguem o POEIRA? A resposta, em forma de desabafo, foi a seguinte

O "Poeira", em 1975, foi apontado como o melhor Jornal estudantil do país: classificou-se em 1º lugar no Concurso Nacional "Parker Pen" de Jornalismo, categoria universitário. [...] Em outubro [de 1975], as escolas paulistas de medicina promoveram um amplo debate sobre "imprensa independente". O único jornal do interior do país convidado para participar da mesa foi o "Poeira". O "Poeira" é um jornal feito por estudantes de todos os centros da Universidade. Sua função é unir os estudantes e lutar pelos seus interesses. Ele faz isto como? Esclarecendo os estudantes sobre as coisas que acontecem na Universidade, denunciando as arbitrariedades cometidas, informando, aglutinando em torno de lutas comuns, debatendo a realidade brasileira, procurando uma universidade livre e voltada para o nosso povo. Por tudo isso é que ele é perseguido (Pasta Temática nº. 1028.123).

Através dessa citação percebemos o reconhecimento que o jornal Poeira adquiriu dentro e fora da universidade e, também, da cidade de Londrina. Ao ser considerado o melhor jornal estudantil do Brasil, traz para a comunidade universitária a certeza de que a luta contra a ditadura, a repressão, os desmandos e a forma autoritária com que as ordens eram impostas, certamente enfrentariam resistência em nome da educação e da garantia dos direitos individuais.

No decorrer das pesquisas com a documentação obtida no Arquivo Público do Paraná, encontramos uma carta enviada pelo Diretório Central dos Estudantes da

Universidade Católica do Paraná ao DCE da FUEL. Nesta carta, datada de 26 de junho de 1979, os estudantes realizam uma reflexão acerca da atuação dos movimentos estudantis e sua luta para a reconstrução da UNE, além de discutirem a situação política dos estudantes brasileiros naquele período

Neste instante, em que reputamos como de grande importância para a classe estudantil brasileira, como a reconstrução da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE, ressurgida depois de um longo ostracismo, [...] ocorre entretanto, que a grande maioria do estudantado brasileiro, ainda não tem uma consciência formada da importância de nossa entidade mater, e o quanto será forte se todos os filiados contribuírem decididamente nas lutas reivindicatórias que lançará, e que não terão outros objetivos senão, a defesa intransigente de nossos mais altos interesses. Sabemos também, que só seremos fortes se tivermos bem organizados em todos os níveis, e isso atualmente não corre, face a não existência de uma UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES – PR, entidade que defenderá nossos direitos a nível nacional e juntamente com os Diretórios Acadêmicos, dará sustentação à UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, formando assim, uma estrutura capaz de fazer com que a voz dos estudantes seja ouvida e respeitada em todo o Brasil (Pasta Temática nº. 1034.125).

Por meio desses relatos, que ainda hoje encontram-se registrados nos arquivos da ditadura, pode-se compreender a abrangência da luta empenhada pelos estudantes. É óbvio que existem muito mais documentos além daqueles citados neste trabalho. Aliás, existem milhares de outros documentos desaparecidos, escondidos, queimados, perdidos ou simplesmente ignorados.

O que temos a nossa disposição, em arquivos físicos ou virtuais, é apenas uma ponta do *iceberg* do que foi produzido durante as duas décadas de duração do período militar. Contudo, a documentação a qual, felizmente, temos acesso, já nos permite elucidar questões, espantar as dúvidas e construir uma narrativa historiográfica que permita às novas gerações conhecer esse nosso passado que durante muito tempo permaneceu esquecido, trancado a chave por aqueles que não queriam que a verdade viesse à tona. Não diríamos por sorte, mas sim, pela luta a favor da democracia, conseguimos ter acesso a essas fontes documentais riquíssimas que permitem ao historiador escrever uma história a contrapelo, que consiga explicar, através de outro olhar, os desdobramentos dos enfrentamentos entre governo militar e os cidadãos que lutavam por seus direitos.

Com relação ao movimento estudantil da FUEL, objeto principal deste trabalho, por meio da documentação obtida no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina e do Arquivo Público do Estado do

Paraná, foi possível traçar um panorama de sua atuação entre as décadas de 1960 e 1970, como forma de entender e explicar como foi sua luta contra a ditadura e seus agentes repressivos, sejam eles militares ou civis. Conhecemos um pouco da história da cidade de Londrina e como a instalação da ditadura modificou a educação e o comportamento social como um todo.

Entendemos que os estudantes universitários, mesmo perseguidos, presos, ameaçados e espancados não desistiram e, em nome da democracia e do ensino superior público, livre e de qualidade, ousaram lutar com as armas que possuíam: a conscientização, a luta e a militância em defesa da causa estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ajudar a escrever a história é fascinante e o ofício do historiador não é nada fácil. São horas tentando encontrar respostas para as lacunas, buscando bibliografias que complementem o tema abordado, selecionando documentos, realizando revisão textual, enfim, uma tarefa árdua, cujo objetivo é contribuir para que a memória seja resgatada e a história venha a se tornar clara, objetiva e acessível a todos. A História não existe para ser engavetada, ficar mofando em arquivos ou de posse de apenas alguns privilegiados. História é vida, ela é dinâmica e construída diariamente.

A proposta deste trabalho foi analisar de maneira mais regionalizada a ação da ditadura brasileira. O recorte temporal, décadas de 1960 e 1970 não foi escolhido por acaso. Primeiramente porque foram as décadas mais intensas do regime ditatorial brasileiro, com maior número de protestos, presos e exilados políticos, além das publicações de leis e atos que visavam cercear os direitos fundamentais do cidadão. Em segundo lugar, por questão metodológica, foi pelo farto acervo documental existente desse período. Os documentos do movimento estudantil de Londrina encontravam-se, em sua maioria, em ótimo estado de preservação, o que possibilitou uma pesquisa mais direcionada e que abria novos horizontes a cada pasta, jornal ou rascunho pesquisados. Contamos com a colaboração e atenção de variados profissionais que também reconhecem a importância da atividade do historiador.

Sendo assim, buscamos aqui traçar um panorama histórico da forma como a ditadura atuou em solo londrinense durante as décadas de 1960 e 1970 e de que forma as decisões do governo militar atingiram os estudantes no que se refere à formação acadêmica e também à organização estudantil na FUEL. Conseguimos identificar tensões, formas de resistência e conscientização estudantil e de que forma a polícia política agia dentro do *campus* universitário, na intimidação dos estudantes.

Para que pudéssemos entender este contexto intenso que se instaurou após o golpe militar de 1964, fomos mais longe. Era necessário entender todo o processo que levou, por exemplo, à formação da cidade de Londrina e sua afirmação enquanto cidade capaz de abrigar uma das mais importantes universidades do

Paraná: a FUEL. Nessa análise, contamos um pouco sobre a história da colonização de Londrina e todo percurso histórico que levou à construção da FUEL.

Além disso, analisamos os reflexos das principais leis aprovadas nos primeiros anos da ditadura que suprimiam os direitos estudantis e buscaram reformar o ensino superior, o que se constituiu em uma das principais bandeiras do movimento estudantil brasileiro. Leis como a 5.540/68 e o Decreto-Lei 477 de 1969, e até mesmo os acordos firmados entre o MEC e a *USAID*, propunham modificar totalmente o sistema superior de ensino e aumentar, ainda mais, a vigilância e o controle dos membros da comunidade acadêmica, evitando qualquer ato considerado “subversivo”. Nesse aspecto, percebemos que os reflexos na FUEL foram praticamente instantâneos, com notas de repúdio e protestos contra as ações cada vez mais repressivas que retiravam a autonomia universitária.

O acervo documental utilizado neste trabalho foi variado: jornais, atas, estatutos, balancetes fiscais, relatos estudantis, cartas abertas à população e, principalmente, os jornais estudantis, publicados pelo DCE e pelos Diretórios Acadêmicos, que apesar da vida curta de muitos, contribuíram para a informação dos estudantes e, na atualidade, nos mostraram os caminhos para qual nossa pesquisa poderia ser direcionada.

A partir dos registros documentais, conseguimos responder às questões que propomos no início deste trabalho, no sentido de apresentar de que forma a ditadura agiu no *campus* da FUEL e de que forma os mecanismos de controle e vigilância agiram no interior da universidade. Desde sua fundação, a FUEL enquadrou-se no sistema de controle impostos pelas leis que visavam restringir a participação estudantil, principalmente após a extinção da UNE. Os estudantes, no entanto, resistiram e, através da imprensa estudantil, conseguiram se organizar para denunciar à comunidade acadêmica as decisões que feriam autonomia universitária e conduzia o ensino superior para a privatização.

Não somente os documentos do CDPH da UEL foram importantes para a escrita deste trabalho. As pesquisas realizadas no acervo da DOPS/PR também tiveram grande importância para a reflexão sobre a maneira como as atividades estudantis em Londrina eram acompanhadas pelos órgãos de vigilância e repressão implantados pela ditadura.

A vigilância era constante no *campus* da FUEL, por determinação do reitor ou por uma questão de segurança por parte dos agentes policiais que, constantemente

visitavam os corredores da universidade, evitando ou dispersando qualquer tipo de manifestação. Contudo, mesmo com a presença dos agentes da “SUAT”, as atividades estudantis continuaram sendo desenvolvidas, por mais que pudessem terminar em prisões ou o confisco dos materiais “subversivos”.

Outra questão debatida pelo movimento estudantil da FUEL foi a implantação do processo gradativo de cobrança de anuidades aos alunos da universidade, distanciando, ainda mais, os estudantes dos bancos da universidade e contribuindo para o aumento das desigualdades sociais e dificultando o acesso dos grupos menos favorecidos ao ensino superior. Aliás, a campanha pelo fim da cobrança de anuidades e contra os acordos firmados entre o MEC e a *Usaid* foi uma das principais bandeiras de luta do movimento estudantil durante a década de 1960.

O Jornal Poeira, consolidado na década de 1970, foi um dos principais veículos, ao lado do Jornal Terra Roxa, de informação entre o DCE da FUEL, a comunidade acadêmica e a sociedade londrinense. Por mais que tenha sofrido com a repressão por parte da polícia da FUEL, que chegaram a “convencer” os patrocinadores a retirar seus anúncios dos jornais, e também por parte da reitoria, esses periódicos serviram como principal meio de comunicação entre universidade e comunidade, denunciando as principais decisões tomadas pelo governo que refletiriam diretamente no dia a dia da universidade. Nas páginas desses jornais ficaram impressos não somente a visão política daqueles jovens, mas também um conjunto de experiências que hoje podem ser contadas e recontadas pelos historiadores e servem para ilustrar este período tão intenso de nossa história.

Nós, brasileiros, temos a plena consciência de que a ditadura brasileira foi um período turbulento, conturbado e incerto de nossa história. Sabemos dos inúmeros casos de assassinatos, exílios, censura e tortura a que eram submetidos aqueles considerados suspeitos pelo regime. Partindo dessa afirmação, a pesquisa histórica presta uma grande contribuição para a sociedade: ela permite que se conheça os ditos e não ditos do passado; ela possibilita que se conte a história do opressor, mas que também se dê voz ao oprimido. A História ajuda a compreender o nosso passado e pode contribuir para evitar que os mesmos erros sejam cometidos no presente.

Esta obra não pretende esgotar o tema aqui pesquisado. Pelo contrário, é apenas mais uma forma de interpretação dos fatos que ocorreram em Londrina e que, certamente, outros olhares podem ser lançados em pesquisas futuras. O que

buscamos, na realidade, é, a partir da reflexão das fontes e da pesquisa bibliográfica, apresentar à comunidade acadêmica e população em geral, que esse nosso passado tem uma história rica, marcada pelos embates políticos de um período que ficou caracterizado pela repressão e pelo medo. Buscamos apontar que, no mesmo período em que estudantes de outras partes do Brasil lutavam por democracia, por direitos e por liberdade, o movimento estudantil de Londrina também fez sua parte e contribuiu para as lutas contra a ditadura.

Refletir sobre esse passado é de extrema importância para que possamos entender quem somos nós hoje, que tipo de sociedade herdamos de nossos antepassados e qual vamos deixar para nossos descendentes. Contudo, mesmo que a luta contra a ditadura tenha acabado em 1985, ainda hoje os movimentos sociais brasileiros se engajam em outras lutas, tão importantes quanto às daquelas dos anos 60, 70 e 80. Isso nos leva a refletir que, conforme os anos vão passando, os motivos pelo que lutar vão se atualizando. Porém, sabemos que, independente da luta, *resistir é preciso*. Não podemos deixar que o silêncio nos descaracterize e que o medo nos leve ao esquecimento. (Re)lembrar, acima de tudo, também é uma tarefa histórica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O eldorado**: representações da política em Londrina – 1930/1975. Londrina: EDUEL, 2008.
- BAGGIO, Ana; FIUZA, Alexandre. O movimento estudantil paranaense e as experiências do exílio no Cone Sul. *In: Espaço Plural*. Ano XIII, nº. 27, 2º semestre de 2012.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C, Varriale et ai. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998.
- BONI, Paulo César. **Fincando Estacas**: História de Londrina em textos e imagens. Londrina: Ed. Do Autor, 2004.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto Lei nº. 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13 jan. 2015.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 13 jan. 2015.
- CAOBIANCO, Renata. **Movimento Estudantil na UEL (1971-1984)**. 1. edição. Londrina: EDUEL, 2007.
- CASTRO, Thiago Bicudo. **Arthur Poerner entre estudantes e intelectuais**: representações intelectuais no jornal Folha da Semana e no livro o Poder Jovem (1965-1968). Marília, 2016. (Dissertação de Mestrado).
- CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.unifil.br/portal/institucional/historico/>>. Acesso em 10 out. 2014.
- CHADADD, Flávio Roberto; CHADADD, Marcela Cristina. A Educação no Brasil no contexto da Lei 5.540/68. **Revista Científica das Faculdades Integradas de Jaú**. Jaú/SP, vol. 7, n.1, 2010.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa: jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Larissa Rosa. **O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo**. Disponível em: <
<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/>> Acesso em 02 abr 2015.

CUNHA, Maria de Fátima da. **Eles ousaram lutar: a esquerda e guerrilha nos anos 60-70**. Londrina: EDUEL, 1998.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *In: Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 295 - 316.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Além do golpe: versões controversas sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FIUZA, Alexandre Felipe.; SCHIMITT, Silvana Lazzarotto. **A Resistência Estudantil à Ditadura Brasileira no Oeste do Paraná**. Disponível em: <
<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2002.pdf>>
. Acesso em: 10 set. 2014.

JORNAL DE LONDRINA. **Região Metropolitana de Londrina**.
<<http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?id=1425648>> Acesso em 1 jul. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Ed. Campinas, UNICAMP, 2003.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. Campinas: Papyrus, 1987.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Uma história da UNE (1945-1960)**. Campinas: Pontes Editores, 2014.

MELO, Demian Bezerra. Ditadura “Civil-Militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *In: Espaço Plural*. Ano XIII, nº. 27. 2º semestre de 2012, p. 39-53.

MENDES JR., Antonio. **Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOREIRA, Carla Barbosa. Censura, Memória e Arquivo discursivo. *In: Veredas On Line – Análise do Discurso*. Fevereiro de 2010, p. 107-118. Programa de Pós Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG. Disponível em: < www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-08.pdf> Acesso em 30 mar 2015.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **A UNE nos anos 60**: utopias e práticas políticas no Brasil. Londrina: Editora da UEL, 1997.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PORTAL DA PREFEITURA DE LONDRINA. **A cidade: história e demografia**.

Disponível em: <

http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1251&Itemid=4> Acesso em 1 jul 2014.

PORTAL DA REFEITURA DE LONDRINA **Dados Populacionais**. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66> Acesso em 10 out. 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº. 6.680, de 16 de agosto de 1979**.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6680.htm#art5. Acesso em 14. Jan. 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964**.

Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128637/lei-4464-64>>. Acesso em 05 jan. 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº. 7.395, de 31 de outubro de 1985**.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7395.htm#art7. Acesso em 14. Jan. 2015.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.) **História do Marxismo no Brasil**.

Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. Volume 6: Partidos e movimentos após os anos 1930.

RODRIGUES, Viviane de Souza; SOUZA, Aline Nunes F. **A privatização da educação superior no Brasil: das reformas da ditadura militar (1964-1985) ao governo Luiz Inácio Lula da Silva**. Disponível

em:<http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3727:a-privatizacao-da-educacao-superior-no-brasil-das-reformas-da-ditadura-militar-1964-1985-ao-governo-luis-inacio-lula-da-silva-2003-2010&catid=65:lulismo>. Acesso em 29 out. 2014.

RUBERT, Silvania. A Ditadura de Segurança Nacional no Brasil e os seus silêncios. *In: Espaço Plural*. Ano XIII nº. 27. 2º semestre de 2012, p. 96-110.

SILVA, Joaquim Carvalho da. **Peroba Rosa**: UEL 25 anos. Londrina: Ed. da UEL, 1996.

SIKORSKI, Fernando de Oliveira. **Os Atos Institucionais como instrumentos de recrudescimento da ditadura militar brasileira entre 1964 e 1968**. Curitiba, 2010. (Monografia).

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **Sobre a UNE**. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/sobre-a-une/>>. Acesso em 1 jul 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Galeria dos reitores**. <http://www.uel.br/gabinete/portal/pages/galeria-dos-reitores-da-uel.php>> Acesso em 09 jan. 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Histórico**. Disponível em: <http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=55&Itemid=205>. Acesso em 10 out. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Histórico**. Disponível em: <<http://portal.uepg.br/institucional/universidade/historico.php>>. Acesso em 10 out. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalufpr/historico-2/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

UNIVERSIDADE PARANAENSE. **Histórico**. Disponível em: <<http://presencial.unipar.br/sobre/historico/>>. Acesso em 10 out. 2014.

USAID (United States Agency for International Development). **Who we are**. Disponível em: <<http://www.usaid.gov/>> Acesso em 12 jan. 2015. (Traduzido).

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968**: o diálogo é a violência – movimento estudantil na ditadura militar do Brasil. 1. edição. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

FONTES CONSULTADAS

Certidão nº. 54, de 22 de maio de 1975 (Acervo DOPS/PR)

Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Londrina (Acervo CDPH/UEL)

Informe Policial 635 de 1975 (Acervo DOPS/PR)

Informe Policial 676 de 1975 (Acervo DOPS/PR)

Informe Policial 614 de 1976 (Acervo DOPS/PR)

Informe Policial 517 de 1977 (Acervo DOPS/PR)

Jornal Liberdade, Liberdade: abre as asas sobre nós, 1. ed.

Jornal O Estado de S. Paulo, junho de 1978

Jornal O Estado do Paraná, maio de 1977

Jornal Poeira. 1. ed., março de 1974.

Jornal Poeira. 2. ed., abril de 1974.

Jornal Poeira. 5. ed., setembro de 1974

Jornal Poeira, 6. ed., dezembro de 1974

Jornal Poeira, 10. ed, setembro de 1975

Jornal Poeira, 11. ed., novembro de 1975

Jornal Poeira, 12. ed., abril de 1976

Jornal Poeira, 13. ed, junho de 1976

Jornal Poeira, 15. ed., setembro de 1976

Jornal Poeira, 17.ed., novembro de 1976

Jornal Poeira, 23. ed. 1978

Jornal Poeira, Edição Especial, maio de 1977

Jornal Terra Roxa, 9.ed., abril de 1977

Regimento Interno do Diretório Central do Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina. (Acervo CDPH/UEL)